

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB – INSTITUTO DE PSICOLOGIA

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA SOCIAL, DO TRABALHO E DAS ORGANIZAÇÕES

**Participação Política na Era Informacional:
um modelo para o sec. XXI**

Pedro Cardoso Alves

Brasília, DF

Dezembro, 2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB – INSTITUTO DE PSICOLOGIA

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA SOCIAL, DO TRABALHO E DAS ORGANIZAÇÕES

**Participação Política na Era Informacional:
um modelo para o sec. XXI**

Autor: Pedro Cardoso Alves

Orientadora: Prof.^a Ana Lúcia Galinkin, Ph.D.

Co-Orientador: Prof. José Carlos Ribeiro, Ph.D.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações.

Brasília, DF

Dezembro, 2017

Agradecimentos

Como tudo na vida, o processo do Mestrado, desde a jornada de elaborar e criar pontes entre conceitos em uma temática essencialmente nova, até a exaltação de ver o reflexo dessas discussões conceituais nos achados empíricos, foi cheio de altos e baixos, de estresses e angústias, mas também de satisfações e diversão. Durante esse período, fui encontrando amigades que, honestamente, espero que permaneçam para a vida toda. A começar pela minha orientadora, a professora Ana Lúcia Galinkin, que se esforçou para permitir a minha liberdade de pesquisa mesmo não sendo exatamente a área dela. Também o meu co-orientador, o professor José Carlos Ribeiro, por suprir muito do material (textual e intelectual) para aprofundar os conceitos aqui discutidos e formular um trabalho progressivamente melhor. Assim como meus colegas de laboratório (o pessoal do LADCO) foram, também, se tornando meus amigos de laboratório, entre discussões tangenciais nas reuniões, viagens, congressos, festinhas e conversas que se deram graças a generosidade deles de dar carona para um mestrando “desmotorizado” como eu. Devo agradecimentos também a cada professor com quem interagi nesse percurso, sendo cada um deles, de seu próprio modo, essencial tanto no desenvolvimento deste trabalho, quanto no meu crescimento pessoal. Obrigado a todos esses amigos e mestres que me acompanharam nessa jornada! Também minha família, que foi compreensiva e sempre me deu suporte, seja no auxílio econômico ou na preocupação com me oferecer uma ambiente tranquilo para meus estudos. Por fim, e principalmente, agradeço imensamente à minha noiva, Thandara, que aceitou meus estresses, entendeu minhas angústias e me amou durante todos os momentos, bons e ruins, comemorando e lamentando comigo em cada avanço e em cada obstáculo... Obrigado, anjo!

Sumário

Capítulo 1: Introdução	1
Capítulo 2: Revisão de Literatura	4
2.1 Dinâmicas Sociopolíticas Contemporâneas	4
2.2 Espaços Híbridos nas Sociedades Urbanas Contemporâneas	8
2.3 Construção dos Discursos no Ciberespaço	11
2.4 Participação Política	13
2.5 Eficácia Política Interna	16
2.6 Hábitos Informacionais	19
2.7 Ideologia Multidimensional	22
2.8 Contágio Comportamental	24
Capítulo 3: Método	27
3.1 Modelo Proposto e Hipóteses	29
3.2 Amostra	31
3.3 Construção dos Questionários	34
3.4 Medidas	37
3.5 Procedimento de Aplicação	39
3.6 Análises	41
3.6.1 Análise Fatorial Exploratória (AFE)	41
3.6.2 Regressão Múltipla e Análise de Mediação	42
Capítulo 4: Resultados	44
4.1 Análise Fatorial Exploratória (AFE)	44
4.1.1 Participação Política	46

4.1.2 Eficácia Política Interna	49
4.1.3 Contágio Comportamental	51
4.1.4 Ideologia	53
4.1.5 Hábitos Informacionais	56
4.2 Regressões Múltiplas Hierárquicas e Efeitos de Mediação	58
4.2.1 Hipóteses de Mediação	61
4.2.2 Mediação de EPI sobre a Relação Entre HI e PPL	62
4.2.3 Mediação de EPI sobre a Relação Entre HI e PPM	64
4.2.4 Mediação de EPI sobre a Relação Entre IDS e PPL	66
4.2.5 Mediação de EPI sobre a Relação Entre IDS e PPM	68
4.2.6 Mediação de EPI sobre a Relação Entre IDE e PPL	70
4.2.7 Mediação de EPI sobre a Relação Entre IDE e PPM	72
4.2.8 Mediação de EPI sobre a Relação Entre CC e PPL	74
4.2.9 Mediação de EPI sobre a Relação Entre CC e PPM	76
Capítulo 5: Discussão	79
5.1 Desdobramentos das Estruturas Fatoriais dos Instrumentos	79
5.1.1 Participação Política	80
5.1.2 Ideologia	82
5.2 Sobre as Correlações Entre os Fatores Preditores e a Participação Política	84
5.3 Mediações e Impactos de Cada Variável Preditora	86
5.3.1 Eficácia Política Interna	86
5.3.1 Hábitos Informacionais	88
5.3.2 Ideologia Social/Moral	90

5.3.3 Ideologia Econômica.....	91
5.3.4 Contágio Comportamental.....	93
5.4 Considerações para a Participação Política na Era Informacional	98
Capítulo 6: Considerações Finais.....	102
6.1 Limitações Desta Pesquisa.....	102
6.2 Para Onde Vamos?.....	102
Referências.....	105
ANEXO I.....	112
ANEXO II.....	114

Lista de Tabelas

Tabela 01. Evidências de Fatoriabilidade por Variável ($\eta = 202$).....	44
Tabela 02. Evidências de Fatoriabilidade por Variável ($\eta = 183$).....	45
Tabela 03. AFE para Participação Política	47
Tabela 04. AFE para Eficácia Política Interna.....	50
Tabela 05. AFE para Contágio Comportamental.....	52
Tabela 06. AFE para Ideologia.....	54
Tabela 07. AFE para Hábitos Informacionais.....	57
Tabela 08. Estatísticas Descritivas dos Fatores ($\eta = 385$).....	58
Tabela 09. Pressupostos para Regressão.....	59
Tabela 10. Matriz de Correlações entre os Fatores.....	61
Tabela 11. Teste de Mediação da EPI na Relação Entre HI e PPL.....	63
Tabela 12. Teste Robusto de Mediação da EPI na Relação Entre HI e PPL.....	64
Tabela 13. Teste de Mediação da EPI na Relação Entre HI e PPM	65
Tabela 14. Teste Robusto de Mediação da EPI na Relação Entre HI e PPM.....	66
Tabela 15. Teste de Mediação da EPI na Relação Entre IDS e PPL.....	67
Tabela 16. Teste Robusto de Mediação da EPI na Relação Entre IDS e PPL.....	68
Tabela 17. Teste de Mediação da EPI na Relação Entre IDS e PPM.....	69
Tabela 18. Teste Robusto de Mediação da EPI na Relação Entre IDS e PPM.....	70
Tabela 19. Teste de Mediação da EPI na Relação Entre IDE e PPL.....	71
Tabela 20. Teste Robusto de Mediação da EPI na Relação Entre IDE e PPL.....	72
Tabela 21. Teste de Mediação da EPI na Relação Entre IDE e PPM.....	73
Tabela 22. Teste Robusto de Mediação da EPI na Relação Entre IDE e PPM.....	74

Tabela 23. Teste de Mediação da EPI na Relação Entre CC e PPL	75
Tabela 24. Teste Robusto de Mediação da EPI na Relação Entre CC e PPL	76
Tabela 25. Teste de Mediação da EPI na Relação Entre CC e PPM	77
Tabela 26. Teste Robusto de Mediação da EPI na Relação Entre CC e PPM	78

Lista de Figuras

Figura 01: Modelo proposto e identificação gráfica das hipóteses	3
Figura 02: Espectro de Ideologia Política bidimensional.....	23
Figura 03. Análise Paralela de Horn para Participação Política.....	46
Figura 04. Análise Paralela de Horn para Eficácia Política Interna.....	49
Figura 05. Análise Paralela de Horn para Contágio Comportamental.....	51
Figura 06. Análise Paralela de Horn para Ideologia.....	53
Figura 07. Análise Paralela de Horn para Hábitos Informacionais	56
Figura 08. Resíduos vs Valores Ajustados e Distribuição dos Resíduos para o Modelo de PPL.....	60
Figura 09. Resíduos vs Valores Ajustados e Distribuição dos Resíduos para o Modelo de PPM.....	60
Figura 10. Relações confirmadas e não confirmadas nas análises.....	79

Resumo

Com o advento e da popularização da internet, a definição o conceito de participação política torna-se ainda mais complicada, conforme se ampliam os comportamentos politizados expressos através dessas tecnologias, atravessando as fronteiras entre físico e digital nas interações diárias. As próprias fronteiras que diferenciam os espaços físicos e digitais se tornam cada vez mais diluídas com os avanços tecnológicos, sendo a existência social cada vez mais híbrida, onde se vivencia, simultaneamente diversos espaços com reduzidas limitações geográficas e cronológicas, anteriormente dominantes. Essa realidade demanda uma nova cultura espacial e política que é particular dos ciberespaços e, portanto, uma nova concepção do que é participar politicamente. Fugindo das interpretações tradicionais, a participação política contemporânea é fluída e constante, ocorre nas micro conversações diárias, nos posts e tweets e demais publicações digitais. Dentro deste panorama, esta dissertação visa trazer a tona algumas das mais recentes reformulações de conceitos clássicos, como ideologia, eficácia política e contágio comportamental, assim como a proposta de uma nova medida para avaliar a relação com as informações política, nominalmente, Hábitos Informacionais. Ainda, propõem e avalia a validade de uma série de instrumentos adaptados para a realidade brasileira, tomando como base questões pertinentes para o cenário político específico do país. Por fim, objetiva traçar as relações entre esses fatores, identificando os seus respectivos impactos sobre os tipos de participação política, assim como em que medida esses impactos são mediados pela crença do sujeito sobre a eficácia de seus comportamentos.

Palavras-chave: Participação Política, Eficácia Política, Ideologia, Contágio Comportamental, Ciberespaço, Internet.

Abstract

With the advent and spread of the internet, the definition for political participation becomes ever-more complicated, as politicized behaviors are continuously expressed through these digital means, breaching the frontiers between physical and digital in day-to-day interactions. These very frontiers that differentiate these spaces become ever-more diluted as technology continues to progress, creating hybrid spaces, where both digital and physical aspects are experienced simultaneously with reduced effect of geographic and chronological limitations. This new reality demands a new spatial and political culture that fits the characteristics of cyberspace and, thus, demands a new interpretation of what is “political participation”. Far from the traditional interpretations of institutionalized participatory behaviors, contemporary participation is fluid and constant, it habits the everyday micro conversations, the posts and tweets and such. In this paradigm, this dissertation tries to bring to the forefront some of the more recent conceptualizations of the variables involved in this process, such as ideology, behavioral contagion, political efficacy, as well as the proposal for a new way of evaluating interaction with political information, namely Informational Habits. Furthermore, it proposes and evaluates the validity of a series of new instruments to measure these actualized concepts in the context of Brazilian politics. Lastly, it traces the relations between these factors and political participation, as well as the possible mediation effect of efficacy over these interactions.

Keywords: Political Participation, Political Efficacy, Ideology, Behavioral Contagion, Cyberspace, Internet.

Capítulo 1: Introdução

O avanço vertiginoso das tecnologias de informação de comunicação no mundo contemporâneo põem em foco a celeridade de um processo de mudança constante e perpétua nas estruturas sociais e nos processos interativos que as constituem. A própria natureza do avanço tecnológico está muito mais próxima de um processo de avanço geométrico, onde a descoberta de novos métodos e ferramentas aparece como estopim para um período de rápidos e contundentes avanços, como foi o caso com os computadores e, depois, com a internet. Por outro lado, o avanço da sociedade, e do conhecimento sobre ela, são consideravelmente mais lentos, seguindo um processo aditivo de conhecimento sobre conhecimento. Esta defasagem em termos de velocidade de adaptação coloca o desenvolvimento das ciências sociais e psicológicas em uma posição complicada, considerando um espaço social que passa cada vez mais por mudanças tecnológicas significativas em cada vez menos tempo.

Isto não é dizer que o estudo desses fenômenos seria, conseqüentemente, inútil, afinal, ainda que estas tecnologias avancem com velocidades estonteantes, o usuário ainda é humano e, por isso, limitado em termos de sua velocidade de adaptação em comparação à máquina. Contudo, isto é um indicativo que o enfoque nas relações mediadas pelas tecnologia, ou pela ausência dela, no caso daqueles que são excluídos dos avanços tecnológicos em uma sociedade global tecnologizada (Nicolaci-da-Costa, 2009; Stepanova, 2011), é essencial para que possam ser compreendidos os fenômenos sociais construídos e reconstruídos na era informacional (Castells, 2013; Feezell, 2016; Valenzuela, Kim & Zúñiga, 2012), assim como em eras futuras. Tendo esse panorama geral em mente, este trabalho debruça sobre as questões especificamente políticas particulares dos espaços híbridos (digitais e físicos) por quais transitam os cidadãos na no século XXI (Mazzotti & Campos, 2014; Stepanova, 2011).

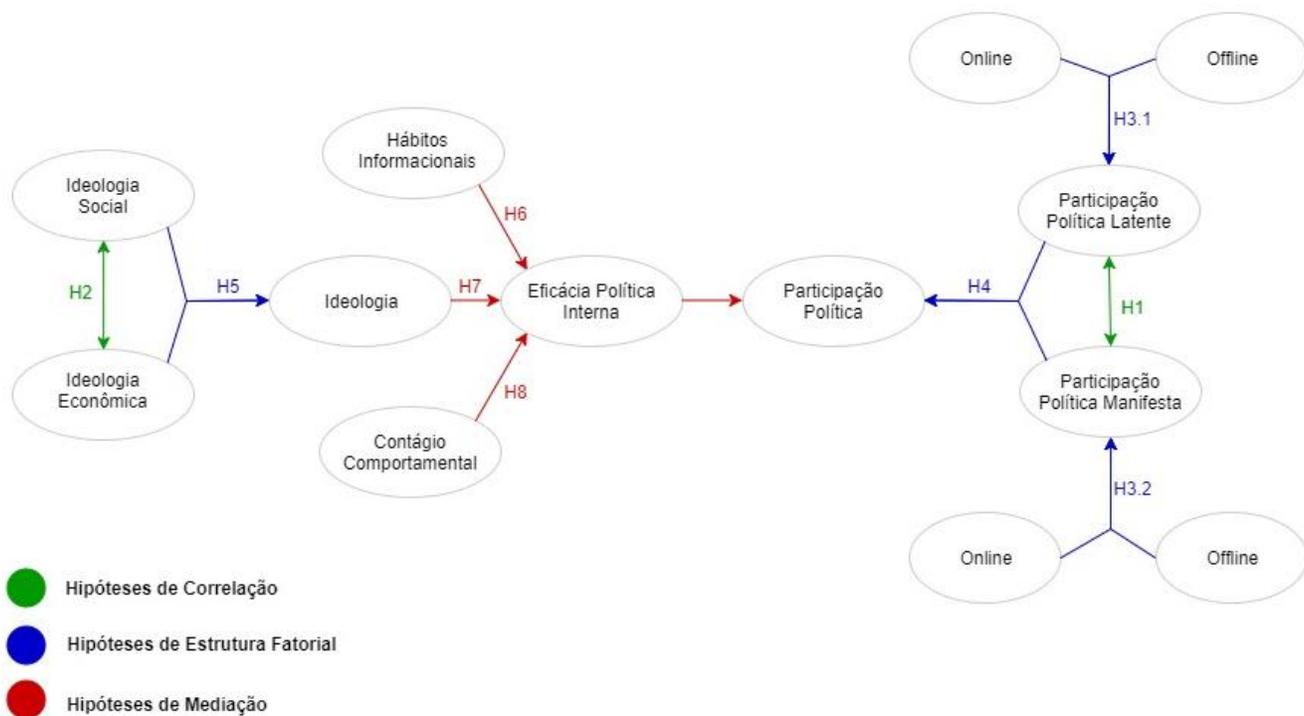
Desde a virada do milênio, fenômenos políticos que se utilizaram em larga medida do ciberespaço para o seu desenvolvimento e propagação se tornaram cada vez mais comuns em diversos níveis de atuação, seja para defender a democracia ou para atacá-la. São exemplos as Smart-Mobs (Rheingold, 2007), os grupos hackerativistas e as manifestações antielitistas do movimento Occupy¹, até os movimentos sociopolíticos que compuseram a “Primavera Árabe” (Castells, 2013; Mazzotti & Campos, 2014). Também são exemplos, por outro lado, o controle do acesso e da privacidade por diversos países, seja para manutenção de regimes totalitários ou para manter um determinado status quo em termos de distribuição de poder em Estados supostamente democráticos (United Nations Humans Right Council, 2016).

Entende-se que a introdução destas tecnologias não reformulou completamente os fenômenos políticos, sendo o entendimento teórico construído até hoje essencial para uma compreensão mais aprofundada da participação política, em uma definição que ultrapassa as delimitações institucionais de suas conceituações tradicionais (Carneiro, 2015; Ekman & Amnå, 2012; Feezell, 2016). A ideologia, enquanto ótica de visualização da realidade social (Feldman, 2013), e a eficácia, enquanto crença sobre a efetividades das ações políticas (Vecchione & Caprara, 2009; Velasquez & LaRose, 2014), são conceitos que acompanham as ciências políticas já há muitos anos, e ainda permanecem centrais para um discussão abrangente dos fenômenos à elas ligados. Por outro lado, alguns outros fatores passam a tomar maior importância no contexto informacional e interconectado dos espaços híbridos contemporâneos, conceitos como o contágio comportamental (Bimber, 2016; Carneiro, 2015), que diz respeito aos impactos desta interconectividade, e como hábitos informacionais, proposto nesta dissertação.

¹ Série de manifestações ocorridas ao redor do mundo iniciadas em 2011 que visavam criticar a concentração de renda e poder na mão de uma minoria da população, em especial nas grandes empresas do setor privado, com slogan “we are the 99%”.

É objetivo deste trabalho, portanto, Testar as relações preditivas e correlacionais entre as variáveis predictoras (Hábitos Informacionais, Ideologia, Contágio Comportamental, Eficácia Política Interna) e a variável de resposta (Participação Política). De modo mais específico, visa elaborar e validar questionários para cada uma das variáveis estudadas que considerem as questões específicas do cenário político e informacional brasileiro, identificar correlações entre as variáveis propostas e testar o efeito de mediação de Eficácia Política Interna na relação entre as variáveis predictoras e a de resposta. Deu-se atenção especial para a formulação do conceito de Hábitos Informacionais, no intuito de elaborar uma medida menos arbitrária para a avaliação da relação entre indivíduo e informação política, fugindo das questões rígidas que tendem a se mostrar presentes nas medidas de sofisticação política e de *Information Literacy*. O modelo e hipóteses propostas são identificadas na Figura 01.

Figura 01: Modelo proposto e identificação gráfica das hipóteses.



Capítulo 2: Revisão de Literatura

2.1 Dinâmicas Sociopolíticas Contemporâneas

Para que movimentos sociais, como os protestos brasileiros que ocorreram em 2013 e durante o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, é preciso que a população se mobilize de forma consistente, comumente através de um processo inicial de propagação de informações e ideias entre aqueles que se identificam com esses conflitos. Mobilização social, nesse contexto político, pode ser definido de modo abrangente como o ato de se tentar promover mudanças materiais, psicossociais e/ou nas condições políticas, no sentido da apropriação de recursos sociais que podem ser mobilizados em um dado contexto sociopolítico (Prado, 2002). Contudo, para que fortes identidades políticas surjam, algumas condições sejam estabelecidas, nominalmente: uma identidade coletiva politizada, a transformação de relações de subordinação em relações de opressão percebida e a delimitação das fronteiras políticas entre grupos concorrentes (Prado, 2002).

Faz-se a ressalva de que essas relações de subordinação não configuram, necessariamente, relações abusivas entre grupos de posições hierárquicas diferenciadas. Apenas quando essas relações se tornam opressivas e tendências violentas passam a se estruturar em torno dessas posições de poder que as relações se tornam propriamente danosas à estrutura social, minando aspectos simbólicos, psicológicos e físicos da existência dos grupos de mais baixa hierarquia. Nesse sentido, grupos subordinados simplesmente possuem menos poder na formulação cultural e social do que os grupos com mais poder, enquanto grupos oprimidos são ativamente atacados dentro da estrutura social por uma questão de conflito de poder sociopolítico (Prado, 2002). Essa forma opressiva da interação social pode ser claramente visto no contexto sociopolítico brasileiro contemporâneo, constantemente presente na mídia formal e informal entre muitos grupos minoritários e suas contrapartes majoritárias (LGBT contra conservadores, ricos contra pobres e etc.).

A demarcação das fronteiras políticas entre esses grupos possibilita o surgimento de uma mentalidade de “Eles” contra “Nós” (Huddy, 2013), sendo o “Nós” definido por uma série de crenças, valores, interesses e significados compartilhados entre esse grupo e “Eles” como aqueles cujas crenças, valores, interesses e significados são estruturados de tal modo que trabalham em oposição aos objetivos visados por “Nós”. Quando se fala do conflito entre grupos minoritários e grupos hegemônicos, “Eles” tendem a ser compostos pelos grupos hegemônicos, que detém maior poder social e político, seja este poder fruto de aceitação social de determinados significados e símbolos, ou simplesmente por uma maior representatividade política. Para mitigar o impacto desta posição hegemônica assumida por grupos dominantes, os grupos minoritários precisam se organizar em diversas esferas da vida sociopolítica, incluindo a mídia (geralmente informal, onde há mais espaço para opiniões divergentes), procurando equilibrar o poder na formulação dos significados estruturantes da sociedade.

No universo das dinâmicas políticas, grupos minoritários comumente não representam minorias em termos de quantitativo populacional, situação claramente exemplificada no slogan do movimento Occupy, “Nós somos o 99%”, que estabelece um conflito entre uma minoria em termos de empoderamento que combate uma maioria, também em termos de empoderamento, que é representada por apenas uma parcela minúscula do quantitativo populacional. Esta premissa, de que a centralização do poder político e econômico ocasionado pela organização político-econômica contemporânea gera maiorias pequenas e minorias vastas também pode ser visto nos discursos divulgados pelo grupo hackerativista Anonymous², que assumiu papel central nos movimentos sociais em nível internacional na última década, dizendo representar a população geral e atacando empresas e instituições que entendiam ser partes desses núcleos de poder. Curiosamente, parte significativa das ações dos hackerativistas se pautou no uso de uma espécie de guerrilha simbólica, atacando a infraestrutura

² Grupo de ciberativistas surgidos no fórum 4chan, sem dinâmicas de liderança clara, que atua politicamente principalmente através do hackerativismo, ainda que tenha tido participações presenciais em movimentos como o Occupy.

digital destas instituições e substituindo os sites por imagens e mensagens criticando suas ações e posicionamentos sociopolíticos, prática chamada de “Defacing”.

De modo mais amplo, o ciberespaço, nesse contexto conflituoso, tem assumido papel central para a partida e manutenção de movimentos sociais contemporâneos, exemplificado pela série de protestos e mobilizações que compuseram o período denominado de Primavera Árabe, que visava a deposição de líderes autoritários na região do Oriente Médio. Durante esses movimentos, mídias sociais foram instrumentais na organização e efetuação das manifestações que iniciaram os protestos na Tunísia, espalhando para Bahrein, Síria e Egito (Castells, 2013; Stepanova, 2011), assim como para a Líbia, Algeria, Omã, Jordânia e Iêmen (Mazzotti & Campos, 2014).

O papel da internet nessas manifestações foi duplo, sendo que mídias sociais digitais permitiram uma organização comparativamente célere das atividades de protesto e os aparelhos móveis permitindo comunicação em tempo real entre os próprios protestantes assim como entre os manifestantes e aqueles que os apoiavam internacionalmente (Castells, 2013; Mazzotti & Campos, 2014; Stepanova, 2011). A capacidade de comunicação instantânea sobre as ocorrências nesses eventos na forma de textos, áudios e vídeos, em nível nacional e internacional, também possibilitou a contraposição entre os discursos das minorias sociais que participavam dos protestos e o discurso hegemônico divulgado pelos Estados totalitários que combatiam, trazendo esse conflito para a atenção global.

Vale salientar que o uso da internet não é domínio exclusivo de movimentos sociais democráticos, sendo também utilizada por governos ditatoriais para identificar dissidentes, derrubar páginas de oposição e, em casos mais extremos (como no Egito), para cortar a conexão dos manifestantes com a rede (Castells, 2013; Stepanova, 2011). Se, por um lado, manifestações sociais evidenciam o poder destas ferramentas digitais em acelerar mudanças sociopolíticas, de outro também mostram as ameaças possibilitadas por esses recursos até mesmo em países onde controle imposto

sobre meios e tipos de acesso é relativamente pequeno. Como pode ser exemplificado pelas ações tomadas pelo governo dos Estados Unidos em relação à ciberativistas que se identificaram como Anonymous, ao Wikileaks³ e ao caso específico do Edward Snowden⁴.

Isto considerando que os Estados Unidos é um governo relativamente moderado, especialmente se comparado aos governos autoritários, em relação ao controle e abuso das ferramentas digitais para propagação da agenda política. Mesmo nesse governo democrático e liberal, representante da liberdade e progresso em nível internacional durante décadas, as ações sociais mantidas na internet aparentam ser ao menos relativamente controladas, mesmo sem leis claras que orientam a força de polícia da nação. Em regiões menos democráticas, as perspectivas são ainda mais sombrias, até mesmo Orwelianas, como com a criação do app “Sesame Credit” pela Ant Financial Services Group, afiliada ao grupo Alibaba e associada ao governo chinês, que compila uma pontuação baseada nos dados coletados pelo grupo Alibaba para ranquear os cidadãos chineses, por exemplo, quanto a sua lealdade ao desenvolvimento econômico chinês representado pelo consumo de produtos nacionais (Osborne, 2015). Estar bem classificado nesse sistema permite ao cidadão acesso mais fácil a empréstimos, empregos e prioridade em processos burocráticos, enquanto que pontuações baixas, ou associação com pessoas com pontuações baixas, resultam em redução na velocidade da internet, negação da participação em processos empregatícios, empréstimos e reduzida prioridade nos processos burocráticos (Osborne, 2015).

Tendo o crescente impacto, positivo ou negativo, das novas organizações sociais que surgem da interação físico-digital em mente, argumenta-se, para fins deste trabalho, que a compreensão

³ Organização multinacional fundada por Julian Assange em 2006 especializando na análise e publicação de bancos de dados compostos por informações censuradas ou restritas, comumente adquiridas por ações hackerativistas de outros grupos.

⁴ Profissional de computação ex-funcionário da CIA (Central Intelligence Agency) que vazou informação confidencial do governo norte americano relacionadas à invasão de privacidade e espionagem global. Atualmente (2017) refugiado na Rússia.

psicológica contemporânea desses fenômenos não é suficiente para descrever apropriadamente os mutantes cenários sociopolíticos aos quais sociedades contemporâneas estão submetidas. Para lidar com esta defasagem, uma atualização é proposta em relação a alguns dos contextos centrais que cerceiam a interpretação dos fenômenos sociopolíticos, incluindo considerações que se referem especificamente ao espaço político na era informacional.

2.2 Espaços Híbridos nas Sociedades Urbanas Contemporâneas

Se tomadas como evidência as vocalizações dos internautas brasileiros durante essa última década de protestos, aparenta existir uma interpretação comum no público geral de que é necessária a consonância entre ações digitais e físicas para que ocorram mudanças sociopolíticas significativas. Esse discurso não discorda das manifestações sociais do passado, que historicamente visam ocupações de espaços públicos e/ou privados como estratégia de combater os símbolos estabelecidos pelo discurso hegemônico (Martin Luther King, Ghandi, Occupy, Primavera Árabe e etc.). Contudo, nesses atos mais recentes, se mostra difícil identificar qualquer relação linear que sirva para mapear a relação entre físico e digital. De fato, esses dois aspectos da existência social contemporânea parecem estar profundamente entrelaçados, com fenômenos sociais se estruturando de um modo que se expressam simultaneamente em ambos, ao invés de transitar entre um e outro em momentos distintos (Santaella, 2007).

Gilles Deleuze e Felix Guattari (1987), em outro contexto, discutem uma definição dos espaços de pensamentos, definindo duas estruturas principais de orientação desses espaços, uma “lisa” e outra “estriada”. Consideram a estrutura “lisa” como modelos de pensamentos nomádicos, podendo o sujeito surgir e transportar-se para qualquer lugar, um espaço sem fronteiras definidas ou caminhos fixos. Já o espaço “estriado” diz respeito a uma estrutura métrica de delineamento e construção dos espaços,

menos heterogênea e mais rígida, com trânsito limitado às vias preestabelecidas. Ainda que em contextos diferentes do pensamento social, estas definições de espaços psicológicos serve função de exemplificar uma das principais diferenças entre o espaço físico e o digital. O primeiro levando a uma organização estriada pela sua própria estruturação, o segundo permitindo espaços sociais que, ainda que não totalmente lisos, por suas limitações tecnológicas ou suas opções de design, muito menos estriados do que o permitido no espaço físico.

Um usuário no ciberespaço pode contatar pessoas em qualquer lugar no mundo, em qualquer momento, pode ver lugares novos, entrar em contato e até mesmo exercer culturas distantes, assim como se identificar com e participar de investidas políticas que ocorrem a milhares de quilômetros de distância (Castells, 2013; Mazzotti & Campos, 2014; Stepanova, 2011). E essa conectividade tem se tornado cada vez mais enraizada na sociedade urbana, de tal modo que até mesmo desconectar-se destas redes informacionais torna-se difícil, seja pelo contato constante de amigos e familiares, procura de entretenimento na rede ou, até mesmo, pela insistência da acessibilidade constante⁵ que se estabeleceu em muitas relações empregatícias (Turkle, 2008).

Contudo, ainda que o espaço digital talvez traga um alisamento para o espaço físico, a distribuição das ferramentas de acesso não é nada se não estriada, seja por questões de aceitação cultural ou por questões sociais, políticas e, principalmente, econômicas que estruturam a desigualdade na sociedade global contemporânea (Nicolaci-da-Costa, 2009; Stepanova, 2011). A própria data e local de nascimento já trazem limitações significativas à integração com e acesso a essas plataformas digitais, distinguindo “nativos digitais” dos “imigrantes digitais”. A idade distingue as interações entre aqueles que nasceram e cresceram com essas tecnologias como extensão de seus comportamentos sociais, os nativos, e aqueles que tiveram que reaprender as interações sociais a partir da forçosa

⁵ Vale salientar que existem outros construtos teóricos similares que dizem respeito a focos diferenciados sobre o que é essa presença constante possibilitada, principalmente, pelas tecnologias móveis, sendo o termo “*Always-on*” o construto específico referente à autora citada.

integração destas tecnologias no seu dia a dia, os imigrantes (Prensky, 2001). O que não indica, necessariamente, que os jovens são “nativos”, considerando que em diversas regiões do mundo, e até em regiões de países ou cidades com maior penetração destas tecnologias, o acesso à internet continua fora do alcance de muitos (quase metade da população mundial).

E porque a hibridização do espaço, a transposição entre físico e digital, é entendida aqui como tão central para a interpretação da vivência urbana cotidiana contemporânea? Primeiro porque ela transcreve práticas tradicionalmente urbanas. O *defacing*, por exemplo, a prática hacker discutida anteriormente no contexto do hackerativismo⁶, não aparenta a ser algo diferente do grafite, um modo de se apropriar do espaço urbano, atribuindo novos significados e destacando a despersonalização dos espaços dominados pelas entidades privadas ou governamentais (Russi-Duarte, 2009; Ventura, 2009). Similarmente, ataques DDoS (Direct Denial of Service) servem a função de restringir o acesso a localidades específicas do ambiente digital, impedindo que aquela localidade produza a renda ou divulgue as informações que pretendia, atuando como um bloqueio digital similar ao ato de bloquear uma via ou a entrada de um banco ou afins.

Segundo, porque ela orienta a própria interação com e vivência nesses espaços. Por vezes essa orientação se dá de um modo bastante literal, com a utilização de aplicativos de navegação como o Waze para guiar o caminho pela cidade, ou procurando bares, boates ou restaurantes online, talvez priorizando promoções exclusivas do ambiente digital, como no Peixe Urbano ou no Groupon⁷. Por outras, esses aplicativos orientam indiretamente o deslocamento urbano, como no caso de jogos como

⁶ O ativismo por via do ataque de sites de governos ou instituições privadas, seja para tornar o site inacessível ou para extrair informações que possam ser utilizadas para questionar suas ações. Diferente de outras formas de atuação digital como o hacktivismo, que prioriza a promoção de softwares livres, sendo ambas as atuações incluídas no panorama mais amplo do ciberativismo.

⁷ Peixe Urbano e Groupon são sites de promoções em diversos setores (restaurantes, cinema e afins) acessadas exclusivamente por via da internet.

Pokemón Go⁸, que incentivam seus usuários a se deslocar para localidades específicas para capturar os monstros ou competir nos ginásios virtuais através de uma interface de realidade aumentada visualizada na tela do celular. A sociedade já aparenta funcionar dentro de um espaço que se mostra muito mais híbrido do que dicotômico, de tal modo que o espaço urbano contemporâneo se transforma cada vez mais em um espaço que é, simultaneamente, físico e digital.

2.3 Construção dos Discursos no Ciberespaço

Comumente, a transmissão de informação, especialmente no que se trata dos ensinamentos e valores culturalmente estabelecidos, é pensada, no senso comum, como um processo linear, onde sujeitos mais jovens recebem, ou deveriam receber, hereditariamente hábitos e práticas similares aos de seus compatriotas mais velhos, de tal modo que os valores tradicionais e familiares possam ser mantidos (Valsiner, 2012). Esta é uma percepção que é pervasiva da sociedade contemporânea, inclusive em termos de como são elaborados os currículos de ensino, que pressupõe que o conhecimento é algo mensurável, que pode ser repassado através de currículos generalizados e testado amplamente em termos de provas e testes padronizados. Esse tipo de interpretação do processo de aprendizagem permite a construção de um cenário acadêmico competitivo, pautado na ideia de que, se o conhecimento é algo que pode ser passado de forma metódica e generalizada, então qualquer divergência entre os resultados obtidos pelos aprendizes decorreria de suas características individuais e de seu esforço pessoal.

Contudo, existe uma interpretação mais bidirecional da transferência de informações e conhecimentos em termos culturais, sugerindo um processo construtivo, em qual todos os atores tomam papel ativo (Valsiner, 2012). Nesse modelo, as interpretações e ideias que transitam em um

⁸ Jogo utilizando geolocalização onde os jogadores se deslocam até locais físicos para capturar e batalhar Pokémons.

determinado contexto cultural o fazem de modo fluido, não sendo tanto passadas adiante quanto construídas e reconstruídas ao longo do percurso (Valsiner, 2012). Levando em conta o caráter eminentemente informacional e comunicativo do ciberespaço, se considerada uma construção bidirecional do conhecimento, pode-se argumentar que a internet não seria apenas uma ferramenta útil para o que se propõe (informar e comunicar), mas também um espaço potencializador destes processos construtivos e reconstrutivos, acelerando a ressignificação dos discursos e símbolos conforme os lança em fóruns massivos de interação interpessoal, como nas redes sociais digitais. Esses novos significados partem da reestruturação dos espaços informacionais, ocasionando novas práticas e interpretações do que é agir politicamente, tanto em termos estéticos quanto práticos, reestruturando o cenário sociopolítico na medida em que essas práticas transitam nos espaços híbridos.

O ciberespaço, onde ocorre uma parcela desse trânsito, com a expansão destas tecnologias, em especial no tocante às tecnologias móveis, se constituiria enquanto parte integrante da vivência espacial contemporânea. Nesse sentido, não se trata de um espaço “virtual”, no sentido de algo que existe em potencial ou enquanto simulacro (Lévy, 1996), mas de apenas um aspecto de uma vivência espacial híbrida, permitindo o desenvolvimento de espaços de alta fluidez e mobilidade, ancorados na utilização de extensões tecnológicas da vivência social (de Souza e Silva, 2006; Santaella, 2007). Tratam-se, contudo, de âncoras que não são acessíveis à todos, sendo esta hibridização do espaço também potencializadora de dinâmicas de exclusão, na medida em que tanto o direito ao acesso, quanto o direito ao acesso de qualidade, estão longe de ser direitos estabelecidos na prática, atingindo apenas cerca de 40% da população mundial (Human Development Report, 2015) e cerca de 47,8% da população brasileira (Cetic.br, 2016), ainda que defendidos enquanto direito humano básico pelas Nações Unidas (2016). Vale ressaltar que existem formas de utilização destas ferramentas que são

desconsideradas na análise da ONU, onde um ou alguns aparelhos são compartilhados por comunidades inteiras, em um fenômeno similar aos de estabelecimentos de LAN⁹.

Apesar desses processos de exclusão, a facilidade de acesso aos discursos de tantos cidadãos por meio das redes presentes no ciberespaço talvez ainda seja o melhor “termômetro” disponível para avaliar as questões e posicionamentos políticos de relevância para a população. Ainda que esses discursos muitas vezes se encontrem em bolhas política e ideologicamente enviesadas, pelo apelo da similaridade na formação dos grupos interpessoais presentes nestas redes (Barberá, Jost, Nagler, Tucker & Bonneau, 2015; Pariser, 2012), estas bolhas comumente se mostram semipermeáveis, representando excessivamente um tipo de discurso, mas também entrando em contato, eventualmente, com discursos e informações destoantes (Barberá e cols, 2015). Resta saber se a permeabilidade parcial desses grupos é suficiente para permitir um processo reconstrutivo dos símbolos entendidos como socialmente danosos, como o racismo, a homofobia e a etnofobia.

2.4 Participação Política

Participação política pode ser um conceito difícil de definir operacionalmente, em grande parte pelas mudanças constantes pelo qual o conceito é submetido devido aos esforços de incluir novas formas de comportamento participatório, na tentativa de atualizar suas definições e, conseqüentemente, melhor compreender cenários políticos atuais para além dos canais estabelecidos pelas tradicionais instituições políticas (Ekman & Amnå, 2012; Feezell, 2016; Valenzuela, Kim & Zúñiga, 2012). A literatura tradicional da área entendia, majoritariamente, que comportamentos políticos são aqueles que diretamente relacionavam as estruturas políticas institucionais e a população, como o voto, caridade, doação para campanha, partidarismo, protesto e violência política, com foco expresso em campanhas

⁹ Casas de computadores conectados onde vários usuários se reúnem para usar máquinas às quais não tem acesso no seu domicílio.

políticas e dinâmicas eleitorais (Carneiro, 2015; Ekman & Amnå, 2012; Feezell, 2016). Esse é um foco que faz sentido, ainda que de certo modo utilitarista, considerando quão útil esse tipo de informação é para organizações políticas e privadas, assim como para a melhor compreensão de dinâmicas democráticas relativamente jovens em sua formulação moderna, mas peca em relegar ao segundo plano a participação política cotidiana, que ocorre nas interações entre os próprios cidadãos.

Muitos autores contemporâneos defendem que esse foco excessivo no comportamento político institucional é danoso para a compreensão abrangente do cenário político recente, exatamente por ignorar ou desvalorizar este comportamento político cotidiano (Ekman & Amnå, 2012; Feezell, 2016; Valenzuela, Kim & Zúñiga, 2012). Consideram, inclusive, que uma parte significativa, ou até a maior parte, das contribuições da participação política sejam advindas dos comportamentos que ocorrem entre os períodos eleitores ou crises sociais que levam às manifestações e protestos (Ekman & Amnå, 2012; Feezell, 2016), na forma de interações constantes e diárias entre cidadãos. Manter, portanto, a definição de participação política mais abrangente, de tal modo que considere um maior escopo de comportamentos, pode se mostrar mais produtivo do que a tentativa de uma definição tradicional mais podada. Deste modo, Participação Política, no escopo deste trabalho, pode ser entendida como os comportamentos que se estabelecem no contexto institucional e na vivência cotidiana dos cidadãos (Ekman & Amnå, 2012), sejam estes ocorridos no espaço físico ou digital (Feezell, 2016).

Ferramentas digitais considerando a participação exclusivamente digital, podem facilitar o comportamento participatório, na medida em que permitem participação política por um custo pessoal consideravelmente menor do que aquele dispendido para se deslocar e se colocar em risco em uma manifestação presencial (Bimber, 2016), além de necessitar de uma organização efetiva, da propagação da ação para um grupo grande de cidadãos e de um comprometimento maior com os objetivos do grupo. Claro, a participação política presencial ainda é um aspecto importante da manutenção da

pressão política sobre o governo ou grupos hegemônicos, contudo, nem todos aqueles que concordam com a agenda destas manifestações presenciais tem ímpeto e/ou condições socioeconômicas para tomaram parte destes movimentos no plano físico, mas ajudam na divulgação e na construção de significados através de suas ações online, trazendo alguma força a mais para essas iniciativas. Ainda, o espaço digital traz uma amplitude de informações e pontos de vista de modo simplificado e pouco custoso, se comparado aos esforços que teriam de ser tomados para acessar quantidades similares de informação off-line, possibilitando ao sujeito repensar e reestruturar suas argumentações e ideias, nem que seja apenas para dar mais peso ao que já acreditava antes.

Contudo, a crescente centralidade das interações online no cenário político não é, necessariamente, algo positivo, como argumenta Pariser (2012). Esse autor discute que, devido aos objetivos estipulados por muitas empresas de pesquisa online, como a Google, uma quantidade mínima de informações sobre qualquer determinado tema aparece de forma não enviesada em pesquisas, dado que filtros são construídos para melhor adaptar os mecanismos de pesquisa para suas preferências pessoais e para aumentar a lucratividade de empresas que pagam pelo serviço de propaganda. Deste modo, as ideias utópicas que permeavam as discussões sobre a internet em sua concepção, como algo que se mostraria inerentemente democrático, transparente e livre não se concretizaram em sua plenitude, mas se transformou em um mecanismo de investigação que não apenas conhece seus usuários muito bem, gerando uma série de questões de segurança da informação e direitos de privacidade, como também corta seus usuários de uma gama de sites que destoam de seus interesses e preferências (Pariser, 2012).

Por bem ou por mal, o acesso e uso da internet cresce exponencialmente desde sua inserção na realidade civil, não existindo indicativo algum que esta tendência vá se inverter, tomando o rumo de um mundo menos conectado. Por isso, é essencial que se compreenda tanto o impacto das ferramentas

por ela disponibilizadas como os mecanismos de interação social que se criam e se modificam pela sua presença. Entretanto, apesar do peso que a internet parece possuir na compreensão da participação política contemporânea, não foram identificados motivos suficientes para justificar o tratamento da participação política online como algo distinto da participação política de modo mais amplo. Por isso mantém-se a estrutura conceitual de Ekman e Amnå (2012) e Carneiro (2015), diferenciando apenas a participação política latente da manifesta, incluindo nesta estrutura os comportamentos políticos que possuem características compatíveis com esses tipos de participação. Participação política latente diz respeito aos comportamentos pré-políticos, os comportamentos do dia a dia que indicam interesse e engajamento social, como conversar sobre política, reciclar e doar para caridade, enquanto participação política manifesta trata dos comportamentos que se definem na interação entre a população e as instituições políticas ou mercadológicas que representam o poder sociopolítico centralizado em uma dada sociedade, como votar, manifestar e boicotar (Carneiro, 2015).

2.5 Eficácia Política Interna

Vecchione e Caprara (2009) argumentam que as pesquisas tradicionalmente desenvolvidas no campo do comportamento político tem foco excessivo na orientação política, um criticismo fortemente pautado na concepção de que a crença nas ações políticas exercidas podem influenciar no cenário sociopolítico se apresenta como um melhor preditor de engajamento político do que o posicionamento em uma escala arbitrária ancorada em extremos ideológicos (liberal x conservador ou direita x esquerda). Esta crença é denominada de eficácia política interna e, ainda que posicionamento ideológico e acesso a informações necessárias para pautar decisões sejam importantes para entender não apenas a ótica por qual o sujeito enxerga o mundo, mas também quais caminhos serão mais ou menos razoáveis para exercer seu poder, dificilmente qualquer ação será tomada se a crença básica de

que a mudança é possível não estiver presente (Vecchione & Caprara, 2009; Velasquez & LaRose, 2014). Eficácia Política pode, portanto, ser definida para esta discussão como “A sensação de que ação política individual tem, ou pode ter, impacto no processo político, em outras palavras, que vale a pena para o sujeito exercer suas obrigações cívicas” (Campbell, 1954), fazendo-se a ressalva de que é focalizada neste trabalho a Eficácia Política Interna, especificamente, que diz respeito às “estruturas de crenças e conhecimentos que refletem o grau de controle que pessoas exercem sobre os eventos que afetam suas vidas” (Vecchione & Caprara, 2009, p.1).

Na estruturação de um modelo coerente de participação política, a eficácia política, de modo mais amplo, e a interna no contexto mais específico da percepção do sujeito sobre sua potencialidade política, entraria como variável mediadora, construindo a ponte entre o conhecimento, as informações, os posicionamentos ideológicos e os próprios eventos sociais e o comportamento político propriamente dito (Hofsteder, Zúñiga & Dozier, 2001; Vecchione & Caprara, 2009). Essas crenças são, inevitavelmente, influenciadas por uma série de fenômenos políticos mais amplos, como a presença de corrupção, impunidade e ineficácia governamental (Baquero, 2001), assim como diferenças individuais e disponibilidade de informações percebidas como confiáveis e relevantes (Ardévol-Abreu, Hooker & Zúñiga, 2017; Hofsteder, Zúñiga & Dozier, 2001). A ponto de que a compreensão de como ocorrem os processos políticos e das vias instituídas, ou o conhecimento amplo do cenário político de uma região não trazem, necessariamente, um impacto positivo sobre a eficácia percebida, por vezes tendo impacto oposto, ao confirmar a impotência percebida diante da criminalidade institucionalizada (Baquero, 2001).

O cidadão não é, contudo, um mero reflexo de sua situação social, e até mesmo as situações sociais mais enraizadas e desequilibradas foram suplantadas por um constante fluxo de ações pelas partes afetadas, desde a escravidão até o abusivo cenário trabalhista da revolução industrial. Assume-se,

portanto, que nenhuma situação política está além da influência do poder soberano da população, sendo a eficácia política central para que esse poder seja exercido com impacto e escala suficientes. O ciclo informação-formação-eficácia-participação é tido muito menos como uma ordem clara de fatores e mais como um ciclo virtuoso (Zúñiga, Diehl & Ardévol-Abreu, 2017), onde cada um alimenta e é retroalimentado pelo outro. Esta relação se estrutura de tal modo que ainda que eficácia política seja considerada um fator antecedente da participação política, a constante e efetiva participação política também trará impactos positivos para a percepção de efetividade política tanto dos participantes quanto daqueles que observam de longe (Zúñiga, Diehl & Ardévol-Abreu, 2017).

De modo geral, pesquisas que tratam de eficácia política tem dificuldade em diferenciar claramente a eficácia interna das demais, por vezes incluindo apenas um ou alguns poucos itens que remetem afetivamente ao conceito de eficácia política interna (Zúñiga, Diehl & Ardévol-Abreu, 2017). Além desse motivo, eficácia política, em sua construção mais ampla, é um construto avaliado de modo bastante contextual, de tal forma que uma escala aplicável em um país não pode ser, necessariamente, traduzida para outro (Zúñiga, Diehl & Ardévol-Abreu, 2017). O conjunto destas peculiaridades do conceito traz a necessidade de formular uma escala específica para este trabalho, levando em conta a necessidade de uma definição mais bem delimitada do que o conceito abrange. O questionário será melhor discutido no capítulo 3, mas, no que tange a definição conceitual, foi adotado o conceito de Campbell, Gurin & Miller (1954, p. 187), que trata eficácia política como, de forma traduzida, “a sensação de que ação política individual tem, ou pode ter, impacto no processo político, em outras palavras, que vale a pena para o sujeito exercer suas obrigações cívicas”.

2.6 Hábitos Informacionais

A circulação, apreensão, processamento e uso de informação, no atual contexto sociopolítico são aspectos da vida social indispensáveis para tentar compreender os comportamentos políticos na era informacional, especialmente quando são considerados os nativos digitais, as gerações que nasceram e cresceram com as novas tecnologias de informação e comunicação e de quem depende o desenvolvimento político futuro (Kim & Yang, 2015; Metzger, Flanagin, Markov, Grossman & Bulger, 2015; Thornton, 2012). Como o cidadão lida com essas informações se tornou um dos temas centrais das pesquisas políticas da última década, em especial conforme entram em evidência as questões relacionadas ao movimento de “pós-verdade”, permeado por informações falsas e contraditórias, assim como pela acusação de que notícias destoantes da opinião pessoal seriam “fake news”, seja porque, de fato, são notícias tendenciosas ou pela tentativa de minar qualquer informação que discorde de uma determinada agenda política. Esse cenário informacional particular não tem intenção de informar, mas de manipular a percepção dos fatos, apelando para as emoções e crenças do eleitorado para criar uma realidade alternativa que se encaixe na narrativa, ou ao menos estabelecer um contexto de constante dúvida sobre a veracidade das informações (Herakova, Bonnet & Congdon, 2017; Metzger e cols, 2015).

É inegável que a quantidade de informações e discursos nesse contexto tem aumentado exponencialmente, ainda que a qualidade dessa informação seja questionável, criando uma enchente informacional verdadeiramente torrencial que dificulta não apenas encontrar informações pertinentes em um mar de notícias irrelevantes, mas também identificar quais destas informações são ou não confiáveis. Tendo esse contexto informacional em mente, de crescente quantidade e reduzida qualidade, faz-se necessário que o cidadão desenvolva a capacidade de filtrar o fluxo informacional de forma efetiva e justa, em vez de assumir como verdade as informações provindas de suas fontes preferidas ou

que concordem com suas preconcepções. Sem a perícia para elaborar esses filtros, é difícil imaginar um cenário que não o aninhamento em núcleos informacionais partidários ou o eventual afastamento das questões políticas resultante da percebida ineficácia em separar verdade de mentira, dando força, inclusive, para as crescentes correntes conspiracionistas, como as que acreditam que a terra é plana, que vacina causa autismo ou que o homem nunca foi à lua.

Essas habilidades são comumente denominadas de *Information Literacy*, definida como a maneira como o sujeito acessa, entende, analisa, avalia e produz conteúdo informacional (Herakova, Bonnet & Congdon, 2017; Kim & Yang, 2015). A mudança conceitual proposta de *Information Literacy* para hábitos informacionais se dá, em grande parte, pelo caráter técnico que muitos dos modelos IL assumem em seus questionários, tratando muito mais do uso de ferramentas específicas do que das habilidades e hábitos gerais exercidos pelo cidadão na sua interação diária com a enchente informacional a qual são submetidos. Ainda, esse conceito toma o lugar de sofisticação política pela sua maior amplitude em termos de compreensão do comportamento informacional, assim como pelas críticas ao conceito de sofisticação, que estipulam a priori quais interpretações informacionais são mais ou menos corretas, estando aberta a interpretações e formulações ideologicamente enviesadas (Chong, 2013; Taber & Young, 2013). Neste sentido, a variável Hábitos Informacionais pode ser entendida como aqueles comportamentos que são relacionados à como o sujeito acessa, entende, analisa, avalia e produz conteúdo informacional (Herakova, Bonnet & Congdon, 2017; Kim & Yang, 2015), sendo seu foco nas ações cotidianas e no afastamento das questões técnicas da utilização das ferramentas digitais comumente focadas nas discussões de *Information Literacy*.

O foco em como o sujeito acessa e interpreta as informações disponíveis leva em consideração um cenário informacional consideravelmente mais complicado do que aqueles onde muitas das pesquisas clássicas em política foram formuladas. Este contexto informacional onde a credibilidade das

informações se coloca em cheque também dificulta a formulação de questionários de sofisticação que estejam isentos destas mesmas influências sociais e ideológicas às quais o público geral é submetido, de tal modo que se torna mais simples, e talvez mais representativo da qualidade das informações adquiridas pelos sujeitos, entender o passo a passo da interação informacional do que estipular conhecimentos específicos que seriam considerados como essencial para uma participação política consciente. Adicionalmente, IL tem sido ligado consistentemente à participação política (Herakova, Bonnet & Congdon, 2017; Kim & Yang, 2015; Metzger e cols, 2015; Thornton, 2012), sugerindo que o processo crítico de filtragem de dados é um fator importante para fomentar a participação propriamente dita. A ampliação do conceito para uma análise mais branda das relações informacionais, ao invés do uso de ferramentas específicas que requerem um conhecimento mais robusto de informática, visa adaptar IL para a realidade de países onde esse tipo de treinamento informático não é norma, focando apenas nos hábitos críticos de avaliação informacional.

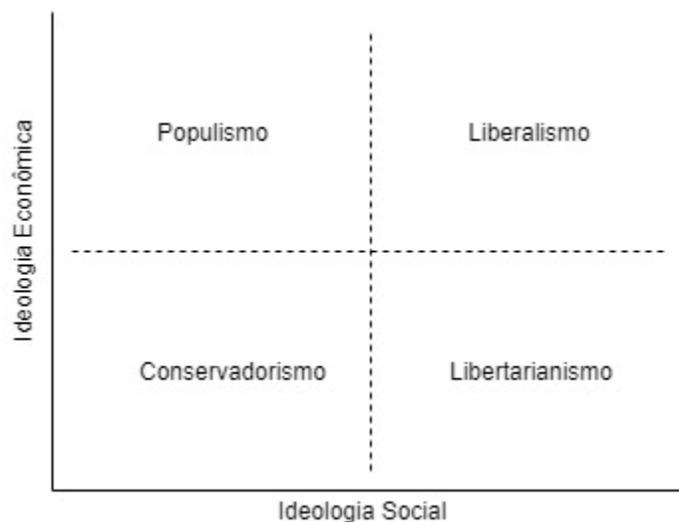
É importante salientar, contudo, que a interação informacional nem sempre é focada na lógica argumentativa ou de quão robusta é a informação, sendo, por vezes, relacionada à uma apresentação estética dos argumentos, como é o caso da utilização dos memes políticos que caracterizam muito da discussão política nas redes sociais digitais. Este conceito não engloba, ainda, este tipo de utilização do cenário informacional, mas é um ponto importante a ser considerado em pesquisas futuras, ainda mais conforme se alastram as dinâmicas características da “pós-verdade” e das “*Fake News*” que têm sido discutidas no contexto informacional contemporâneo, em grande parte em decorrência do cenário político norte americano durante o governo Trump.

2.7 Ideologia Multidimensional

O modelo tradicional de ideologia tende a estabelecer um espectro unidimensional de posicionamento político, variando de esquerda à direita ou liberal à conservador (Conover & Feldman, 2004; Feldman, 2013). Até hoje, a forma exata destas estruturas ideológicas está aberta ao debate, especialmente quando se consideram as peculiaridades das dinâmicas políticas contemporâneas, menos limitadas ao bipartidarismo que imperou na modernidade como resultado da bem definida oposição ideológica das Grandes Guerras e da Guerra Fria. Nesse novo contexto, uma teoria mais complexa de ideologia tem se feito necessária, não apenas pela diluição das fronteiras ideológicas e pelo surgimento de novas ideologias, mas também pelo posicionamento menos ideologicamente delimitado que tem sido encontrado na população geral, não identificando que posicionamentos ideológicos sobre questões econômicas não se correlacionam fortemente com suas contrapartes sociais/morais (Conover & Feldman, 2004; Feldman, 2013). Em outras palavras, é perfeitamente razoável o sujeito acreditar nas máximas sociais conservadoras sobre gênero ou religiosidade do Estado e ainda assim assumir uma postura liberal em termos econômicos e governamentais.

Na tentativa de suprir esta necessidade, foi formulada uma estrutura teórica multidimensional para ideologia, levando em consideração ideologia social e econômica como duas medidas distintas que posicionam o sujeito em um contínuo ideológico bidimensional, como ilustrado na Figura 02. Esse modelo tem se mostrado um melhor encaixa para diversos estudos sobre o assunto (Feldman, 2013; Feldman & Johnston, 2014) e, ainda que seja possível que uma quantidade maior de dimensões seja necessária para dar conta da complexidade do fenômeno ideológico, esta estrutura aparenta ser a melhor opção conceitual para a análise do fenômeno ideológico até o presente momento. O modelo exposto é elaborado a partir da discussão de Feldman (2013) sobre as ideologias representantes de cada combinação de posicionamento em ideologia social/moral e ideologia econômica.

Figura 02: Espectro de Ideologia Política bidimensional.



Esse espectro ideológico permite uma compreensão menos reducionista dos posicionamentos políticos contemporâneos, que tendem a se tornar ainda mais complexos conforme se amplia o acesso às informações, discursos e símbolos que orientam questões ideológicas em nível nacional e internacional. Ainda, permite uma melhor análise das diferenças entre grupos ideológicos, deixando de assumir que pessoas que se identificam como “esquerda” ou “direita” se encaixariam, necessariamente, em uma visão de mundo econômica e social pré-definidas, ainda mais quando posicionadas a partir de sua visão sobre os temas contextualizados em sua realidade política.

Contudo, ainda que a ideologia social e econômica sejam, a princípio, aspectos diferentes dos posicionamento ideológico geral do cidadão, existem contextos onde elas se confundem, em específico, quando há forte identificação partidária e quando há forte polarização política, ocasionando uma associação mais forte entre questões políticas de ambas as esferas no discurso público de natureza política (Feldman, 2013), como pode ser visto na dicotomia direitista-esquerdista que tem sido fomentada no Brasil. Nesses casos, um modelo multidimensional com questões contextualizadas para

questões específicas da discussão sociopolítica do país permite, também, identificar quais assuntos tem sido confundidos no discurso político da população.

2.8 Contágio Comportamental

Este trabalho, assim como cada vez mais pesquisas realizadas no campo da política contemporânea (Ekman e Amnå, 2012; Feezell, 2016), se debruça sobre os impactos dos comportamentos cotidianos dos cidadãos em sua propensão a participar politicamente, seja ela latente ou manifesta. Nesta concepção mais ampla, o papel crescente das mídias sociais acaba assumindo certa centralidade nos argumentos, dado o impacto que as novas mídias têm exercido sobre as dinâmicas políticas em muitas dos maiores movimentos políticos da última década (Mazzotti & Campos, 2014; Stepanova, 2011). São ferramentas que, também, diluem as tradicionalmente rígidas fronteiras e poderes centralizados nos canais comunicativos de largo alcance (Rheingold, 2007; Santaella, 2009; de Souza e Silva, 2006), ampliando as capacidades informativas e interativas dos cidadãos mesmo quando considerando o impacto negativo de efeitos de câmaras de eco (Barberá e cols, 2015) e filtros informacionais (Pariser, 2012).

Contudo, mesmo que seja estabelecida a importância do meio digital na participação em e propagação de assuntos políticos no entendimento da vida política contemporânea, ainda assim é importante construir uma ponte que conecte esse comportamento comunicativo digital com o comportamento político propriamente dito. Essa ponte é o contágio comportamental, definido por Carneiro como:

“[...] a influência exercida entre indivíduos, seja encorajando, convencendo ou seguindo os exemplos de outras pessoas.” (Carneiro, 2015, p. 17)

Esse conceito pode ser estendido se considerados os diferentes tipos de *prompts* estabelecidos por Bimber (2016), que descrevem os mecanismos pelos quais ações públicas em ambientes como os das mídias digitais influenciam ações coletivas mais amplas. Dos 3 *prompts* sugeridos pelo autor (Organizacional, Social e Auto-diretivos), são de especial interesse para esta pesquisa os *prompts* sociais, que se referem àqueles originados de experiências publicadas, chamadas à ação e demais interações sujeito-sujeito partidas de discursos individuais de outros membros da rede. Ainda que os demais *prompts* sejam relevantes para o entendimento das dinâmicas que se estabelecem em um mundo cada vez mais conectado e dominado pelas interações digitais públicas e privadas, faz-se necessário essa delimitação para o estabelecimento das fronteiras deste trabalho, que se fecham em torno do comportamento político entre sujeitos em sua vivência cotidiana.

A inclusão do conceito de contágio comportamental no modelo teórico de participação política também supre a necessidade de melhor entender os processos contemporâneos de formação de identidades politizadas. Esta politização identitária traria consigo um aumento em comportamentos relacionados a “racionalização sobre e ação nas esferas sociais” (Simon & Klandermans, 2004, p. 460), influenciando a propensão às ações coletivas e a tomada de posicionamentos políticos mais bem definidos. Como qualquer processo identitário, esta politização ocorreria na interação entre identidades, discursos e símbolos, propagados tanto como canais informativos nas redes sociais digitais e físicas por comunidades e instituições, como na influência exercida diretamente entre sujeitos de um dado contexto social, sendo esse segundo exatamente o tipo de contágio comportamental de interesse para a propagação das identidades políticas no dia a dia, principalmente nos espaços híbridos onde uma amplitude maior de caminhos comunicativos se solidificam.

A amplitude comunicativa disponibilizada por contextos informatizados traz consigo novos modelos de interação social, as *smart-mobs* (Rheingold, 2007) são um exemplo disso, grupos

conectados por um *feedback loop* onde ações e discursos são retroativamente alimentados por uma rede de contatos sociais que se encontram em interação constante, expandindo tanto o potencial quanto o impacto da ação grupal. Similarmente dinâmicas particulares destes contextos, como *crowdfunding* e *crowdsourcing*, sendo o primeiro o financiamento de ideias pelo público geral e o segundo a utilização da “inteligência coletiva” para a resolução de problemas de diversos níveis de complexidade, também ilustram o impacto da ampla interação social disponibilizada pelos espaços digitais na construção de conhecimentos e ideias, propagados, em parte, pela influência dos próprios internautas.

Capítulo 3: Método

Metodologias de survey têm sido utilizadas desde as primeiras aplicações de pesquisas científicas no campo da política, sendo uma das poucas fontes de conhecimento sobre as opiniões e intenções públicas em larga escala (Johnston, 2010). Contudo, como qualquer ferramenta de pesquisa, surveys estão sujeitas ao seu conjunto particular de limitações, principalmente em termos de representação de grupos na amostra, dada a dificuldade de propriamente identificar enquadramentos adequados e a relativamente alta possibilidade da presença de alguma forma de viés de amostragem (Johnston, 2010). Vale ressaltar, todavia, que amostras coletadas na internet, por via de redes sociais amplas, tendem a ser mais representativas do que muitas das amostras tradicionalmente utilizadas em psicologia, com resultados recentes diluindo muito do ceticismo inicial por parte da comunidade acadêmica em relação à esse tipo de coleta (Gosling & Mason, 2014).

A aplicação online, por sua vez, também vem acompanhada de uma série de dificuldades e vantagens, sendo importante avaliar estas questões antes e durante a aplicação de instrumentos em plataformas digitais. Por um lado, a crescente penetração das tecnologias digitais na sociedade contemporânea reduziu muito dos vieses amostrais presentes em seus momentos iniciais, já que os internautas hoje são constituídos de uma população muito mais diversa do que eram a 20 anos atrás (Casler, Bickel & Hackett, 2013; Gosling & Mason, 2014; Johnston, 2010). Por outro, definir um enquadramento amostral que garanta representatividade pode ser uma tarefa impossível no mundo digital, fora de redes fechadas (intranets) utilizadas por empresas e demais organizações (Johnston, 2010). Ainda, identificar a frequência de respostas em instrumentos aplicados em redes sociais tende a ser complicado, considerando que os questionários são comumente divulgados para um grupo enorme de pessoas, não sendo possível garantir que todos tenham contato com os links. Apesar dos impactos reais de não-respondentes nesses meios não serem conhecidos, há evidência de que o aumento de taxas

de resposta tem pouco impacto na distribuição geral de respostas, trazendo benefícios pequenos se comparados aos aumentos nos custos de pesquisa que seriam necessários para tanto (Johnston, 2010).

A ausência da interação direta entre participante e pesquisador em surveys aplicadas online é um aspecto bastante positivo, tendo demonstrado melhores resultados tanto em qualidade dos dados quanto em distribuição de respostas, se mostrando mais efetivas do que as surveys por telefone tanto em termos de confiabilidade quanto em termos de poder preditivo (Johnston, 2010). De modo mais amplo, pesquisas aplicadas online também tem mostrado melhores resultados quando comparadas a outros meios de aplicação (Gosling & Mason, 2014). Esses benefícios provavelmente surgem da maior consistência na aplicação resultante da remoção de entrevistadores humanos, assim como pela redução dos efeitos de desejabilidade social decorrentes do anonimato ofertado por essas novas ferramentas, resultando em respostas mais honestas mesmo sobre temas socialmente carregados (Casler, Bickel & Hackett, 2013; Gosling & Mason, 2014; Johnston, 2010).

Os efeitos de auto seleção, contudo, sendo o principal fator por trás da decisão de participar ou não de uma pesquisa divulgada em plataformas digitais, permanece um problema para a generalização dos dados, considerando que a decisão de responder um questionário em um contexto onde não há como saber quem participou e quem não participou pode já indicar uma propensão do sujeito a se envolver mais com as questões que estão sendo pesquisadas (Johnston, 2010). No caso de pesquisas políticas, esse ímpeto de participar da coleta pode ser reflexo de um conjunto de predisposições sociais, econômicas e políticas, que não seriam necessariamente representativas da população geral (Johnston, 2010). Porém, como é intuito deste trabalho melhor entender a participação política cotidiana destes sujeitos no contexto específico dos espaços híbridos construídos na era informacional, faz-se necessária a utilização desses meios digitais, independente das características peculiares das amostras coletadas por esse meio. Ainda, esse efeito de auto seleção não é limitado ao ciberespaço, sendo que, salvo a

observação direta ou estratégias de mineração de dados, participação em qualquer processo de pesquisa é sempre voluntária. Pode-se discutir, inclusive, que participação online é menos custosa para o participante do que seria o deslocamento para um local de aplicação ou para um laboratório.

Independente das críticas, o uso de mídias sociais para pesquisa tem seguido uma tendência similar a das próprias ferramentas digitais, sendo cada vez mais comuns em países onde o acesso é mais comum, tendo se mostrado como um meio barato e efetivo de coleta de dados (Gosling & Mason, 2014) consideravelmente menos enviesados do que o que se temia inicialmente (Barberá e cols, 2015; Casler, Bickel & Hackett, 2013; Gosling & Mason, 2014). Atualmente, talvez uma das únicas dificuldades verdadeiramente intransponíveis desses meios seja a rápida mudança tanto nas tecnologias, seja em termos de software ou hardware, que intermedeiam a conexão (Gosling & Mason, 2014), um problema que possivelmente se propaga para a pesquisa política como um todo, dada a crescente velocidade com que tópicos e fenômenos políticos surgem e desaparecem do foco do público geral.

3.1 Modelo Proposto e Hipóteses

Conforme expandem as plataformas digitais, o estudo de novas formas de participação política se torna cada vez mais central para a compreensão do mutante cenário político nacional e internacional (Ardèvol-Abreu, Hooker & Zúñiga, 2017; Castells, 2013; Mazzotti & Campos, 2014; Stepanova, 2011; Velasquez & LaRose, 2014). Esta afirmação é ainda mais relevante se for considerada a inclusão de jovens que nasceram e cresceram com essas ferramentas comunicativas na esfera política das comunidades híbridas que proliferam ao redor do globo (Kim & Yang, 2015; Metzger e cols, 2015; Thornton, 2012). No intuito de melhor entender algumas das variáveis que se relacionam a efetivação da participação política, é necessária uma atualização das estruturas conceituais de ideologia, eficácia e

do quais comportamentos podem ser considerados políticos. Ainda, na conectividade perpétua da era informacional, é necessário compreender como os cidadãos lidam com a superabundância de informações disponíveis (Kim & Yang, 2015; Herakova, Bonnet & Congdon, 2017; Metzger e cols, 2015; Thornton, 2012), assim como em que medida as ações, percepções e discursos daqueles que integram as expansivas redes sociais físico-digitais afetam a participação política dos demais (Carneiro, 2015; Rheingold, 2007).

A hipótese H1 considera que Participação Política Latente e Participação Política Manifesta, por se tratarem de atividades políticas complementares, apresentarão uma correlação positiva e significativa. A hipótese H2, por sua vez, segue as pressuposições de Feldman (2013) de que não haveria dependência entre ideologia social/moral e econômica, isto é, ainda que sejam correlacionados até algum ponto, por se tratarem de partes de um construto teórico maior, esta correlação deve ser positiva, mas relativamente baixa. As hipóteses H3.1 e H3.2 dizem respeito à divisão de cada tipo de participação política entre um fator referente aos comportamentos digitais e os comportamentos físicos, no caso, são de que não haverá qualquer diferenciação entre os comportamentos online e off-line, em linha com a diluição das fronteiras entre os espaços físicos e digitais (Mazzotti & Campos, 2014; Santaella, 2007; Turkle, 2008). A hipótese H4 diz respeito sobre a estrutura fatorial para participação política, que seria dividida apenas entre Participação Política Latente e Manifesta, dentro da definição de Ekman and Amnå (2012) e Carneiro (2015) e considerando que apenas estas subdivisões foram utilizadas para a construção dos questionários. Por sua vez, a hipótese H5 diz respeito a estrutura fatorial da variável Ideologia, que se dividiria em Ideologia Social/Moral e Ideologia Econômica, conforme sugere Feldman (2013).

As hipóteses de mediação H6, H7 e H8, em vermelho, consideram a eficácia política interna como variável mediadora entre as predictoras e as resultantes. Aludindo à discussão de que dificilmente

haverá qualquer forma de atuação política se os indivíduos não percebem qualquer impacto ou efetividade naquela ação (Vecchione & Caprara, 2009; Velasquez & LaRose, 2014). De modo mais específico, a H6 sugere que há efeito de mediação da variável eficácia política interna na relação entre hábitos informacionais e tanto participação política latente quanto manifesta, considerando as evidências prévias da relação entre IL, um conceito similar, e participação política (Herakova, Bonnet & Congdon, 2017; Kim & Yang, 2015; Metzger e cols, 2015; Thornton, 2012). Enquanto a H7 sugere um similar efeito de mediação de eficácia política interna sobre a relação entre ideologia e os dois tipos de participação política estudados, considerando que foram encontradas indicações relativamente fracas na literatura sobre uma tendência de posicionamentos mais liberais se mostrarem mais politizados que os conservadores, ou vice versa, mas não referentes a esse modelo específico de ideologia e nem ao contexto específico do Brasil, logo não foram feitas pressuposições sobre a direção desses efeitos. Por fim, a H8 considera um efeito de mediação da variável eficácia política interna sobre a relação entre contágio comportamental e os tipos de participação, considerando que o comportamento daqueles presentes em uma determinada rede social trariam motivações e/ou *prompts* de seus contatos e colegas (Carneiro, 2015; Bimber 2016), motivando-os a participar ativamente da política nacional.

3.2 Amostra

Existem muitas regras de ouro para se definir o tamanho da amostra para a execução de análises fatoriais, processo estatístico pelo qual serão avaliados os questionários neste trabalho. Estas regras são resumidas por vários autores (Velicer & Fava, 1998; MacCallum, Widaman, Zhang & Hong, 1999) e podem ser rudimentarmente divididas entre recomendações absolutas de amostra, que costumam indicar algo entre 100 e 500 participantes, e indicações de razão entre amostra e número de variáveis, variando entre 2 sujeitos para cada variável (2:1) até 20 sujeitos para cada variável (20:1), geralmente

considerando um mínimo de 100 participantes no total. Em discussões recentes, a força dos fatores têm sido considerado mais importante do que quaisquer destas regras de ouro para determinar o tamanho da amostra, sendo considerada razoável uma amostra de entre 150 e 300 participantes para fatores com força média ou baixa (Beavers e cols, 2013). Contudo, amostras maiores tendem a reduzir o impacto de erros amostrais e levar a soluções mais estáveis, especialmente quando esses fatores tem relativamente pouca força por estudarem relações complexas que podem sofrer influência de inúmeras variáveis externas, como é o caso da participação política (Carneiro, 2015).

O cálculo básico, comumente convertido em calculadoras de tamanho amostral em sites de survey se pauta na seguinte fórmula:

$$ss = \frac{Z^2 * p * (p - 1)}{c^2}$$

Para esta pesquisa, foi considerado um valor de $Z = 1.96$, relativo a um intervalo de confiança de 95%, uma margem de erro de 0.05 (c) e uma distribuição de respostas de 0.5 (p), que considera que a distribuição de respostas real não é conhecida. A computação desses valores leva a maior amostra possível nesta fórmula, considerando uma população efetivamente infinita (milhões de pessoas), como demonstrado a seguir:

$$ss = \frac{1.96^2 * 0.5 * 0.5}{0.05^2}$$

$$ss = \frac{0.9604}{0.0025}$$

$$ss = 384.16$$

Arredondando esse valor para cima, se estabelece a necessidade de no mínimo 385 participantes para a execução deste survey. Esse valor satisfaz tanto as condições mínimas para surveys, em geral,

quanto para as recomendações e regras de ouro citadas anteriormente e, portanto, foi tomando como o mínimo para o N durante a coleta de dados neste trabalho, especialmente considerando que a força dos fatores aqui discutidos não é conhecida.

A amostra final foi de 564 participantes, com aproximadamente 74% dos participantes tendo completado os questionários, resultando em 417 participantes utilizáveis. A retirada dos 23 outliers multivariados, tomando como referência a distância Mahalanobis, em conjunto com a retirada de participantes que se declararam menores de idade, reduziu esse número para 385, eliminando 32 participantes. A amostra final supre a necessidade avaliada no cálculo a priori do poder estatístico para regressão múltipla linear (bicaudal) que, utilizando o G*Power, para um tamanho de efeito de 0,10, com alfa de 0,05, poder de 0,95 e 5 variáveis preditoras identificou um tamanho mínimo da amostra de 132. Destes 385, 182 participantes se declararam do sexo masculino (47%), 202 do sexo feminino (52%) e apenas 1 como “outro”. Esta distribuição se mostrou muito próxima à proporção nacional de internautas, identificada pelo IBGE em 2010, que encontrou que 52.2% dos usuárias eram do sexo feminino e 47.8% do sexo masculino. A renda familiar foi dividida em 7 categorias nesta pesquisa, com 3% dos respondentes declarando renda de até R\$ 937,00, 12% entre R\$ 937,01 e R\$ 2.811,00, 21% entre R\$ 2.811,01 e R\$ 4.685,00, 45% entre R\$ 4.685,01 e R\$ 14.055,00, 12% entre R\$ 14.055,01 e R\$ 28.110,00, 2% entre R\$ 28.110,01 e R\$ 56.220,00 e, por fim, 1% acima de R\$ 56.220,01. O IBGE define 5 categorias de renda, variando entre A (maior renda) e E (menor renda), essas 5 categorias são representadas pelas primeiro 5 categorias de renda desse estudo, a inclusão de duas categorias acima tem a intenção de analisar os resultados para as camadas mais ricas da população, dado que a categoria A tem um limite superior relativamente baixo se considerados alguns dos elevados salários que resultam das carreiras políticas e de certos nichos do funcionalismo público, como referência, políticos, juízes e afins podem ter salários bem acima de R\$ 20.000,00.

A distribuição de renda dos participantes desse estudo indicam maior representação de classes sociais A e B, na definição do IBGE, que compuseram cerca de 60% da amostra, mas compõem apenas 11,4% da população, contudo é esperada uma maior representatividade destas classes, considerada a maior penetração da internet em regiões de maior renda (CETIC, 2016). Similarmente, foi excessivamente representativa da população com nível superior completo e acima, grupo que compôs cerca de 80% da amostra, comparado ao registro da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 2014, que indica que apenas 14% dos brasileiros possuem ensino superior completo. Assim como na questão da renda econômica, esse tipo de super-representação das camadas de maior escolaridade da sociedade é esperado, em parte por falta de iniciativas governamentais ou privadas que facilitem acesso a uma amostra mais diversificada da população geral.

A distribuição de idade dos participantes foi de cerca de 28% entre 18 e 25 anos, 33% entre 26 e 33 anos, 16% entre 34 e 41 anos, 7% entre 42 e 49 anos, 5% entre 50 e 57 anos e 2,5% acima de 58 anos. Como referência para o cenário nacional, o censo do IBGE de 2010 determinou que cerca de 51,5% dos internautas brasileiros tem entre 10 e 29 anos, comparado aos 47% entre 18 e 29 na amostra, indicando que a amostra está mais ou menos adequada às proporções nacionais nesse quesito. Quanto às regiões de residência dos participantes, cerca de 27% se declararam residentes do Distrito Federal, 16% de São Paulo, 15% do Rio de Janeiro, 9% de Minas Gerais e 8% do Rio Grande do Sul, sendo os 25% restantes composto de participantes de diversos Estados brasileiros que representaram menos que 5% da amostra total individualmente.

3.3 Construção dos Questionários

Foi conduzida uma pesquisa preliminar com intuito de identificar questionários previamente construídos e validados que poderiam ter sido utilizados nesta pesquisa para evitar a construção

desnecessária de novos instrumentos. Nesta fase inicial, 7 questionários foram identificados que estudavam participação política, 3 desses focavam nos modelos tradicionais de participação política, lidando com as relações institucionais governo-cidadão no Brasil (Freitas, Lima & Lima, 2015), em Portugal (Alves, 2015) e nos EUA (Settle e cols, 2016). 2 questionários traziam tanto questões ligadas ao modelo tradicional quanto às novas formas de participação, sendo um nos EUA (Zúñiga, Molyneux & Zheng, 2014) e outro na Alemanha (Theocharis & Deth, 2015). Por fim, dois trouxeram foco específico para as novas formas de participação política na Malásia (Salman & Saad, 2015) e nos EUA (Yang & Dehart, 2016). Ainda que itens particulares desses questionários tenham servido de inspiração para a formulação de alguns dos itens utilizados nesta pesquisa, nenhum questionário cobria, por inteiro, o modelo de participação política utilizado neste estudo.

Ainda que a escala de contágio comportamental tenha sido construída basicamente como uma adaptação da escala utilizada por Carneiro (2015), onde foram reproduzidos a partir da escala os itens CC.03 e CC.05 (itens BC.04 e BC.05, respectivamente, no original), e elaborados para este trabalho os demais itens para melhor lidar com o contexto específico analisado, para as demais variáveis houve necessidade de criar novos instrumentos. Escalas de *Information Literacy* foram consideradas para uso na medida de hábitos informacionais, contudo, a tendência destas escalas a focar questões excessivamente técnicas, relativas ao uso de ferramentas de checagem específicas, não foi considerada compatível com os objetivos deste trabalho, o instrumento criado para este trabalho, em contraste, trouxe um foco maior para os hábitos de checagem, busca e diversidade das informações na rede dos participantes. No caso tanto de eficácia política interna quanto de ideologia política, a decisão pela construção de novos questionários se deve às peculiaridades do contexto sociopolítico brasileiro dos últimos anos, enfocando questões salientes no discursos e percepções popularmente apresentadas na mídia e redes sociais, assim como questões exaltadas nos discursos de políticos e partidos de maior

destaque. Para orientar esses focos, uma série de entrevistas foram realizadas por whatsapp com sujeitos de nível educacional superior que se identificaram como conservadores (2) e liberais (2), nenhum relacionado à atividades pesquisas ou trabalho político, em conjunto com a avaliação das postagens em páginas do Facebook e da internet, de modo mais amplo, que se declaravam liberais ou conservadoras.

Uma vez construído, o questionário foi avaliado em três fases. A primeira, uma análise semântica realizada com alunos de pós-graduação em psicologia social realizada na Universidade de Brasília (UnB), com foco em compreensão e clareza. Após esta análise inicial, o questionário foi transcrito para o Google Forms e aplicado através do Facebook para 50 participantes, nesse formato, cada página continha apenas 8 itens e apresentava uma caixa de texto no final para que participantes pudessem opinar sobre o formato dos itens. Nesta etapa, quaisquer itens considerado excessivamente confuso ou complexo foram excluídos, enquanto itens considerados repetitivos ou foram condensados em um único item ou um dos itens foi excluído. Por fim, o questionário editado foi analisado por 3 juízes com interesse específico em pesquisa política, considerando tanto a clareza semântica quanto a congruência entre itens e conceitos descritos. Nesta etapa, 9 itens foram excluídos. Por fim, 5 itens demográficos foram acrescentados ao final do questionários, relacionados à cidade/estado do participante, idade, nível educacional, renda familiar e sexo/gênero. O questionário final foi transcrito para o SurveyMonkey para aplicação por meio da internet. Os questionários de ideologia e eficácia política foram aplicados apenas após os esse primeiro set de perguntas, no intuito de evitar qualquer efeito de salientar estas questões práticas e ideológicas da ação política nas respostas dos demais questionários.

3.4 Medidas

Participação Política: Os itens relacionados à participação política foram construídos utilizando o conceito de participação de Carneiro (2015), que atualizou o modelo proposto por Ekman e Amnå (2012). Como o foco deste trabalho é o impacto das demais variáveis sobre a participação política cotidiana e institucional, foram construídos itens relacionados apenas à participação política latente e manifesta, estando presentes tanto itens relacionados à esses tipos de participação no mundo físico quanto no mundo digital, com objetivo de capturar a atuação política no contexto híbrido das sociedades urbanas contemporâneas. Foram construídos 15 itens para esta variável, considerando hábitos participatórios como o diálogo político, a expressão de opiniões e a participação em manifestações, todos mensurados em uma escala tipo likert de 6 pontos, com um ponto extra denominado “Não Desejo Responder”.

Eficácia Política Interna: O questionário de eficácia política interna foi construído à partir da definição de Vecchione e Caprara (2009), que define eficácia como estruturas de crença e conhecimento que organizam o modo como o indivíduo visualiza sua influência pessoal sobre os eventos que afetam sua vida. Os 8 itens construídos para esta medida pediram aos participantes para se posicionarem quanto sua percepção sobre o impacto que poderiam exercer sobre a situação política do país, e incluiu questões relacionadas à liberdade de expressão percebida nos seus ambientes cotidianos, o impacto do seu voto na evolução política e social do país, assim como sobre sua capacidade de atualizar e modificar as opiniões políticas dos seus conhecidos por meio do debate. Esta última é especialmente importante para o cenário político nacional, muitas vezes percebido pela população como excessivamente polarizado, com opiniões engessadas por conta desses conflitos partidários. Todos os

itens foram mensurados em uma escala tipo likert de 6 pontos, com um ponto extra denominado “Não Desejo Responder”.

Contágio Comportamental: Itens relacionados ao contágio comportamental foram construídos a partir da definição e itens elaborados por Carneiro (2015), com foco específico nos *prompts* sociais, ou seja, na influência percebida pelo participante da influência de seus colegas sobre sua participação e entendimento político. Esse foco foi tomado com intuito de melhor avaliar os impactos do contágio no contexto específico das redes sociais onde a pesquisa foi realizada. Foram construídos 5 itens, pedindo aos participantes que se posicionassem sobre quão sofisticado é o conhecimento político de seus colegas, sobre os seus hábitos participatórios e sobre os comportamentos comunicativos na interação entre participante e sua rede, questionando a medida em que seus colegas tentam estimular o participante a aprender a agir mais no campo da política. Todos os itens foram mensurados em uma escala tipo likert de 6 pontos, com um ponto extra denominado “Não Desejo Responder”, exceto o item “Quantos de seus amigos/parentes costumam participar de atividades políticas (aproximadamente)?”, que foi medido em uma escala de 1-100, conforme utilizado em Carneiro (2015).

Ideologia: A medida de ideologia foi construída considerando um modelo ideológico bidimensional, como previamente discutido em Feldman (2013) e Feldman e Johnston (2014), que divide ideologia em um fator social/moral e um fator econômico. Nesse modelo, o posicionamento ideológico do participante pode ser inferido quando se utiliza desses dois escores para plotar a posição do participante em um espaço bidimensional contínuo, sendo os setores representativos das visões políticas conservadoras (escores baixos em ambos os fatores), libertárias (escores baixos no fator econômico e altos no fator social/moral), populistas (escores altos no fator econômico e baixos no social/moral) e

liberais (escores altos em ambos os fatores). Os itens foram construídos de tal modo que retratassem questões políticas dominantes no cenário sociopolítico atual do Brasil, pedindo aos participantes que se posicionassem sobre 8 itens relacionados à questões como direitos de minorias, aborto e a separação entre igreja e estado, relativos ao espectro social/moral, e sobre 8 itens relacionados à questões como intervenção governamental, meritocracia e equidade social, relativos ao espectro econômico. Todos os itens foram mensurados em uma escala tipo likert de 6 pontos, com um ponto extra denominado “Não Desejo Responder”.

Hábitos Informacionais: A avaliação de como o sujeito acessa, entende, analisa, avalia e produz conteúdo informacional (Herakova, Bonnet & Congdon, 2017; Kim & Yang, 2015) foi o objetivo central da formulação desta medida. Deste modo, foi pedido aos participantes que se posicionassem sobre 9 itens retratando comportamentos de checagem, avaliação e busca de informações sobre o cenário sociopolítico do país. Em especial, foram avaliadas a diversidade de fontes utilizadas pelos participantes (analógicos e digitais), a variedade de pontos de vista com os quais o sujeito se depara, conversando e lendo sobre opiniões diferentes das suas, e a checagem destas informações, tanto buscando outras fontes para corroborar/negar as informações recebidas quanto checando a origem de imagens utilizadas nas chamadas e buscando novas informações. Todos os itens foram mensurados em uma escala tipo likert de 6 pontos, com um ponto extra denominado “Não Desejo Responder”.

3.5 Procedimento de Aplicação

O link do SurveyMonkey direcionando aos questionários foi distribuído por duas redes sociais digitais, o Facebook e o Reddit (Brasil), com tag “política”. A aplicação pelo Facebook se deu mediante páginas afiliadas a diversos posicionamentos políticos, desde páginas como “Bolsonaro Opressor” e

“Socialista de Iphone” no extremo conservador, até “Caneta Desmanipuladora” e “Quebrando o Tabu”, no espectro liberal. Páginas com caráter mais cômico, como “Liberalismo da Zoeira” e “Dollynho Reaçã”, assim como páginas de discussão política multi-ideológicas, como “Vamos Falar de Política?” e “Vamos Falar de História?”, também serviram como meio para a aplicação. O link também foi divulgado em páginas de universidades federais e privadas do DF, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Por fim, durante um breve período em meados de 2017, o link foi divulgado em diversas páginas de movimentos que foram criados tanto contra, quanto a favor da presidência do Michel Temer (presidente interino do Brasil após o impeachment da Dilma Rousseff).

A postagem no Reddit foi feita na versão brasileira da página, com tag (uma marcação temática) de “política”, não sendo definida qualquer inclinação ideológica específica para o fórum.

Especialmente no caso do Facebook, o efeito “bola de neve” teve papel significativo na coleta de dados, com algumas dezenas de participantes compartilhando o link em suas próprias redes sociais. Não houve delimitação de região, sendo o link divulgado e compartilhado para diversas regiões do país, como demonstrado anteriormente na seção sobre a amostra, portanto não há como saber exatamente quantas pessoas foram propriamente expostas ao link. Similarmente, não houve como garantir participação representativa dos diversos posicionamentos ideológicos. A plataforma SurveyMonkey conta com uma função de bloqueio de IP, garantindo que a mesma pessoa não possa responder os questionários mais de uma vez da mesma localidade, salvo com esforço de buscar softwares específicos para disfarçar ou modificar o IP.

O amplo escopo geográfico e de páginas reduz o possível viés de realizar esse tipo de pesquisa em redes sociais, já que muito pouco da amostra dependeu da rede social do pesquisador, contudo, é possível que tendências ideológicas diferentes tenham peculiaridades em sua visão sobre esse tipo de pesquisa e, de modo mais amplo, sobre o valor da ciência e da academia como um todo, dificultando a

adesão de participantes desses núcleos. A fim de evitar exclusão inadvertente de grupos específicos, os links foram divulgados diversas vezes por semana e em diversos horários diferentes tanto da manhã, quanto da tarde, noite e madrugada.

A primeira página do instrumento apresentou o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), explicando os objetivos amplos da pesquisa, possíveis riscos aos participantes e expondo informações de contato do pesquisador para facilitar contato futuro. Ainda nesta página, foi dada aos participantes a opção de enviar um e-mail para o pesquisador solicitando o trabalho completo uma vez finalizado. O anonimato foi mantido para todos os participantes ao longo do processo de pesquisa, não existindo modo de identificar quais respostas pertencem a quais participantes, a manutenção desse anonimato tende a ser mais fácil de se manter no espaço digital, já que o pesquisador e o participante nunca entram em contato direto, reduzindo também o efeito da deseabilidade social (Casler, Bickel & Hackett, 2013; Gosling & Mason, 2014; Johnston, 2010).

3.6 Análises¹⁰

3.6.1 Análise Fatorial Exploratória (AFE)

A AFE objetiva examinar as relações estabelecidas entre as variáveis de tal modo que seja possível organizar este conjunto em fatores estáveis, isto é, identificar quais itens se relacionam entre si para identificar uma suposta variável latente. Antes de conduzir a AFE, uma série de parâmetros precisam ser considerados, sendo que, para esta pesquisa, 3 parâmetros de fatoriabilidade foram usados. Primeiramente, foi considerada a razão itens/participantes, mantendo uma proporção de ao menos 10 participantes por item, considerada uma proporção boa na literatura (Damásio, 2011). Então, o teste de fatoriabilidade Keiser-Meyer-Olkin (KMO), onde resultados mais próximos de 1 representam

¹⁰ Todas as análises foram realizadas utilizando o software de computação estatística “R”, que pode ser encontrado, gratuitamente no seguinte endereço: <https://www.r-project.org/>.

maior facilidade na realização de análises fatoriais, para esse teste são considerados regulares resultados de 0,70, bons os resultados de 0,80 e excelentes os resultados de 0,90 ou mais (Pasquali, 2012). Por fim, o teste de esfericidade de Bartlett foi o segundo parâmetro, sendo uma medida da homoscedasticidade da amostra, resultados significativos ($p < 0,05$) são considerados suficientes para a utilização da AFE (Damásio, 2011). Uma vez satisfeitos esses parâmetros, foi utilizada a análise paralela de Horn (1965) para identificar a estrutura dos fatores, fornecendo o número de componentes que devem ser mantidos para cada AFE.

3.6.2 Regressão Múltipla e Análise de Mediação

A mediação diz respeito a uma cadeia de efeitos entre variáveis onde uma variável preditora impacta uma variável de resposta apenas através de outra variável distinta, uma variável mediadora, considerando que esse tipo de análise requer um modelo teoricamente sustentável *a priori*, de tal modo que se possa justificar o cadenciamento lógico das variáveis em um modelo que reflita uma relação de mediação (Preacher & Hayes, 2008). No caso específico deste trabalho, todas as análises de mediação contam com modelos simples, estruturados a partir de uma variável preditora, uma mediadora e uma de resposta. A análise dos modelos construídos a partir dos efeitos presentes entre estas variáveis permite a quantificação de quanto do efeito preditor da variável preditora sobre a de resposta (efeito total) pode ser alocado ao efeito de mediação introduzido a partir da inclusão da variável mediadora no modelo (efeito indireto) (Preacher & Hayes, 2008).

Contudo, sendo uma sequência de análises de regressão, é necessário se atentar para a manutenção dos pressupostos que são assumidos por esse método estatístico. São estes pressupostos a ausência de multicolinearidade elevada, a homoscedasticidade dos resíduos, a independência entre os resíduos, a distribuição normal dos resíduos e linearidade entre as variáveis predictoras e de resposta

(Fávero & Fávero, 2016; Field, Miles & Field, 2012). Para avaliar a linearidade, foi calculado o modelo geral para cada resultante (participação política latente e manifesta), dentro da lógica de regressão múltipla hierárquica do modelo linear, enquanto que para demonstrar a normalidade dos resíduos foi utilizada a apresentação gráfica da distribuição. Já para os demais pressupostos, foram utilizados os testes de Durbin-Watson para a independência entre os resíduos, Breusch-Pagan para a homoscedasticidade e o fator de inflação da variância (VIF) para avaliar a multicolinearidade.

Capítulo 4: Resultados

4.1 Análise Fatorial Exploratória (AFE)

Faz-se necessário verificar se a matriz de dados para cada variável é passível da fatoração antes de adentrar nas AFEs para cada instrumento utilizado, isto é, verificar se os pressupostos assumidos por esse tipo de análise são respeitados pelo banco de dados adquirido. De modo resumido, os resultados para cada uma das variáveis é apresentado na Tabela 01, destacando que as interpretações da adequação dos valores partem das classificações previamente citadas (Damásio, 2011; Pasquali, 2012).

Tabela 01. Evidências de Fatoriabilidade por Variável ($n = 202$).

	KMO	Esfericidade de Bartlett			% Correlações 0.30 ou acima	Participantes/ Item
		χ^2	df	Sig.		
Participação Política	0,84	1140,86	105	$p < 0,001$	33,9	13,4
Eficácia Política Interna	0,82	553,42	28	$p < 0,001$	75,0	25,2
Contágio Comportamental	0,70	206,02	10	$p < 0,001$	50,0	40,4
Ideologia	0,89	1346,28	120	$p < 0,001$	51,1	12,6
Hábitos Informacionais	0,75	511,48	36	$p < 0,001$	36,1	22,4

Verifica-se que são atingidos resultados satisfatórios para cada um dos 4 valores utilizados como referência para a avaliação desses pressupostos. Para participação política é atingido um índice KMO de 0,84, considerado um valor “bom”, indicado como apropriada a execução da AFE, similarmente o teste de esfericidade de Bartlett produz um resultado significativo para esta variável ($p < 0,001$), indicando que se trata de uma matriz favorável para a execução da AFE, isto é, trata-se de uma matriz suficientemente diferenciada de uma matriz-identidade, o percentual de correlações na matriz de correlações, por sua vez, indica que, de modo geral, os itens são suficientemente correlacionados entre si, de tal modo que se possa assumir que suas medidas indicam um valor

subjacente, por fim, a razão de participantes para itens de 13,4 ultrapassa as médias usualmente recomendadas para esse tipo de análise. Similarmente positivas são as evidências de fatoriabilidade para eficácia política interna, com um índice KMO de 0,82 (“bom”), $p < 0,001$ para o teste de esfericidade, correlações consistentes entre itens na matriz de correlações e uma razão participante/item de 25,2. Para contágio comportamental o índice KMO é um pouco menor, em 0,70, indicando um resultado “regular”, contudo a significância do teste de esfericidade permanece $p < 0,001$, com percentuais de correlações consistentes na matriz de correlações e uma razão participantes/itens elevada, em 40,4. O banco de dados para a variável ideologia apresenta um “bom” resultado para o KMO, em 0,89, com teste de esfericidade significativo ($p < 0,001$), correlações consistentes na matriz de correlações e um razão participantes/itens de 12,6. Por fim, o banco de dados para hábitos informacionais apresenta um KMO “regular” de 0,75, com teste de esfericidade significativo ($p < 0,001$), correlações consistentes na matriz e uma razão participantes/itens de 22,4.

Para as AFEs, a amostra total de 385 foi dividida aleatoriamente em dois grupos, sendo o primeiro de 202, analisado anteriormente, e o segundo de 183, com resultados resumidamente apresentados na Tabela 02.

Tabela 02. Evidências de Fatoriabilidade por Variável ($n = 183$).

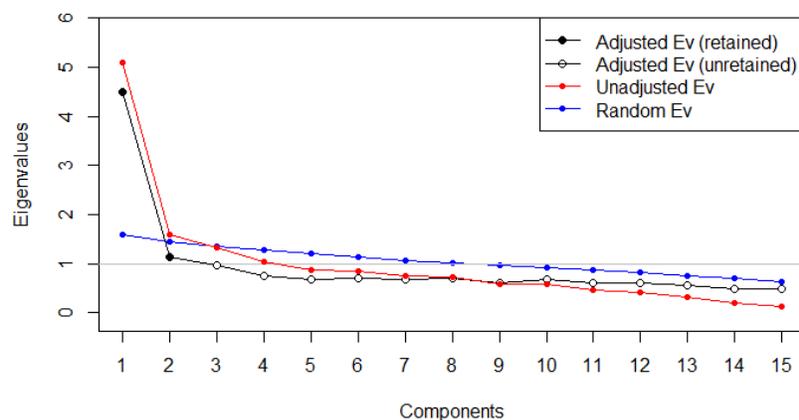
	KMO	Esfericidade de Bartlett			% Correlações 0.30 ou acima	Participantes/ Item
		χ^2	df	Sig.		
Participação Política	0,88	1086,96	105	$p < 0,001$	50,4	12,2
Eficácia Política Interna	0,85	534,45	28	$p < 0,001$	85,0	22,9
Contágio Comportamental	0,72	236,87	10	$p < 0,001$	60,0	36,6
Ideologia	0,87	1205,27	120	$p < 0,001$	52,2	11,4
Hábitos Informacionais	0,81	456,54	36	$p < 0,001$	50,0	20,3

Entende-se, dados os resultados apresentados para o segundo grupo, que se mantém a adequação da utilização das AFEs para todas as variáveis, com índices KMO “bons” para todas as variáveis ($KMO > 0,80$) com exceção de contágio comportamental, que se apresentou como “regular” ($KMO = 0,72$), resultados significativos no teste de esfericidade da Bartlett ($p < 0,001$), correlações consistentes nas matrizes de correlações e razões de participantes/itens superiores a 10.

4.1.1 Participação Política

Além das indicações teóricas para a distribuição de fatores para a variável, no caso de participação política as considerações elaboradas por Carneiro (2015) e Ekman e Amnå (2012), é importante extrair o número de componentes estatisticamente identificados na amostra, de modo a melhor orientar a realização das AFEs. A análise paralela de Horn identificou, para esta variável, 2 componentes mantidos quando comparados aos Eigenvalues aleatórios, conforme demonstrado na Figura 03.

Figura 03. Análise Paralela de Horn para Participação Política.



A manutenção de 2 componentes é um resultado compatível com a construção teórica, assim como com os objetivos específicos deste trabalho, que separam participação política em latente e

manifesta, sem objetivo de incluir os comportamentos não participativos que comporiam o terceiro fator na estrutura participativa sugerida pelos autores. Ainda que na construção teórica cada um desses comportamentos participativos sejam subdivididos em tipos participativos mais específicos (2 para latente e 3 para manifesta), o resultado não indica esse nível de precisão nos tipos de participação, identificando apenas uma separação entre comportamentos participativos latentes e manifestos de modo mais amplo, conforme demonstrado na AFE transcrita na Tabela 03.

Tabela 03. AFE para Participação Política.

Itens	Rotação "Oblimin" ($\eta = 202$)		Rotação "Varimax" ($\eta = 183$)	
	Participação Política Latente	Participação Política Manifesta	Participação Política Latente	Participação Política Manifesta
PP.02		0,49		0,39
PP.04		0,81		0,68
PP.06		0,75		0,73
PP.07	0,54		0,61	
PP.08	0,77		0,71	
PP.09		0,64		0,65
PP.10	0,76		0,83	
PP.11	0,49	0,40	0,61	0,50
PP.12	0,97		0,85	
PP.13	0,45		0,31	
Alpha de Cronbach	0,85	0,76	0,86	0,75
Eigenvalue	2,97	2,17	--	--
Eigenvalue de Corte	1,59	1,45	--	--
% da Variância	30	22	--	--

Para a primeira parte desta análise foi utilizada a rotação “oblimin”, permitindo que os fatores pudessem ser correlacionados entre si, em aproximadamente metade da amostra total ($n = 202$), selecionada aleatoriamente do total. Para esta AFE, foi mantido um valor de corte para os coeficientes de 0,40, resultando no corte dos itens PP.01, PP.03, PP.05, PP.14 e PP.15 (especificados no Anexo II) e na manutenção de 10 itens para o questionário, sendo 6 do fator Participação Política Latente e 4 constituintes do fator Participação Política Manifesta. A avaliação da confiabilidade da estrutura fatorial foi obtida utilizando o Alfa de Cronbach, indicando boa confiabilidade para a participação latente ($\alpha = 0,85$) e aceitável para a participação manifesta ($\alpha = 0,76$). Para o julgamento da manutenção dos fatores foi utilizado o eigenvalue aleatório produzido na análise paralela de Horn para cada componente (1,59 e 1,45, respectivamente), dados os eigenvalues identificados na análise (2,97 e 2,17), ambos os fatores foram mantidos. Por fim, a variância explicada foi de 30% para a participação latente e 22% para a manifesta, resultando em uma variância explicada total de 52%, que é um valor comum para estes tipo de pesquisa (Damásio, 2011), ainda que não seja ideal, indicando que existem outras variáveis explicativas que não foram consideradas, que é um resultado esperado dada a complexidade do fenômeno.

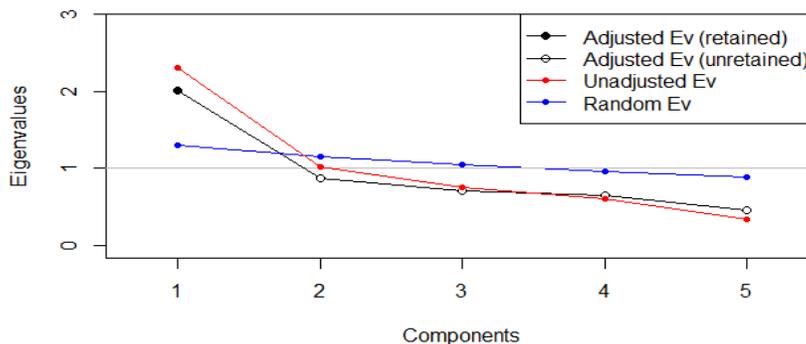
No segundo momento, foi realizada uma AFE utilizando a rotação “varimax”, que assume a independência dos fatores, na outra metade da amostra aleatoriamente selecionada ($n = 183$). A intenção desta segunda análise foi de confirmar que a estrutura fatorial, a validade dos coeficientes e a confiabilidade da estrutura fatorial se manteriam, ampliando a confiança nos resultados obtidos. Percebe-se que, de modo geral, foi mantida a estrutura fatorial, com coeficientes similares. Similarmente, mantiveram-se aceitáveis os valores do alpha de cronbach ($\alpha = 0,86$ e $\alpha = 0,75$, respectivamente). Esses resultados indicam que a primeira análise pode ser mantida com um certo grau

de confiança, ainda que os coeficientes tenham se mostrado relativamente baixos para PP.02 e PP.13 na segunda análise.

4.1.2 Eficácia Política Interna

Ainda que a definição de Vecchione e Caprara (2009) utilizada para a eficácia possa ser entendida como mais ampla, englobando outros tipos de eficácia política, a construção do questionário utilizado neste trabalho foi direcionada, especificamente, para a eficácia política interna, procurando identificar a crença do participante no seu potencial individual de modificar o cenário político de seu país. Desse modo, trata-se de um construto que sugere uma estrutura unifatorial, isto é, uma medida se relaciona a apenas uma variável latente. A análise paralela de Horn para esta variável corrobora esta interpretação unifatorial, indicando a manutenção de apenas um componente para análise, conforme apresentado na Figura 04.

Figura 04. Análise Paralela de Horn para Eficácia Política Interna.



Tendo o resultado desta análise e as considerações teóricas sobre esta variável como referência, decidiu-se pela manutenção de apenas um fator na AFE subsequente, transcrita na Tabela 04. Vale ressaltar que, se tratando de uma estrutura unifatorial, não foram realizadas rotações dos fatores, já que é considerado apenas 1 fator. Contudo, manteve-se a divisão da amostra em dois grupos aleatoriamente selecionados, de tal modo que se pudesse checar a consistência dos coeficientes e da confiabilidade da

estrutura fatorial. Para esta variável, nenhum item foi excluído devido aos resultados da AFE, mantendo-se a construção inicial de 8 itens, considerando a faixa de corte de 0,40 para os coeficientes.

Tabela 04. AFE para Eficácia Política Interna.

Itens	Eficácia Política Interna ($\eta = 202$)	Eficácia Política Interna ($\eta = 183$)
EPI.01	0,63	0,61
EPI.02	0,50	0,50
EPI.03	0,72	0,70
EPI.04	0,49	0,64
EPI.05	0,64	0,59
EPI.06	0,72	0,75
EPI.07	0,60	0,67
EPI.08	0,66	0,71
Alpha de Cronbach	0,83	0,85
Eigenvalue	3,11	--
Eigenvalue de Corte	1,41	--
% da Variância	39	--

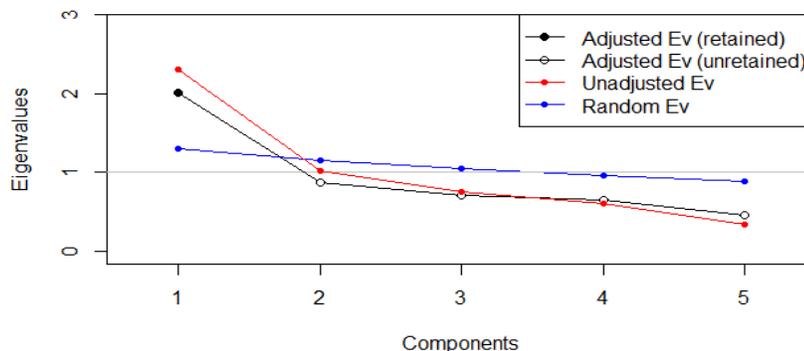
Para o grupo de 202 participantes, percebe-se que foram identificados valores relativamente elevados para os coeficientes de todos os itens que compuseram o questionário, com um bom índice de confiabilidade da estrutura fatorial ($\alpha = 0,83$), identificada através do alfa de Cronbach. O eigenvalue identificado na AFE também foi satisfatório se comparado ao valor de corte identificado na análise paralela de Horn (3,11 e 1,41, respectivamente). A variância explicada pelo fator foi mediana, em 39%, indicando que existem outras variáveis explicativas que não foram consideradas, contudo, em pesquisas na área social sobre um tema complexo como participação política, valores medianos na porcentagem

de variância explicada são esperados (Damásio, 2011), dado que são, provavelmente, inúmeros os fatores que influenciam a percepção e ação dos sujeitos sobre seus contextos sociopolíticos. A segunda análise, no grupo de 183 participantes, manteve coeficientes elevados para os itens, assim como um valor bom de confiabilidade da estrutura fatorial ($\alpha = 0,85$), corroborando os resultados da primeira análise.

4.1.3 Contágio Comportamental

Os itens de contágio comportamental, para este trabalho, foram elaborados a partir das discussões de Carneiro (2015) e Bimber (2016) e tangem a influência percebida pelo participante da influência de seus colegas sobre sua participação e entendimento político. Trata-se de uma variável estabelecida previamente como unifatorial (Carneiro, 2015), sendo a construção dos itens orientada para analisar os diversos *prompts* sociais que compõe, efetivamente, a inter-relação entre coletivo e indivíduo que motivaria buscar compreender e participar do cenário político em qual o sujeito está inserido. A análise paralela de Horn corrobora esta estrutura unifatorial prevista, identificando apenas um componente a ser mantido para a AFE, como ilustrado na Figura 05.

Figura 05. Análise Paralela de Horn para Contágio Comportamental.



Tomando como referência o resultado desta análise e as considerações teóricas, decidiu-se pela manutenção de apenas um fator na AFE relativa a esta variável, transcrita na Tabela 05. Vale ressaltar que, se tratando de uma estrutura unifatorial, não foram realizadas rotações dos fatores, já que é considerado apenas 1 fator. Ainda, manteve-se a divisão da amostra em dois grupos aleatoriamente selecionados, de tal modo que se pudesse checar a consistência dos coeficientes e da confiabilidade da estrutura fatorial. Para esta variável, o item CC.01 foi excluído devido aos resultados da AFE, resultando em um formato de 4 itens, considerando a faixa de corte de 0,40 para os coeficientes.

Tabela 05. AFE para Contágio Comportamental.

Itens	Contágio Comportamental ($\eta = 202$)	Contágio Comportamental ($\eta = 183$)
CC.02	0,42	0,42
CC.03	0,81	0,83
CC.04	0,79	0,85
CC.05	0,51	0,50
Alpha de Cronbach	0,72	0,74
Eigenvalue	1,72	--
Eigenvalue de Corte	1,30	--
% da Variância	43	--

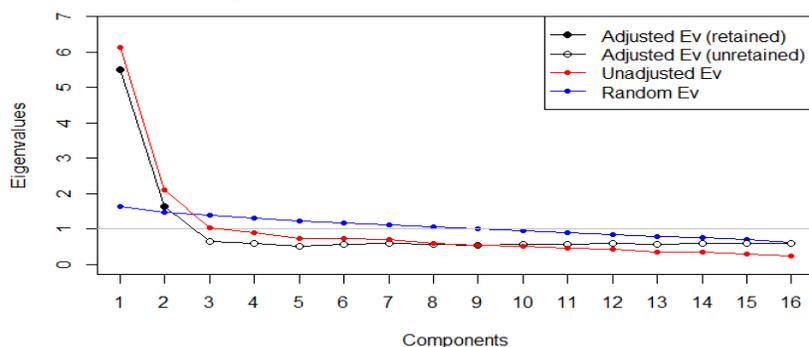
Na AFE efetuada para o grupo de 202 participantes foram encontrados coeficientes satisfatórios para todos os itens que compuseram a escala, com um índice aceitável de confiabilidade da estrutura fatorial ($\alpha = 0,72$), identificado através do alfa de Cronbach. Também foi satisfatório o eigenvalue identificado na AFE quando comparado ao eigenvalue aleatório produzido na análise paralela de Horn (1,72 e 1,30, respectivamente). A variância explicada pelo fator foi mediana, em 43%, resultado

esperado, dado o nível de complexidade desse tipo de fenômeno social (Damásio, 2011), considerando a alta probabilidade de que inúmeros fatores exerçam influência sobre o que estimula ou desestimula o sujeito a agir politicamente. A segunda análise, referente ao grupo de 183 participantes, obteve coeficientes significativos e similares para todos os itens, com um índice similarmente aceitável de confiabilidade da estrutura fatorial ($\alpha = 0,74$), corroborando os resultados obtidos na primeira análise.

4.1.4 Ideologia

O questionário de ideologia foi construída considerando um modelo ideológico bidimensional, conforme discutido em Feldman (2013) e Feldman e Johnston (2014), que divide ideologia em um fator social/moral e um fator econômico. Esperava-se, então, pelo que foi observado na discussão teórica, que esta variável fosse dividida em dois fatores, expectativa que se manteve na análise paralela de Horn, conforme apresentada na Figura 06.

Figura 06. Análise Paralela de Horn para Ideologia.



Tomando por referência tanto a construção teórica da variável quanto os resultados da análise paralela, mantiveram-se dois fatores para a AFE. Foram utilizadas a rotação “oblimin”, que assume a correlação entre os fatores, para o primeiro grupo ($n = 202$) e a rotação “varimax”, que assume a independência entre os fatores, para o segundo grupo ($n = 183$), conforme demonstrado na AFE

transcrita na Tabela 06. Nenhum item foi excluído devido aos resultados da AFE, mantendo-se a construção inicial de 8 itens, considerando a faixa de corte de 0,40 para os coeficientes.

Tabela 06. AFE para Ideologia.

Itens	Rotação "Oblimin" ($\eta = 202$)		Rotação "Varimax" ($\eta = 183$)	
	Ideologia Econômica	Ideologia Social	Ideologia Econômica	Ideologia Social
Id.01		0,87		0,69
Id.02	0,57		0,63	
Id.03		0,57		0,67
Id.04		0,45	0,57	0,46
Id.05	0,63		0,62	
Id.06		0,48		0,53
Id.07		0,45		0,45
Id.08		0,72		0,44
Id.09	0,52		0,63	
Id.10	0,67		0,59	
Id.11	0,77		0,78	
Id.12	0,85		0,80	
Id.13	0,70		0,79	
Id.14	0,63		0,52	
Id.15	0,60		0,50	
Id.16	0,61		0,49	
Alpha de Cronbach	0,89	0,78	0,88	0,75
Eigenvalue	4,72	2,47	--	--
Eigenvalue de Corte	1,62	1,47	--	--
% da Variância	29	15	--	--

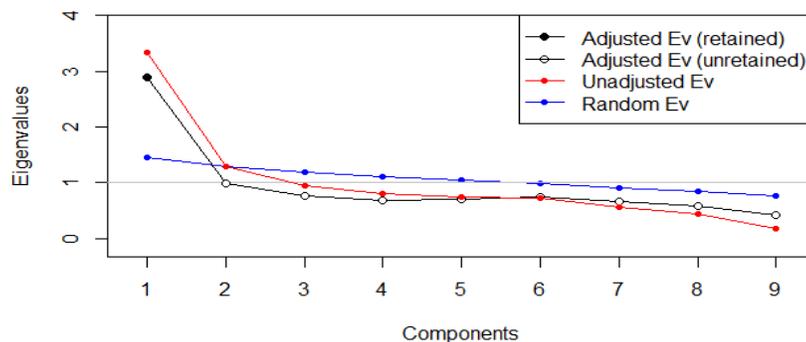
Coefficientes relativamente elevados puderam ser observados para todos os itens, contudo a distribuição dos itens se deu de forma um pouco diferenciada do que se esperava inicialmente. Durante a construção do questionário, 8 itens foram estabelecidos como pertencentes ao fator ideologia social/moral e 8 itens pertencentes ao fator ideologia econômica, contudo, na AFE, apenas 6 itens se configuraram como constituintes do fator social/moral, sendo que 2 passaram para o fator econômico. Os itens que foram relocados pela AFE são “O mundo era menos chato antes do politicamente correto” e “A pena de morte deveria ser instaurada”, indicando que estas duas questões políticas, inicialmente consideradas pertencentes ao espectro social/moral, foram aglomeradas ao discurso referente à ideologia econômica. O alfa de Cronbach, avaliando a confiabilidade da estrutura fatorial, foi bom para o fator ideologia econômica ($\alpha = 0,89$) e satisfatório para ideologia social/moral ($\alpha = 0,78$). Para o julgamento da manutenção dos fatores foi utilizado o eigenvalue aleatório produzido na análise paralela de Horn para cada componente (1,62 e 1,47, respectivamente), dados os eigenvalues identificados na análise (4,72 e 2,47), ambos os fatores foram mantidos. Por fim, a variância total explicada foi mediana, em 44%, contudo esse nível de variância explicada é considerado normal dentro das pesquisas sociais (Damásio, 2011) e era esperado dada a complexidade do fenômeno.

A segunda análise teve intenção de confirmar a manutenção da estrutura fatorial, a validade dos coeficientes e a confiabilidade da estrutura fatorial, ampliando a confiança nos resultados obtidos. Percebe-se que, de modo geral, foi mantida a estrutura fatorial, com coeficientes similares, excetuando-se o item Id.04, que se mostrou suficientemente correlacionado com ambos os fatores quando utilizada a rotação ortogonal “varimax”. Também se mantiveram aceitáveis os valores do alpha de Cronbach, sem reduções significativas na segunda análise ($\alpha = 0,88$ e $\alpha = 0,75$, respectivamente). Esses resultados indicam que a primeira análise pode ser mantida com um certo grau de confiança.

4.1.5 Hábitos Informacionais

Os hábitos informacionais se referem ao modo como o sujeito acessa, entende, analisa, avalia e produz conteúdo informacional (Herakova, Bonnet & Congdon, 2017; Kim & Yang, 2015), deste modo, seria razoável entender tanto que se trata de uma variável composta de vários fatores, onde cada uma dessas ações de processamento de informações representa um fator único, quanto que se trata de uma variável unifatorial, onde cada um desses hábitos representariam aspectos que, em conjunto, representam os hábitos informacionais do sujeito, sem subdivisões mais específicas. Como se trata de um conceito aparentemente novo, quando aplicado na esfera da psicologia política, não foram feitas pressuposições teóricas iniciais sobre a quantidade de fator, deixando esta delimitação à análise paralela de Horn, apresentada na Figura 07.

Figura 07. Análise Paralela de Horn para Hábitos Informacionais.



O resultado da análise paralela de Horn indica uma estrutura unifatorial, que foi a utilizada na AFE subsequente. Novamente, se tratando de uma estrutura unifatorial, não são realizadas rotações dos fatores, já que é considerado apenas 1 fator. Contudo, manteve-se a divisão da amostra em dois grupos aleatoriamente selecionados, de tal modo que se pudesse checar a consistência dos coeficientes e da confiabilidade da estrutura fatorial. HI.08 e HI.09 foram excluídos a partir dos resultados da AFE para esta variável, resultando em uma estrutura de 9 itens, considerando um valor de corte para os coeficientes de 0,40.

Tabela 07. AFE para Hábitos Informacionais.

Itens	Hábitos Informacionais ($n = 202$)	Hábitos Informacionais ($n = 183$)
HI.01	0,48	0,64
HI.02	0,78	0,78
HI.03	0,79	0,68
HI.04	0,44	0,51
HI.05	0,51	0,60
HI.06	0,52	0,59
HI.07	0,50	0,32
Alpha de Cronbach	0,78	0,79
Eigenvalue	2,45	--
Eigenvalue de Corte	1,44	--
% da Variância	35	--

No grupo de 202 participantes foram identificados valores satisfatórios para os coeficientes de todos os itens que compuseram o questionário, com um “regular” índice de confiabilidade da estrutura fatorial ($\alpha = 0,78$), identificada através do alfa de Cronbach. O eigenvalue identificado na AFE foi satisfatório se comparado ao valor de corte identificado na análise paralela de Horn (2,45 e 1,44, respectivamente). A variância explicada pelo fator foi relativamente baixa, em 30%, indicando que existem outras variáveis explicativas que não foram consideradas, contudo, em pesquisas que tangem os fenômenos sociais complexos, como a participação política em seus diversos níveis, valores medianos na porcentagem de variância explicada são esperados (Damásio, 2011), dada a alta probabilidade de que existem inúmeros fatores influenciando a percepção e ação dos sujeitos sobre seus contextos sociopolíticos. A segunda análise, no grupo de 183 participantes, manteve valores

satisfatórios para os coeficientes, assim como um valor bom de confiabilidade da estrutura fatorial ($\alpha = 0,79$).

4.2 Regressões Múltiplas Hierárquicas e Efeitos de Mediação

Antes de realizadas as regressões múltiplas que testaram a efetividade do modelo proposto na explicação dos tipos de participação política analisadas, faz-se necessário a conversão das respostas relativas aos diversos instrumentos utilizados em fatores que pudessem ser computados propriamente. Para tanto, foi produzido um escore para cada fator composto pela média ponderada das respostas de cada participante para cada fator, sendo cada resposta multiplicada pelo coeficiente encontrado na AFE e a soma destes dividida pela soma de todos os coeficientes identificados para o fator. Deste modo, o peso relativo de cada item é levado em conta no cálculo do escore final para cada fator, possibilitando um melhor retrato dos posicionamentos dos participantes do que seria possível utilizando uma média aritmética simples. A Tabela 08 transcreve os resultados descritivos para cada um dos fatores identificados.

Tabela 08. Estatísticas Descritivas dos Fatores ($n = 385$).

Sigla	Fatores	Média	Mediana	<i>dp</i>	Inclinação	Curtose	Min	Max
PPL	Participação Política Latente	2,39	2,26	0,91	0,47	-0,43	0,89	5,37
PPM	Participação Política Manifesta	2,88	2,86	0,96	0,27	-0,15	0,72	5,58
EPI	Eficácia Política Interna	4,72	4,90	0,96	-1,04	0,93	1,40	6,00
CC	Contágio Comportamental	3,61	3,65	0,95	-0,11	0,02	0,31	6,00
IDS	Ideologia Social	5,13	5,47	0,93	-1,51	1,72	1,69	6,00
IDE	Ideologia Econômica	4,68	5,93	1,07	-0,92	0,16	1,28	6,00
HI	Hábitos Informacionais	4,19	4,19	0,81	-0,45	0,23	1,55	6,00

PPL – Participação Política Latente; PPM – Participação Política Manifesta; EPI – Eficácia Política Interna; CC – Contágio Comportamental; IDS – Ideologia Social; IDE – Ideologia Econômica; HI – Hábitos Informacionais.

Percebe-se que, de modo geral, há pouca diferença entre média e mediana, sendo ambos similarmente representativos dos dados, contudo, também fica claro que para as variáveis EPI, IDS, e IDE há pouca probabilidade da manutenção da normalidade, considerando que, em todos estes casos, tanto a média quanto a mediana estão acima de 4,5, enquanto que o escore varia apenas entre 0-6. De fato, quando observamos a inclinação para estas variáveis percebemos que se tratam de valores relativamente altos e negativos, indicando enviesamento da curva à esquerda (preponderância de valores mais elevados). Nos demais fatores, a distribuição aparente se manter aproximadamente normal, com valores relativamente baixos de inclinação e curtose (exceto para PPL) e uma relação praticamente de igualdade entre média e mediana. As amplitudes relatadas indicam, em conjunto com a observação dos escores individuais, que foram obtidos poucos exemplos do extremo mais baixo para as variáveis ideológicas, indicando maior representação das posições liberais, “esquerda” no cenário brasileiro, entre os respondentes.

Tabela 09. Pressupostos para Regressão.

Modelo Geral	$F(5,379)$	R^2	f^2 de Cohen	Kolmogorov-Smirnov	Breush-Pagan	Durbin-Watson		Poder Estatístico ($1 - \beta$)
						Autocorrelação	Sig.	
PPL ~ EPI + CC + IDS + IDE + HI	44,59*	0,37	0,59	$p = 0,07$	$p < 0,001$	0,03	$p = 0,49$	0,99**
PPM ~ EPI + CC + IDS + IDE + HI	32,37*	0,30	0,43	$p = 0,84$	$p < 0,05$	0,07	$p = 0,14$	0,99**

* $p < 0,001$

** Valores identificados com o uso do software G*Power para este tipo de análise.

PPL – Participação Política Latente; PPM – Participação Política Manifesta; EPI – Eficácia Política Interna; CC – Contágio Comportamental; IDS – Ideologia Social; IDE – Ideologia Econômica; HI – Hábitos Informacionais.

A análise de pressupostos transcrita na Tabela 09 demonstra um resultado significativo do efeito das variáveis predictoras sobre as variáveis de resposta PPL, $F(5, 379) = 50,71$, $p < 0,001$, e PPM, $F(5, 379) = 32,37$, $p < 0,001$. O teste Kolmogorov-Smirnov identificou que foram normalmente

distribuídas as respostas relativas às variáveis PPL ($p = 0,07$) e PPM ($p = 0,84$), enquanto que o teste Breusch-Pagan identificou a presença de homoscedasticidade dos resíduos para o modelo geral para PPL, $BP(5) = 24,24$, $p < 0,001$, e para o modelo geral para PPM, $BP(5) = 13,07$, $p < 0,05$. O teste de Durbin-Watson não identificou autocorrelação significativa entre as variáveis nem para o modelo geral para PPL, $DW = 1,93$, $p = 0,49$, nem para o modelo geral para PPM, $DW = 1,86$, $p = 0,14$. O poder estatístico foi calculado post hoc para a regressão múltipla linear (bicaudal) com amostra efetiva de 385, utilizando o tamanho de efeito f^2 (Cohen, 1992) de 0,59 para o modelo de PPL e 0,43 para o modelo de PPM, 5 variáveis preditoras e alfa de 0,05, o poder identificado foi de 0,99 para ambos. Por fim, as Figuras 08 e 09 demonstram as relações dos resíduos, indicando linearidade nas relações e normalidade na distribuição destes, sendo que o conjunto desses resultados suporta a utilização da regressão múltipla como método estatístico de análise (Fávero & Fávero, 2016; Field, Miles & Field, 2012).

Figura 08. Resíduos vs Valores Ajustados e Distribuição dos Resíduos para o Modelo de PPL.

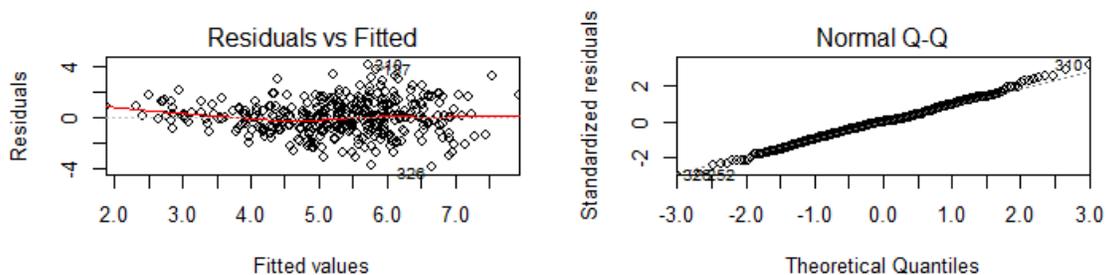
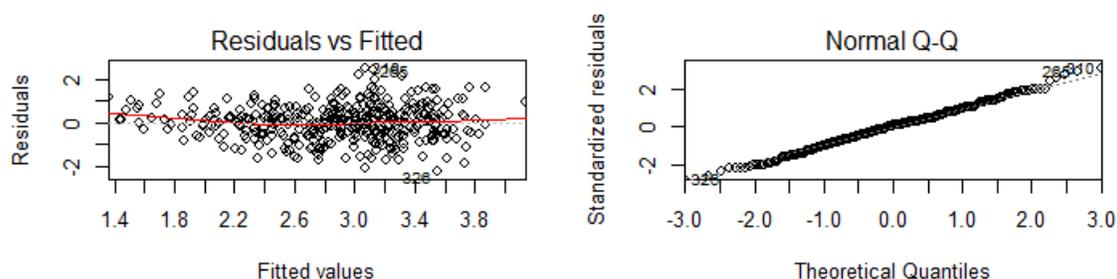


Figura 09. Resíduos vs Valores Ajustados e Distribuição dos Resíduos para o Modelo de PPM.



Por fim, a tabela 10 expõe a matriz de correlações entre todos os fatores construídos para estas análises. Percebe-se que existem duas correlações bastante elevadas na matriz, especificamente as entre os fatores de resposta PPL e PPM ($r = 0,58, p < 0,001$), e os preditores IDS e IDE ($r = 0,42, p < 0,001$). Considerando que em ambos esses casos se tratam de fatores que compõe um mesmo construto geral, Participação Política e Ideologia, respectivamente, correlações mais elevadas são esperadas, contudo, era esperada uma correlação menos elevada entre os fatores que compõe Ideologia, dado que, em condições normais, seria esperado que mantivessem certa independência entre si (Feldman, 2013). Há correlação relativamente elevada, também, entre PPM e IDE, $r = 0,42, p < 0,001$, PPL e EPI, $r = 0,44, p < 0,001$, PPL e CC, $r = 0,40, p < 0,001$, e entre EPI e HI, $r = 0,41, p < 0,001$. As correlações entre IDS e as demais variáveis, excluindo-se IDE, foram bastante baixas.

Tabela 10. Matriz de Correlações entre os Fatores.

	PPL	PPM	CC	EPI	IDS	IDE	HI
PPL	1,00						
PPM	0,58	1,00					
CC	0,40	0,34	1,00				
EPI	0,44	0,35	0,26	1,00			
IDS	0,17	0,28	0,13	0,11	1,00		
IDE	0,30	0,42	0,26	0,24	0,42	1,00	
HI	0,48	0,29	0,31	0,41	0,19	0,14	1,00

$p < 0,001$ para todas as correlações.

PPL – Participação Política Latente; PPM – Participação Política Manifesta; EPI – Eficácia Política Interna; CC – Contágio Comportamental; IDS – Ideologia Social; IDE – Ideologia Econômica; HI – Hábitos Informacionais.

4.2.1 Hipóteses de Mediação

Considerando a divisão da variável resultante em PPL e PPM e a divisão da variável preditora Ideologia em IDS e IDE, é necessário reformular um pouco as hipóteses de mediação, seguem as hipóteses que foram testadas:

H6.1: Existe efeito de mediação de EPI sobre a relação entre a variável preditora HI e a variável de resposta PPL.

H6.2: Existe efeito de mediação de EPI sobre a relação entre a variável preditora HI e a variável de resposta PPM.

H7.1: Existe efeito de mediação de EPI sobre a relação entre a variável preditora IDS e a variável de resposta PPL.

H7.2: Existe efeito de mediação de EPI sobre a relação entre a variável preditora IDS e a variável de resposta PPM.

H7.3: Existe efeito de mediação de EPI sobre a relação entre a variável preditora IDE e a variável de resposta PPL.

H7.4: Existe efeito de mediação de EPI sobre a relação entre a variável preditora IDE e a variável de resposta PPM.

H8.1: Existe efeito de mediação de EPI sobre a relação entre a variável preditora CC e a variável de resposta PPL.

H8.2: Existe efeito de mediação de EPI sobre a relação entre a variável preditora CC e a variável de resposta PPM.

4.2.2 Mediação de EPI sobre a Relação Entre HI e PPL

A hipótese H6.1 diz respeito ao efeito de mediação de Eficácia Política Interna (EPI) sobre a relação entre Hábitos Informacionais (HI) e Participação Política Latente (PPL), considerando HI como variável preditora e PPL como variável de resposta. A análise de Regressão Múltipla, pressupôs, no modelo, a função preditora de HI sobre PPL (equação 1), assim como função preditora de HI sobre EPI (equação 2) e, por fim, a função de ambos HI e EPI como predictoras da variável PPL (equação 3). A

análise destas equações tem como objetivo não só identificar as relações preditivas descritas, como também a transferência do poder preditivo (b) do modelo direto (HI \rightarrow PPL) para a variável mediadora (EPI) no modelo de 3 variáveis. Os resultados destas análises são expostos na Tabela 11.

Tabela 11. Teste de Mediação da EPI na Relação Entre HI e PPL.

Modelo	b	se	t	Sig.	R ²	VIF
Equação 1: PPL em função de HI					0,23	
HI	0,54	0,05	10,62	$p < 0,001$		
Equação 2: EPI em função de HI					0,17	
HI	0,49	0,06	8,84	$p < 0,001$		
Equação 3: PPL em função de HI e EPI					0,30	1,20
HI	0,40	0,05	7,58	$p < 0,001$		
EPI	0,28	0,04	6,21	$p < 0,001$		

PPL – Participação Política EPI – Eficácia Política Interna; HI – Hábitos Informacionais.

Esta análise foi realizada pela função “lm” (modelo linear) no software de computação estatística “R”. É indicada uma função preditiva significativa de Hábitos Informacionais (HI) sobre Participação Política Latente, $b = 0,54$, $se = 0,05$, $p < 0,001$, explicando 23% da variância, $F(1, 383) = 112,80$, $R^2 = 0,23$, $p < 0,001$, assim como sobre Eficácia Política Interna (EPI), $b = 0,49$, $se = 0,06$, $p < 0,001$, explicando 17% da variância, $F(1, 383) = 78,25$, $R^2 = 0,17$, $p < 0,001$, apoiando a hipótese de mediação. Quando controlando para a variável mediadora (EPI), o efeito de HI sobre PPL foi reduzido, $b = 0,40$, $se = 0,05$, $p < 0,001$, mas não foi suprimido, indicando um efeito de mediação parcial. Cerca de 30% da variância foi explicada pelas variáveis predictoras no modelo utilizado na equação 3, $F(2, 382) = 81,26$, $R^2 = 0,30$, $p < 0,001$, sendo esse um incremento significativo no poder explicativo comparado aos modelos anteriores. O fator de inflação da variância (VIF) indica que a multicolinearidade não foi um problema para esta análise.

Tabela 12. Teste Robusto de Mediação da EPI na Relação Entre HI e PPL.

	<i>b</i>	95% CI		Sig.
		Inferior	Superior	
Efeito Indireto	0,14	0,09	0,19	$p < 0,001$
Efeito Direto	0,41	0,30	0,50	$p < 0,001$
Efeito Total	0,54	0,45	0,63	$p < 0,001$
Proporção Mediada	0,25	0,17	0,36	$p < 0,001$

Como demonstrado na análise transcrita na Tabela 12, realizada pela função “mediate”, no pacote “mediation” (Tingley, Yamamoto, Hirose, Keele & Imai, 2017), uma análise robusta para qual foram utilizadas 1000 simulações, mantém-se a presença de uma mediação parcial, considerando os modelos descritos na Tabela 11, sendo definidas como variável de tratamento os HI e como variável mediadora a EPI. Nesta análise, se manteve similar e significativo o efeito total, $b = 0,54$, 95% CI [0,45, 0,63], $p < 0,001$, assim como o efeito direto, $b = 0,41$, 95% CI [0,30, 0,50], $p < 0,001$, o efeito indireto, contudo, demonstrou um leve aumento, $b = 0,14$, 95% CI [0,09, 0,19], $p < 0,001$. A análise robusta identificou um efeito de mediação parcial significativo, onde 25% do efeito foi mediado pela variável EPI, 95% CI [0,17, 0,36], $p < 0,001$, aproximadamente um quarto do efeito total.

4.2.3 Mediação de EPI sobre a Relação Entre HI e PPM

Na hipótese H6.2, considera-se o efeito de mediação de Eficácia Política Interna (EPI) sobre a relação entre Hábitos Informacionais (HI) e Participação Política Manifesta (PPM), considerando HI como variável preditora e PPM como variável de resposta. Para esta análise de Regressão Múltipla, pressupôs-se que a HI teria função preditora sobre PPM (equação 1), assim como sobre EPI (equação 2) e, por fim, a função preditora de ambos HI e EPI sobre a variável PPM (equação 3). Ao analisar estas equações, teve-se como objetivo não somente identificar as relações preditivas descritas, mas

também a transferência do poder preditivo (*b*) do modelo direto (HI -> PPM) para a variável mediadora (EPI) no modelo de 3 variáveis. Os resultados destas análises são expostos na Tabela 13.

Tabela 13. Teste de Mediação da EPI na Relação Entre HI e PPM.

Modelo	<i>b</i>	<i>se</i>	<i>t</i>	Sig.	R ²	VIF
Equação 1: PPM em função de HI					0,09	
HI	0,35	0,06	5,98	<i>p</i> < 0,001		
Equação 2: EPI em função de HI					0,17	
HI	0,49	0,06	8,85	<i>p</i> < 0,001		
Equação 3: PPM em função de HI e EPI					0,15	1,20
HI	0,21	0,06	3,43	<i>p</i> < 0,001		
EPI	0,28	0,05	5,36	<i>p</i> < 0,001		

PPM – Participação Política Manifesta; EPI – Eficácia Política Interna; HI – Hábitos Informacionais.

Esta análise foi realizada pela função “lm” (modelo linear) no software de computação estatística “R”. Apresentam-se nos resultados valores indicativos de uma função preditiva significativa de Hábitos Informacionais (HI) sobre PPM, $b = 0,35$, $se = 0,06$, $p < 0,001$, explicando 09% da variância, $F(1, 383) = 35,71$, $R^2 = 0,09$, $p < 0,001$, assim como sobre EPI, $b = 0,49$, $se = 0,06$, $p < 0,001$, explicando 17% da variância, $F(1, 383) = 78,25$, $R^2 = 0,17$, $p < 0,001$, apoiando a hipótese de mediação. Quando controlado para a variável mediadora EPI, o efeito de HI sobre PPM foi reduzido, $b = 0,21$, $se = 0,06$, $p < 0,001$, mas não foi suprimido, indicando um efeito de mediação parcial. Aproximadamente 15% da variância foi explicada pelas variáveis predictoras no modelo utilizado na equação 3, $F(2, 382) = 33,52$, $R^2 = 0,15$, $p < 0,001$, sendo esse um incremento significativo no poder explicativo comparado ao primeiro modelo e uma redução se comparado ao segundo modelo. O fator de inflação da variância (VIF) indica que a multicolinearidade não foi um problema para esta análise.

Tabela 14. Teste Robusto de Mediação da EPI na Relação Entre HI e PPM.

	<i>B</i>	95% CI		Sig.
		Inferior	Superior	
Efeito Indireto	0,14	0,08	0,19	$p < 0,001$
Efeito Direto	0,21	0,10	0,33	$p < 0,001$
Efeito Total	0,35	0,24	0,45	$p < 0,001$
Proporção Mediada	0,39	0,22	0,63	$p < 0,001$

Os resultados transcritos na Tabela 14 representam aqueles obtidos pela função “mediate”, no pacote “mediation” (Tingley, Yamamoto, Hirose, Keele & Imai, 2017), uma análise robusta para qual foram utilizadas 1000 simulações. Mantém-se a presença de uma mediação parcial, considerando os modelos descritos na Tabela 13, sendo definidas como variável de tratamento os HI e como variável mediadora a EPI. Nesta análise, se manteve similar e significativo o efeito total, $b = 0,35$, 95% CI [0,24, 0,45], $p < 0,001$, assim como o efeito direto, $b = 0,21$, 95% CI [0,10, 0,33], $p < 0,001$, e o efeito indireto, $b = 0,14$, 95% CI [0,0,86, 0,19], $p < 0,001$. A análise robusta identificou um efeito de mediação parcial significativo, onde 39% do efeito foi mediado pela variável EPI, 95% CI [0,22, 0,63], $p < 0,001$.

4.2.4 Mediação de EPI sobre a Relação Entre IDS e PPL

A hipótese H7.1 diz respeito ao efeito de mediação exercido pela variável Eficácia Política Interna (EPI) sobre a relação entre Ideologia Social (IDS) e Participação Política Latente (PPL). Para testar esta relação foi utilizada a Regressão Múltipla, no intuito de analisar a relação preditiva entre IDS e tanto a variável de resposta PPL (equação 1) quanto a variável mediadora EPI (equação 2), assim como quanto do poder preditivo (b) exibido na relação direta (IDS \rightarrow PPL) seria transferido para a

variável mediadora EPI com sua inclusão em um modelo único (equação 3). Os resultados destas análises são expostos na Tabela 15.

Tabela 15. Teste de Mediação da EPI na Relação Entre IDS e PPL.

Modelo	<i>b</i>	<i>se</i>	<i>t</i>	Sig.	R ²	VIF
Equação 1: PPL em função de IDS					0,03	
IDS	0,23	0,07	3,43	$p < 0,001$		
Equação 2: EPI em função de IDS					0,01	
IDS	0,15	0,07	2,07	$p < 0,05$		
Equação 3: PPL em função de IDS e EPI					0,21	1,01
IDS	0,17	0,06	2,79	$p < 0,01$		
EPI	0,40	0,04	9,30	$p < 0,001$		

PPL – Participação Política Latente; EPI – Eficácia Política Interna; IDS – Ideologia Social

Esta análise foi realizada pela função “lm” (modelo linear) no software de computação estatística “R”. Os resultados indicaram que Ideologia Social (IDS) foi um preditor significativo tanto de Participação Política Latente, $b = 0,23$, $se = 0,07$, $p < 0,001$, explicando 3% da variância, $F(1, 383) = 11,75$, $R^2 = 0,03$, $p < 0,001$, quanto de EPI, $b = 0,15$, $se = 0,07$, $p < 0,001$, explicando apenas 3% da variância, $F(1, 383) = 4,30$, $R^2 = 0,03$, $p < 0,05$. sendo a significância desses dois modelos de regressão necessários para sustentação da hipótese de mediação. Quando controlando para a variável mediadora (EPI), o efeito de IDS sobre PPL foi reduzido, $b = 0,15$, $se = 0,07$, $p < 0,05$, mas não foi suprimido, indicando um efeito de mediação parcial. Aproximadamente 21% da variância foi explicada pelas variáveis predictoras no modelo utilizado na equação 3, $F(2, 382) = 50,46$, $R^2 = 0,21$, $p < 0,001$, um incremento significativo no poder explicativo se comparado aos dois modelos anteriores. O valor do fator de inflação da variância (VIF) indica que a multicolinearidade não foi um problema para esta análise.

Tabela 16. Teste Robusto de Mediação da EPI na Relação Entre IDS e PPL.

	<i>b</i>	95% CI		Sig.
		Inferior	Superior	
Efeito Indireto	0,06	0,002	0,12	$p < 0,05$
Efeito Direto	0,17	0,04	0,29	$p < 0,01$
Efeito Total	0,23	0,10	0,35	$p < 0,001$
Proporção Mediada	0,26	0,01	0,57	$p < 0,05$

Esta segunda análise foi realizada pela função “mediate”, no pacote “mediation” (Tingley, Yamamoto, Hirose, Keele & Imai, 2017), que realiza uma análise robusta (1000 simulações foram utilizadas) do processo de mediação conforme descrito pelos modelos lineares apresentados na Tabela 15, identificando IDS como variável de tratamento e EPI como mediadora. Percebe-se que nesta análise, o efeito total se manteve similar e significativo, $b = 0,23$, 95% CI [0,10, 0,35], $p < 0,001$, assim como o efeito direto, $b = 0,17$, 95% CI [0,04, 0,29], $p < 0,01$, e o efeito indireto, $b = 0,06$, 95% CI [0,002, 0,12], $p < 0,05$). Por fim, esta análise robusta identificou um efeito de mediação parcial significativo onde 26% do efeito se mostrou mediado pela variável EPI, 95% CI [0,01, 0,57], $p < 0,05$, ou seja, um pouco mais de um quarto do efeito total.

4.2.5 Mediação de EPI sobre a Relação Entre IDS e PPM

A hipótese H7.2 corresponde ao pressuposto de um efeito de mediação da Eficácia Política Interna (EPI) sobre a relação entre Ideologia Social (IDS) e Participação Política Manifesta (PPM). Para testar esta relação foi utilizada a Regressão Múltipla, de modo a analisar a relação preditiva entre IDS e tanto a variável de resposta PPM (equação 1) quanto a variável mediadora EPI (equação 2), assim como quanto do poder preditivo (b) exibido na relação direta (IDS -> PPM) foi transferido para a

variável mediadora EPI com sua inclusão em um único modelo (equação 3). Os resultados destas análises são expostos na tabela 17.

Tabela 17. Teste de Mediação da EPI na Relação Entre IDS e PPM.

Modelo	<i>b</i>	<i>se</i>	<i>t</i>	Sig.	R ²	VIF
Equação 1: PPM em função de IDS					0,08	
IDS	0,40	0,07	5,80	<i>p</i> < 0,001		
Equação 2: EPI em função de IDS					0,01	
IDS	0,15	0,07	2,07	<i>p</i> < 0,05		
Equação 3: PPM em função de IDS e EPI					0,18	1,01
IDS	0,35	0,06	5,38	<i>p</i> < 0,001		
EPI	0,33	0,05	6,99	<i>p</i> < 0,001		

PPM – Participação Política Manifesta; EPI – Eficácia Política Interna; IDS – Ideologia Social

A análise transcrita foi realizada pela função “lm” (modelo linear) no software de computação estatística “R”. Os resultados são indicativos de que Ideologia Social (IDS) foi um preditor significativo tanto de Participação Política Manifesta, $b = 0,40$, $se = 0,07$, $p < 0,001$, explicando cerca de 8% da variância, $F(1, 383) = 33,64$, $R^2 = 0,08$, $p < 0,001$, quanto de EPI, $b = 0,15$, $se = 0,07$, $p < 0,01$, explicando apenas 1% da variância, $F(1, 383) = 4,30$, $R^2 = 0,01$, $p < 0,05$. A significância desses dois modelos de regressão são necessárias para sustentação da hipótese de mediação. Adicionalmente, quando controlando para a variável mediadora EPI, o efeito de IDS sobre PPM foi reduzido, $b = 0,35$, $se = 0,06$, $p < 0,001$, mas não suprimido, indicando um efeito de mediação parcial. 18% da variância foi explicada pelas variáveis preditoras no modelo utilizado na equação 3, $F(2, 382) = 43,32$, $R^2 = 0,18$, $p < 0,001$, um incremento significativo no poder explicativo se comparado aos modelos anteriores. O valor do fator de inflação da variância (VIF) indica que a multicolinearidade não foi um problema para esta análise.

Tabela 18. Teste Robusto de Mediação da EPI na Relação Entre IDS e PPM.

	<i>b</i>	95% CI		Sig.
		Inferior	Superior	
Efeito Indireto	0,04	0,01	0,07	$p < 0,05$
Efeito Direto	0,35	0,24	0,45	$p < 0,001$
Efeito Total	0,38	0,27	0,49	$p < 0,001$
Proporção Mediada	0,09	0,01	0,18	$p < 0,05$

Esta análise foi realizada pela função “mediate”, no pacote “mediation” (Tingley, Yamamoto, Hirose, Keele & Imai, 2017), que realiza uma análise robusta, no caso foram utilizadas 1000 simulações, do processo de mediação conforme descrito pelos modelos lineares apresentados na Tabela 17, identificando IDS como variável de tratamento e EPI como mediadora. Nesta análise, o efeito total se manteve similar e significativo, $b = 0,38$, 95% CI [0,24, 0,45], $p < 0,001$), assim como o efeito direto, $b = 0,35$, 95% CI [0,24, 0,45], $p < 0,001$, e o efeito indireto, $b = 0,04$, 95% CI [0,01, 0,07], $p < 0,05$. Por fim, esta análise robusta identificou um efeito de mediação parcial significativo, onde 9% do efeito se mostrou mediado pela variável EPI, 95% CI [0,01, 0,18], $p < 0,05$.

4.2.6 Mediação de EPI sobre a Relação Entre IDE e PPL

A hipótese H7.3 diz respeito ao efeito de mediação de Eficácia Política Interna (EPI) sobre a relação entre Ideologia Econômica (IDE) e Participação Política Latente (PPL), onde IDE é variável preditora e PPL é variável de resposta. O teste desta relação se deu mediante a análise de Regressão Múltipla, pressupondo, no modelo, a função preditora de IDE sobre PPL (equação 1), a função preditora de IDE sobre EPI (equação 2) e a função de ambos IDE e EPI como preditoras da variável PPL (equação 3). Esta análise tem como objetivo não só identificar as relações preditivas descritas, como também quanto do poder preditivo (b) do modelo direto (IDE -> PPL) é transferido para a

variável mediadora (EPI) quando ela é incluída no modelo. Os resultados destas análises são expostos na Tabela 19.

Tabela 19. Teste de Mediação da EPI na Relação Entre IDE e PPL.

Modelo	<i>b</i>	<i>se</i>	<i>t</i>	Sig.	R ²	VIF
Equação 1: PPL em função de IDE					0,09	
IDE	0,21	0,03	6,17	<i>p</i> < 0,001		
Equação 2: EPI em função de IDE					0,06	
IDE	0,17	0,04	4,75	<i>p</i> < 0,001		
Equação 3: PPL em função de IDE e EPI					0,23	1,06
IDE	0,15	0,03	4,53	<i>p</i> < 0,001		
EPI	0,37	0,04	8,46	<i>p</i> < 0,001		

PPL – Participação Política Latente; EPI – Eficácia Política Interna; IDE – Ideologia Econômica

Esta análise foi realizada pela função “lm” (modelo linear) no software de computação estatística “R”. Os resultados indicam uma função preditiva significativa de Ideologia Econômica (IDE) tanto sobre Participação Política Latente, $b = 0,21$, $se = 0,03$, $p < 0,001$, explicando 9% da variância, $F(1, 383) = 38,08$, $R^2 = 0,09$, $p < 0,001$, quanto sobre EPI, $b = 0,17$, $se = 0,04$, $p < 0,001$, explicando 6% da variância, $F(1, 383) = 22,61$, $R^2 = 0,06$, $p < 0,001$, sustentando a hipótese de mediação. Quando controlando para a variável mediadora EPI, o efeito de IDE sobre PPL foi reduzido, $b = 0,15$, $se = 0,03$, $p < 0,001$, mas não foi suprimido, indicando um efeito de mediação parcial. Aproximadamente 23% da variância foi explicada pelas variáveis preditoras no modelo utilizado na equação 3, $F(2, 382) = 58,34$, $R^2 = 0,23$, $p < 0,001$, incremento significativo no poder explicativo comparado aos modelos anteriores. O valor do fator de inflação da variância (VIF) indica que a multicolinearidade não foi um problema para esta análise.

Tabela 20. Teste Robusto de Mediação da EPI na Relação Entre IDE e PPL.

	<i>b</i>	95% CI		Sig.
		Inferior	Superior	
Efeito Indireto	0,06	0,04	0,10	$p < 0,001$
Efeito Direto	0,15	0,08	0,21	$p < 0,001$
Efeito Total	0,21	0,14	0,28	$p < 0,001$
Proporção Mediada	0,31	0,17	0,49	$p < 0,001$

A análise transcrita na Tabela 20 foi realizada pela função “mediate”, no pacote “mediation” (Tingley, Yamamoto, Hirose, Keele & Imai, 2017), que realiza uma análise robusta (1000 simulações foram utilizadas) do processo de mediação conforme descrito pelos modelos lineares apresentados na Tabela 19, sendo identificadas IDE como variável de tratamento e EPI como variável mediadora. Nesta análise, o efeito total se manteve significativo, mas levemente reduzido, $b = 0,21$, 95% CI [0,14, 0,28], $p < 0,001$, o efeito direto se manteve similar, $b = 0,15$, 95% CI [0,08, 0,21], $p < 0,001$, e o efeito indireto, $b = 0,06$, 95% CI [0,04, 0,10], $p < 0,001$. Por fim, a análise robusta identificou um efeito de mediação parcial significativo, onde 31% do efeito foi mediado pela variável EPI, 95% CI [0,17, 0,49], $p < 0,001$, aproximadamente um terço do efeito total.

4.2.7 Mediação de EPI sobre a Relação Entre IDE e PPM

Refere-se à hipótese de mediação H7.4 a premissa de que haveria efeito de mediação de Eficácia Política Interna (EPI) sobre a relação entre Ideologia Econômica (IDE) e Participação Política Manifesta (PPM), onde IDE é variável preditora e PPM é variável de resposta. Para testar esta relação, foi utilizada a análise de Regressão Múltipla, pressupondo, no modelo, a função preditora de IDE sobre PPM (equação 1), a função preditora de IDE sobre EPI (equação 2) e a função de ambos IDE e EPI como preditoras da variável PPM (equação 3). Esta análise tem como objetivo não apenas identificar as

relações preditivas descritas, mas também quanto do poder preditivo (*b*) do modelo direto (IDE -> PPM) se transfere para a variável mediadora (EPI) quando ela é incluída no modelo. Os resultados destas análises são expostos na Tabela 21.

Tabela 21. Teste de Mediação da EPI na Relação Entre IDE e PPM.

Modelo	<i>b</i>	<i>se</i>	<i>t</i>	Sig.	R ²	VIF
Equação 1: PPM em função de IDE					0,17	
IDE	0,31	0,03	9,00	<i>p</i> < 0,001		
Equação 2: EPI em função de IDE					0,06	
IDE	0,17	0,04	4,75	<i>p</i> < 0,001		
Equação 3: PPM em função de IDE e EPI					0,24	1,06
IDE	0,26	0,03	7,74	<i>p</i> < 0,001		
EPI	0,27	0,05	5,82	<i>p</i> < 0,001		

PPM – Participação Política Manifesta; EPI – Eficácia Política Interna; IDE – Ideologia Econômica

A análise transcrita foi realizada pela função “lm” (modelo linear) no software de computação estatística “R”. Esses resultados indicam uma função preditiva significativa de Ideologia Econômica (IDE) tanto sobre Participação Política Manifesta, $b = 0,31$, $se = 0,03$, $p < 0,001$, explicando 17% da variância, $F(1, 383) = 81,06$, $R^2 = 0,17$, $p < 0,001$, quanto sobre EPI, $b = 0,17$, $se = 0,04$, $p < 0,001$, explicando apenas 6% da variância, $F(1, 383) = 22,61$, $R^2 = 0,06$, $p < 0,001$, sustentando a hipótese de mediação, ainda que com baixos valores de variância explicada. Quando controlando para a variável mediadora EPI, o efeito de IDE sobre PPM foi reduzido, $b = 0,26$, $se = 0,03$, $p < 0,001$, mas não foi suprimido, indicando um efeito de mediação parcial. Aproximadamente 24% da variância foi explicada pelas variáveis predictoras no modelo utilizado na equação 3, $F(2, 382) = 60,98$, $R^2 = 0,24$, $p < 0,001$, incremento significativo no poder explicativo comparado aos modelos anteriores. O valor do fator de inflação da variância (VIF) indica que a multicolinearidade não foi um problema para esta análise.

Tabela 22. Teste Robusto de Mediação da EPI na Relação Entre IDE e PPM.

	<i>b</i>	95% CI		Sig.
		Inferior	Superior	
Efeito Indireto	0,05	0,03	0,07	$p < 0,001$
Efeito Direto	0,26	0,20	0,33	$p < 0,001$
Efeito Total	0,31	0,25	0,38	$p < 0,001$
Proporção Mediada	0,15	0,08	0,23	$p < 0,001$

Na Tabela 22 encontram-se os resultados obtidos pela função “mediate”, no pacote “mediation” (Tingley, Yamamoto, Hirose, Keele & Imai, 2017), que realiza uma análise robusta com, no caso, 1000 simulações, do processo de mediação conforme descrito pelos modelos lineares apresentados na Tabela 21, sendo identificadas IDE como variável de tratamento e EPI como variável mediadora. Aqui o efeito total se manteve similar e significativo, $b = 0,31$, 95% CI [0,25, 0,38], $p < 0,001$, assim como o efeito direto, $b = 0,26$, 95% CI [0,20, 0,33], $p < 0,001$, e o efeito indireto, $b = 0,05$, 95% CI [0,03, 0,07], $p < 0,001$). Adicionalmente, a análise robusta identificou um efeito de mediação parcial significativo, onde 15% do efeito foi mediado pela variável EPI, 95% CI [0,08, 0,23], $p < 0,001$.

4.2.8 Mediação de EPI sobre a Relação Entre CC e PPL

A hipótese H8.1 refere-se ao efeito de mediação de Eficácia Política Interna (EPI) sobre a relação entre Contágio Comportamental (CC) e Participação Política Latente (PPL), onde CC é variável preditora e PPL é variável de resposta. A análise de Regressão Múltipla pressupõe, nesse modelo, a função preditora de HI sobre PPL, assim como função preditora de CC sobre EPI e a função de ambos CC e EPI como preditoras de PPL. O objetivo desta análise não se apresenta apenas no sentido de identificar as relações preditivas descritas, como também quanto do poder preditivo (b) do modelo

direto (CC -> PPL) é transferido para a variável mediadora (EPI) quando ela é incluída no modelo. Os resultados destas análises são expostos na Tabela 23.

Tabela 23. Teste de Mediação da EPI na Relação Entre CC e PPL.

Modelo	<i>b</i>	<i>se</i>	<i>t</i>	Sig.	R ²	VIF
Equação 1: PPL em função de CC					0,16	
CC	0,38	0,05	8,51	$p < 0,001$		
Equação 2: EPI em função de CC					0,07	
CC	0,26	0,05	5,31	$p < 0,001$		
Equação 3: PPL em função de CC e EPI					0,28	1,07
CC	0,29	0,04	6,77	$p < 0,001$		
EPI	0,34	0,04	7,98	$p < 0,001$		

PPL – Participação Política Latente; EPI – Eficácia Política Interna; CC – Contágio Comportamental

A análise descrita foi realizada pela função “lm” (modelo linear) no software de computação estatística “R”. Esses resultados apresentam uma função preditiva significativa de Contágio Comportamental (CC) sobre Participação Política Latente, $b = 0,38$, $se = 0,05$, $p < 0,001$, explicando 16% da variância, $F(1, 383) = 72,48$, $R^2 = 0,16$, $p < 0,001$, e sobre EPI, $b = 0,26$, $se = 0,05$, $p < 0,001$, explicando apenas 7% da variância, $F(1, 383) = 28,23$, $R^2 = 0,07$, $p < 0,001$, fortalecendo a hipótese de mediação. o controlando para a variável mediadora EPI, o efeito de CC sobre PPL foi reduzido, $b = 0,29$, $se = 0,05$, $p < 0,001$, mas não foi suprimido, indicando um efeito de mediação parcial. Cerca de 28% da variância foi explicada pelas variáveis preditoras no modelo utilizado na equação 3, $F(2, 382) = 74,05$, $R^2 = 0,28$, $p < 0,001$, valor significativamente superior de poder explicativo comparado aos modelos anteriores. O valor do fator de inflação da variância (VIF) indica que a multicolinearidade não foi um problema para esta análise.

Tabela 24. Teste Robusto de Mediação da EPI na Relação Entre CC e PPL.

	<i>b</i>	95% CI		Sig.
		Inferior	Superior	
Efeito Indireto	0,09	0,05	0,14	$p < 0,001$
Efeito Direto	0,29	0,20	0,39	$p < 0,001$
Efeito Total	0,38	0,30	0,48	$p < 0,001$
Proporção Mediada	0,24	0,14	0,37	$p < 0,001$

A análise transcrita na Tabela 24 foi realizada pela função “mediate”, no pacote “mediation” (Tingley, Yamamoto, Hirose, Keele & Imai, 2017), que realiza uma análise robusta, para qual foram utilizadas 1000 simulações, do processo de mediação conforme descrito pelos modelos lineares apresentados na Tabela 23, sendo identificadas CC como variável de tratamento e EPI como variável mediadora. O efeito total se manteve similar e significativo, $b = 0,38$, 95% CI [0,30, 0,48], $p < 0,001$, assim como o efeito direto, $b = 0,29$, 95% CI [0,20, 0,39], $p < 0,001$, e o efeito indireto, $b = 0,09$, 95% CI [0,05, 0,14], $p < 0,001$. A análise robusta identificou um efeito de mediação parcial significativo, onde 24% do efeito foi mediado pela variável EPI, 95% CI [0,14, 0,37], $p < 0,001$, aproximadamente um quarto do efeito total.

4.2.9 Mediação de EPI sobre a Relação Entre CC e PPM

A última hipótese de mediação avaliada neste trabalho, H8.2, considera um efeito de mediação de Eficácia Política Interna (EPI) sobre a relação entre Contágio Comportamental (CC) e Participação Política Manifesta (PPM), onde CC é variável preditora e PPM é variável de resposta. Para esse modelo a análise de Regressão Múltipla pressupõe uma função preditora de HI sobre PPL, assim como de CC sobre EPI e, por fim, uma função preditora de ambos CC e EPI sobre PPM. Objetiva-se nesta análise não apenas a identificação das relações preditivas descritas, mas também a identificação de quanto do

poder preditivo (*b*) do modelo direto (CC -> PPM) é transferido para a variável mediadora (EPI) quando ela é incluída no modelo. Os resultados destas análises são expostos na Tabela 25.

Tabela 25. Teste de Mediação da EPI na Relação Entre CC e PPM.

Modelo	<i>b</i>	<i>se</i>	<i>t</i>	Sig.	R ²	VIF
Equação 1: PPM em função de CC					0,12	
CC	0,35	0,05	7,16	<i>p</i> < 0,001		
Equação 2: EPI em função de CC					0,07	
CC	0,26	0,05	5,31	<i>p</i> < 0,001		
Equação 3: PPM em função de CC e EPI					0,19	1,07
CC	0,27	0,05	5,67	<i>p</i> < 0,001		
EPI	0,28	0,05	5,87	<i>p</i> < 0,001		

PPM – Participação Política Manifesta; EPI – Eficácia Política Interna; CC – Contágio Comportamental

A análise descrita foi realizada pela função “lm” (modelo linear) no software de computação estatística “R”. Esses resultados corroboram uma função preditiva significativa de Contágio Comportamental (CC) sobre Participação Política Manifesta, $b = 0,35$, $se = 0,05$, $p < 0,001$, explicando 12% da variância, $F(1, 383) = 51,26$, $R^2 = 0,12$, $p < 0,001$, e sobre EPI, $b = 0,26$, $se = 0,05$, $p < 0,001$, explicando 6% da variância, $F(1, 383) = 28,23$, $R^2 = 0,07$, $p < 0,001$, fortalecendo a hipótese de mediação. Controlando para a variável mediadora EPI, o efeito de CC sobre PPM foi reduzido, $b = 0,27$, $se = 0,04$, $p < 0,001$, mas não foi suprimido, indicando um efeito de mediação parcial. Cerca de 19% da variância foi explicada pelas variáveis preditoras, $F(2, 382) = 45,12$, $R^2 = 0,19$, $p < 0,001$, valor significativamente superior de poder explicativo comparado aos modelos anteriores. O valor do fator de inflação da variância (VIF) indica que a multicolinearidade não foi um problema para esta análise.

Tabela 26. Teste Robusto de Mediação da EPI na Relação Entre CC e PPM.

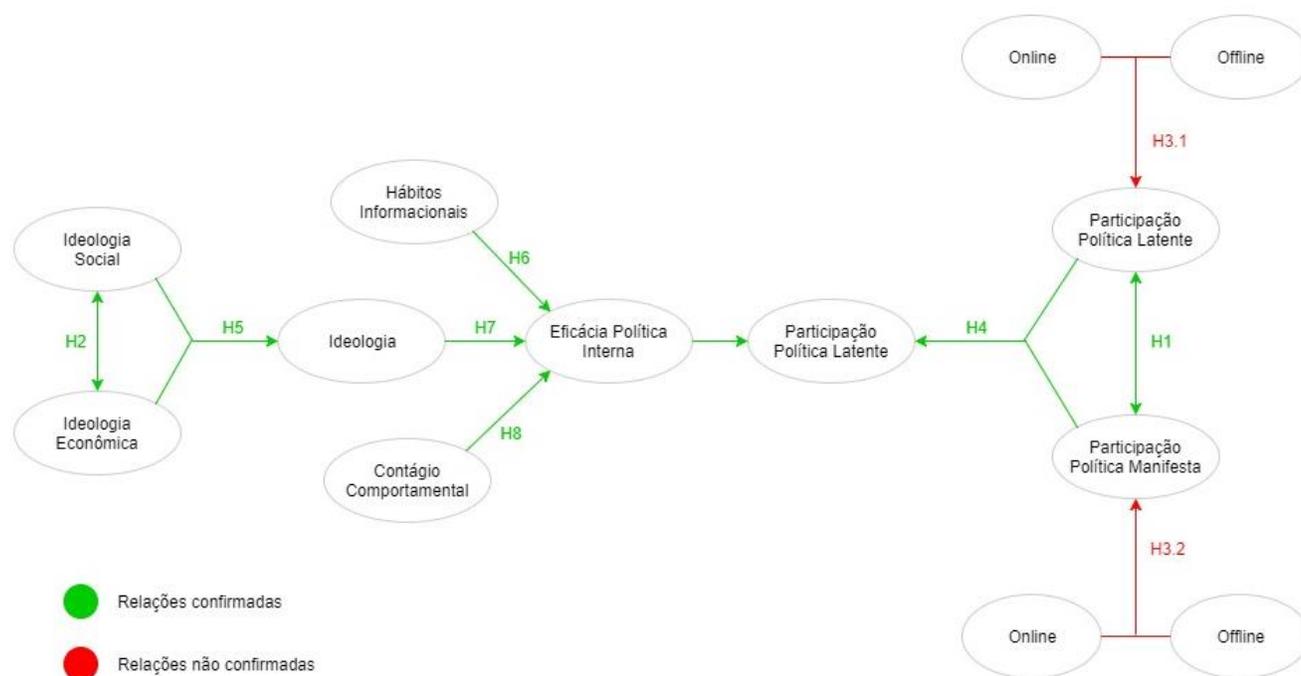
	<i>b</i>	95% CI		Sig.
		Inferior	Superior	
Efeito Indireto	0,07	0,04	0,11	$p < 0,001$
Efeito Direto	0,27	0,18	0,37	$p < 0,001$
Efeito Total	0,35	0,25	0,45	$p < 0,001$
Proporção Mediada	0,21	0,12	0,34	$p < 0,001$

Na análise transcrita na Tabela 26, foi utilizada a função “mediate”, no pacote “mediation” (Tingley, Yamamoto, Hirose, Keele & Imai, 2017), que produz uma análise robusta, neste caso foram utilizadas 1000 simulações, do processo de mediação conforme descrito pelos modelos lineares apresentados na Tabela 25, sendo identificadas HI como variável de tratamento e EPI como variável mediadora. O efeito total se manteve significativo, mas com leve redução, $b = 0,35$, 95% CI [0,25, 0,45], $p < 0,001$, o efeito direto se manteve similar e significativo, $b = 0,27$, 95% CI [0,18, 0,37], $p < 0,001$, e o efeito indireto mostrou leve redução, $b = 0,07$, 95% CI [0,04, 0,11], $p < 0,001$. A análise robusta identificou um efeito de mediação parcial significativo, onde 21% do efeito foi mediado pela variável EPI, 95% CI [0,12, 0,34], $p < 0,001$, aproximadamente um quarto do efeito total.

Capítulo 5: Discussão

O modelo e hipóteses propostas são identificadas, novamente, na Figura 10, retomando a discussão iniciada no capítulo 1 e explicitando a confirmação ou negação das relações apresentadas nas hipóteses. Esta figura que segue tem a intenção de resumir os desdobramentos dos resultados obtidos nesta pesquisa, sendo a discussão de cada um deles, propriamente dita, efetuada mais a fundo nos subcapítulos que seguem.

Figura 10. Relações confirmadas e não confirmadas nas análises.



5.1 Desdobramentos das Estruturas Fatoriais dos Instrumentos

O desenvolvimento dos questionários aplicados neste trabalho foi essencial para testar as relações entre os diversos comportamentos que compõe o modelo de participação política sugerido. De modo geral, os resultados nesta etapa não foram muito além do que era previsto teoricamente, trazendo evidências de validade para as definições conceituais que foram discutidas anteriormente para cada

uma das variáveis. Para as variáveis Eficácia Política Interna, Contágio Comportamental e Hábitos Informacionais não houve divergências significativas em relação à essas discussões teóricas, se mantendo, nos três casos, uma estrutura unifatorial que indicou a presença de apenas uma variável latente subjacente para cada instrumento. Vale ressaltar, porém, que as variâncias explicadas indicam que há uma parcela razoável da variância ainda precisa ser explicada, ainda que representem uma quantidade significativa da dispersão das respostas (entre 35% e 52%). Ou seja, ainda há espaço para melhorar e ampliar esses instrumentos, especialmente considerando a complexidade dos construtos, em termos de outros possíveis comportamentos que porventura tenham sido desconsiderados.

Contudo duas divergências se ressaltaram nesse momento da análise dos dados. Primeiramente, a participação política não se dividiu nos vários subtópicos propostos no modelo teórico de Ekman e Amnã (2012) e Carneiro (2015), mantendo uma estrutura bifatorial na AFE, distinguindo apenas a Participação Política Latente da Participação Política Manifesta, resultado esperado dada a configuração do questionário (com uma quantidade reduzir de itens para possibilitar a aplicação em tempo hábil). Segundo, a estrutura fatorial da variável Ideologia se manteve na divisão prevista entre Ideologia Social e Econômica (Feldman, 2013; Feldman & Johnston, 2014), contudo, dois itens que teoricamente se referiam à parcela social/moral da ideologia se mostraram deslocados para a parcela econômica nessa análise. Ambas as divergências são discutidas mais a fundo a seguir.

5.1.1 Participação Política

Foi encontrada uma estrutura bifatorial para a variável, dividindo-a de modo congruente com as definições de Participação Política Latente e Manifesta, de tal modo que esta estrutura corrobora o que foi previsto na hipótese H4. Foi encontrado, também, um alto grau de correlação entre esses fatores ($r = 0,58$), indicando não apenas que se tratam de aspectos do comportamento participatório, mas que

também, possivelmente, se estruturam como facetas essenciais da movimentação participatória da população, como previsto na discussão teórica (Ekman & Amnå, 2012; Feezell, 2016; Valenzuela, Kim & Zúñiga, 2012). Sendo condizente também com o que era previsto na hipótese H1. Pela própria estrutura do questionário, contudo, contendo um número limitado de itens para viabilizar a resposta dos participantes em tempo hábil, era de ser esperado que as nuances das subdivisões da estrutura proposta por Ekman e Amnå (2012) e Carneiro (2015) não fossem identificadas. Deste modo, a estrutura mais simplificada (bifatorial) obtida tende a ser mais representativa do instrumento utilizado do que do construto teórico propriamente dito, sendo as subdivisões possivelmente identificadas em questionários mais minuciosos.

Esse é um resultado que corrobora a importância da Participação Política Latente na análise dos movimentos participatórios contemporâneos, isto é, a importância dos comportamentos políticos que se desdobram no dia a dia na interação entre os membros da população civil, seja essa interação ocorrida no espaço físico ou digital. Com a crescente expansão dos meios comunicativos de massa, não há porque imaginar que a importância desses comportamentos não institucionais não se demonstre cada vez mais central no modo de participar politicamente com o prosseguimento da era informacional, especialmente se as ações políticas continuarem a romper fronteiras geográficas e culturais (Castells, 2013; Mazzotti & Campos, 2014; Stepanova, 2011), constituindo fenômenos políticos verdadeiramente internacionais.

Ainda, não foi identificada qualquer distinção entre comportamentos políticos ocorridos no espaço digital e no espaço físico, um resultado condizente com a estrutura híbrida da sociedade urbana contemporânea que foi discutida nas considerações teóricas, que corrobora as hipóteses H3.1 e H3.2, que previam a inexistência de uma divisão significativa entre os comportamentos nesses espaços. Ainda que tenha sido um resultado esperado, é importante de destacar, dada a natureza relativamente

incipiente da disseminação destas tecnologias no contexto brasileiro. Inclusive, pode-se discutir que esta ausência de diferenciação talvez aponte para uma maior necessidade de ampliar o acesso da população às novas ferramentas de informação e comunicação, dada sua indistinguibilidade da participação tradicional, ao menos no caso desta amostra. Essas considerações reforçam o papel desses meios como essenciais para a manutenção dos direitos humanos e, como consequência, como um direito humano em si, espelhando o entendimento das Nações Unidas (2016).

5.1.2 Ideologia

Apesar da estrutura fatorial ter se dividido de acordo com o que esperava a hipótese H5, não se esperava que a correlação fosse tão elevada, relativamente, entre os fatores social/moral e econômico ($r = 0,42$), questão que põem em cheque a hipótese H2, de que a correlação entre esses fatores seria relativamente pequena, conforme sugere Feldman (2013). Essa diluição das fronteiras entre o aspecto social/moral e econômico indica que, ao menos para a amostra específica, trata-se de um contexto político mais polarizado, onde os aspectos sociais/morais e econômicos se diluem nos discursos (Feldman, 2013), seja devido a uma maior partidarização dos respondentes, ou uma polarização ideológica salientada, provavelmente entre o que é entendido como Esquerda e Direita, no cenário específico do Brasil. Essa é uma pressuposição preocupante, considerando a possibilidade de que a aglutinação dos discursos econômicos e sociais pode indicar maior filiação ideológica, no sentido partidário, e menos do pensamento crítico que seria necessário para desenvolver planos de ação e agendas efetivas que avancem de forma lúcida o bem estar político, econômico e social do país.

Houve também, nesse momento da análise, o deslocamento de duas questões sociais do espectro social/moral, onde era esperado que se situassem, para o espectro econômico, são estas “O mundo era menos chato antes do ‘politicamente correto’” (Id.02) e “Criminosos deveriam ser punidos com a

morte” (Id. 05). São dois aspectos do discurso político que assumiram um papel importante na discussão política no cenário contemporâneo do Brasil, principalmente com a ascensão de uma direita (conservadorismo) mais extremada representada por políticos como o deputado Jair Bolsonaro¹¹, responsáveis por difundir, ou dar espaço, para discursos como “Bandido bom é bandido morto”, ou na relativização do preconceito e do machismo, de tal modo a atribuir aos discursos que se estruturam como contrários ao preconceito um papel de podar a liberdade de expressão do cidadão, ou até mesmo de inversão de papéis, com terminologias como “feminazi” e “ditadura gay”. São políticos que, também, defendem um suposto governo mínimo, em uma ótica neoliberalista de liberdade de mercado, ainda que simultaneamente proponham um controle governamental maior sobre as ações desses grupos de oposição, limitando a expressão da agenda desses grupos políticos no cenário educacional, por exemplo. Essa aglutinação também aparenta se dar para o lado da esquerda (liberal), onde o tipo de agenda que se refere a este tipo de questão social também tende a ser defendido por políticos identificados como de esquerda, como o Deputado Jean Willys¹² e a deputada Maria do Rosário¹³, conectados a um discurso mais economicamente à esquerda.

Esse deslocamento aparenta ser congruente com a transferência dessas questões sociais para um cenário ideológico mais rígido, onde a defesa das minorias, através de ações de redução do preconceito explícito ou implícito, e a defesa de práticas de reinserção de criminosos passam a se aglutinar a um embate mais amplo sobre o papel de determinados setores do mercado ou do governo. Inclusive indicado pela totalidade do deslocamento, isto é, não se trata da confusão destas questões entre os dois fatores, mas do pertencimento explícito desses itens ao fator econômico, considerando que os coeficientes dos itens Id.02 e Id.05 para o fator social/moral foram de apenas 0,20 e -0,02,

¹¹ Deputado eleito pelo Partido Social Cristão (2016).

¹² Deputado eleito pelo Partido Socialismo e Liberdade (2010).

¹³ Deputada eleita pelo Partido dos Trabalhadores (1998).

respectivamente, nem se aproximando da linha de corte de 0,40. Ainda que esta análise seja indicativa de uma polarização política, a maior presença de participantes que se alocaram ao lado mais liberal (esquerda) do espectro político na amostra acaba por trazer maior força para a interpretação dessa aglutinação entre os posicionamentos ideológico mais liberais do que entre os posicionamentos mais conservadores, sendo necessário alcançar uma maior parcela deste segundo público antes de traçar qualquer tipo de generalização para a situação ideológica geral do país.

5.2 Sobre as Correlações Entre os Fatores Preditores e a Participação Política

O fator de Participação Política Latente (PPL) demonstrou correlações consideráveis com os fatores de Contágio Comportamental (CC), $r = 0,40$, $p < 0,001$, de Eficácia Política Interna (EPI), $r = 0,44$, $p < 0,001$, e de Hábitos Informacionais (HI), $r = 0,48$, $p < 0,001$, indicando que todos são fatores significativos na interpretação de PPL, já relativo aos fatores ideológicos, as correlações foram relativamente baixas tanto para IDS, $r = 0,17$, $p < 0,001$, quanto para IDE, $r = 0,30$, $p < 0,001$. Contudo, para PPM as relações com os fatores de CC, $r = 0,34$, $p < 0,001$, de EPI, $r = 0,35$, $p < 0,001$, e de IDE, $r = 0,43$, $p < 0,001$, enquanto que foram fracas as relações entre PPM e HI, $r = 0,29$, $p < 0,001$, e IDS, $r = 0,28$, $p < 0,001$. A correlação entre os dois tipos de participação política foi elevada, $r = 0,58$, $p < 0,001$, indicando que, ainda que se tratem de aspectos importantes do mesmo comportamento geral, isto é, Participação Política.

Esses resultados indicam que a variável proposta de HI foi uma inclusão importante na interpretação dos fenômenos políticos estudados, em especial para PPL, comparada à outras variáveis já estabelecidas teoricamente. Considera-se que esta seja a primeira evidência fornecida por este trabalho, para reforçar a significância de se debruçar sobre as questões específicas dos contextos informacionais, já defendida por outros autores (Castells, 2013; Herakova, Bonnet & Congdon, 2017;

Kim & Yang, 2015; Mazzotti & Campos, 2014; Metzger e cols, 2015; Stepanova, 2011; Thornton, 2012), que pode ser extraída deste trabalho, especialmente considerando a também elevada correlação entre esse fator e a EPI, $r = 0,41$, $p < 0,001$. Isto é, trata-se de mais um passo para se estabelecer uma análise do processo participativo que reflita os comportamentos característicos da enchente informacional vivenciada, adentrando mais a fundo em como o sujeito lida com as informações que busca ou é exposto, e suas implicações no comportamento político de modo mais amplo.

Por outro lado, também indicam que os fatores ideológicos se correlacionaram menos com os tipos de participação política, assim como com EPI ($r < 0,30$), de que era inicialmente esperado, dada a importância que esse posicionamento toma no discurso político observado, inclusive na própria distinção entre as páginas e comunidades que compuseram a amostra. A maior robustez das correlações entre ideologia e PPM, indica que ou não são questões tão relacionados aos atos de participação menos tradicionais, ou que as questões que impulsionam essas visões políticas da sociedade são mais importantes para motivar as participações institucionais, talvez em decorrência de um movimento mais partidarista. Considerando que todas as relações foram positivas, vale destacar que esses resultados indicam que um posicionamento mais liberal se correlacionou com maior participação política, principalmente manifesta, no escopo desta amostra. Contudo, elaborar novos estudos que considerem esta distinção entre IDS e IDE e suas relações com os diferentes tipos de participação política é essencial para melhor compreender de quais questões e diretrizes ideológicas orientam, de fato, o comportamento político no Brasil.

Por fim, CC apresentou correlações substanciais tanto com PPL, $r = 0,40$, $p < 0,001$, quanto com PPM, $r = 0,34$, $p < 0,001$, indicando que se trata de um fator pertinente para a análise da participação política, conforme sugerem Carneiro (2015) e Bimber (2016). Contudo, apresentou correlação reduzida com EPI, $r = 0,26$, $p < 0,001$, sugerindo de que o incentivo dos membros da rede

dos participantes para sua atuação política tem relação relativamente pequena com a crença do sujeito sobre seu potencial de gerar mudanças no cenário político. Vale a pena, contudo, avaliar futuramente a relação desta variável com outros tipos de Eficácia Política, a fim de verificar se esta relação reduzida se refere unicamente à EPI ou à Eficácia Política como um todo.

5.3 Mediações e Impactos de Cada Variável Preditora

A separação das análises entre os fatores preditores resulta das considerações teóricas que foram discutidas anteriormente neste trabalho. Ainda, todos os modelos foram calculados para um intervalo de confiança de 95%, sendo os resultados derivados da média obtida a partir de 1000 simulações, por fim, os dados utilizados para estas análises não continham nenhuma instância de resposta ausente (NA). Estas análises objetivam testar a presença de relações mediadoras, avaliando quanto do efeito total, efeito do fator preditor sobre o de resposta sem a inclusão de um fator mediador, pode ser alocado ao efeito de mediação introduzido a partir da inclusão da variável mediadora no modelo, ou seja, quanto do efeito é indireto (Preacher & Hayes, 2008). Como resultado geral desse processo, foram identificados efeitos de mediação parcial de Eficácia Política Interna sobre as relações entre as demais variáveis preditoras e os tipos de participação política analisados, sendo as implicações destas análises discutidas a seguir.

5.3.1 Eficácia Política Interna

A Eficácia Política Interna apresentou papel mediador entre as variáveis preditoras e os tipos de participação política, conforme foi predito nas hipóteses de mediação H6, H7 e H8, assim como nas subdivisões formuladas para orientar as análises de regressão múltipla. Esse resultado sustenta a discussão de que as crenças conectadas à efetividade da ação política que um sujeito apresenta mediam

a relação entre conhecimentos, posicionamentos e influências externas e a ação política propriamente dita, já que seria improvável que uma ação realizada com intuito de modificar uma estrutura política e social seria efetuada se o sujeito não acredita que essa ação teria algum efeito real (Vecchione & Caprara, 2009). Esse efeito de mediação, contudo, foi parcial, algo que, ainda que esperado dentro do escopo das ciências sociais e psicológicas, indica que existem outros fatores, além da lógica de efetividade, que motivam a participação política.

A pressuposição da necessidade de uma percepção de eficácia para a concretização de ações políticas parte de uma lógica de que o intuito da participação é a mudança sociopolítica, contudo, esse não é necessariamente caso para todos os participantes. O slogan das manifestações que permearam o Brasil em 2013, “Vem Pra Rua”, talvez seja indicativo de alguns dos outros motivos que podem estar subjacentes. Como foi sugerido nessa pesquisa, não parecem existir diferenças claras para os participantes entre participação política online e off-line, ainda, vários autores sugerem que o impacto das participações políticas online pode ser bastante palpável na modificação dos cenários políticos (Castells, 2013; Mazzotti & Campos, 2014). Porque, então, uma chamada específica para deslocar a participação do meio digital para o meio físico?

É possível que esse seja um desdobramento de uma crença de que as ações presenciais têm maior impacto, um maior potencial de pressionar as decisões políticas na prática, que parece ser uma percepção que permeava no discurso das chamadas às manifestações na época, porém, essa percepção ainda se aliaria a lógica da eficácia, estruturando-se apenas uma diferença entre a eficácia de práticas em um contexto ou outro. Pode ser, por outro lado, que essa chamada tenha um cunho mais estético, conectado às formas de apresentação de si em rede, ou até mesmo na percepção das manifestações sociais como fenômenos de encontro social, que estariam mais ligadas às questões do Contágio Comportamental ou das próprias dinâmicas de pertencimento e socialização mais brandas. No escopo

deste estudo, essa é uma distinção que não foi avaliada, mas que deve ser considerada em estudos futuros.

5.3.2 Hábitos Informacionais

A primeira parte da análise de mediação diz respeito à hipótese H6.1, que argumenta um efeito de mediação de Eficácia Política Interna (EPI) sobre a relação entre o fator preditor Hábitos Informacionais (HI) e o fator de resposta Participação Política Latente (PPL). Resultados positivos foram encontrados neste momento da análise e indicam a presença de um efeito de mediação parcial. O efeito total descreve o efeito total do fator preditor HI sobre o fator de resposta PPL, sendo esse um valor elevado e significativo, $b = 0,54$, 95%CI[0,45, 0,63], $p < 0,001$. Já os demais valores descrevem quanto desse efeito total é ocasionado pelo fator preditor e quanto é ocasionado pelo fator mediador, no caso desta análise o fator preditor é responsável por cerca de 75% do efeito total, $b = 0,41$, 95%CI[0,30, 0,50], $p < 0,001$, enquanto que a relação mediada, $b = 0,14$, 95%CI[0,09, 0,19], $p < 0,001$, é responsável por cerca de 25%, 95%CI[0,17, 0,36], $p < 0,001$.

Os resultados referentes ao teste da hipótese H6.2, de que o fator EPI teria efeito de mediação sobre a relação entre o fator preditor HI e o fator de resposta PPM, também foi positivo, indicando um relação de mediação parcial. O efeito total referente à relação entre HI e PPM se mostrou significativo, $b = 0,35$, 95%CI[0,24, 0,45], $p < 0,001$, indicando que HI de fato se trata de um fator relevante para predizer a participação política institucional. Os demais valores, por sua vez, refletem o quanto desse efeito total é originado no efeito de HI e quanto é consequente do efeito de EPI, sendo que, no caso desta análise, cerca de 61% do efeito total resulta do fator HI, $b = 0,21$, 95%CI[0,10, 0,33], $p < 0,001$, enquanto que cerca de 39%, 95%CI[0,22, 0,63], $p < 0,001$, é mediado por EPI, $b = 0,14$, 95%CI[0,08, 0,19], $p < 0,001$. Destaca-se, também, que o efeito de HI foi consideravelmente maior para PPL,

indicando que esses hábitos teriam maior efeito sobre os comportamentos políticos cotidianos do que sobre as formas mais clássicas de participação.

São resultados que corroboram o impacto predito da crença sobre a efetividade da participação política na tomada de ações (Vecchione & Caprara, 2009; Velasquez & LaRose, 2014), ainda que, como discutido anteriormente, abram espaço para a inclusão de outras questões como fatores mediadores entre a variável em questão e a prática política propriamente dita. Vale destacar, ainda, que o efeito preditivo significativo de HI sobre os tipos de participação corroboram a utilidade da avaliação dos hábitos de filtragem e manuseio de informações como preditor da participação política e, como consequência, da importância de se estabelecerem comportamentos informacionais críticos para o desenvolvimento de uma população mais politicamente ativa, corroborando a sugestão do efeito de *Information Literacy* sobre a participação política discutida em outros estudos (Herakova, Bonnet & Congdon, 2017; Kim & Yang, 2015; Metzger e cols, 2015; Thornton, 2012). Sendo a medida de HI a principal contribuição deste trabalho, esse é um resultado bastante positivo para esta pesquisa, em especial considerando a força do poder preditivo identificado.

Por fim, indica que HI pode, de fato, ser uma alternativa viável para preencher a lacuna que existe na atual avaliação do conhecimento político comumente destacados na sofisticação política. Isto é, a periculosidade de se estabelecerem conhecimentos e informações como hierarquicamente superiores por natureza, que pressupõem do pesquisador a capacidade de distinguir quais conhecimentos e informações são condizentes com a realidade, ainda mais em um cenário informacional tão conturbado (Herakova, Bonnet & Congdon, 2017; Metzger e cols, 2015). Neste sentido, o conceito de HI aqui sugerido, que avalia como o sujeito constrói sua rede informacional ao invés da qualidade do conteúdo informacional, parece tanto teórica quanto empiricamente razoável para melhor compreender esse contexto particular da era informacional, contudo, ainda seria prudente

avaliar os efeitos destes hábitos em relação aos problemas específicos desse novo contexto, em especial relacionados às discussões de pós-verdade e “Fake News”, em pesquisas futuras.

5.3.3 Ideologia Social/Moral

A hipótese H7.1, que sugere um efeito de mediação do fator EPI sobre a relação entre o fator preditor IDS e o fator de resposta PPL, foi confirmada nas análises, indicando um efeito de mediação parcial. O efeito total foi significativo de IDS sobre PPL, $b = 0,23$, 95% CI[0,10, 0,35], $p < 0,001$, indicando um efeito preditor de IDS sobre PPL. Quando o fator de EPI é inserido no modelo, o efeito de IDS sobre PPL é reduzido, $b = 0,17$, 95% CI[0,04, 0,29], $p < 0,01$, sendo a parcela do efeito transferido para a mediadora, $b = 0,06$, 95% CI[0,002, 0,12], $p < 0,05$, representando um efeito de mediação para cerca de 26% do efeito total, 95% CI[0,01, 0,57], $p < 0,05$.

Quando se tratando dos comportamentos ligados à participação política institucional, percebe-se que há, também, efeito preditivo total significativo de IDS, $b = 0,38$, 95% CI[0,27, 0,49], $p < 0,001$, indicando que o fator preditor IDS prediz, significativamente, os comportamentos relacionados à PPM. Quando o fator e EPI é inserido no modelo, o efeito entre IDS e PPM é significativamente reduzido, $b = 0,35$, 95% CI[0,24, 0,45], $p < 0,001$, indicando um efeito de mediação onde cerca de 9%, 95% CI[0,01, 0,18], $p < 0,05$, do efeito total é transferido para o fator mediador, $b = 0,04$, 95% CI[0,01, 0,07], $p < 0,05$. Essa relação indica que há um efeito de mediação parcial, corroborando a hipótese H7.2, que sugere um efeito de mediação do fator EPI sobre a relação entre IDS e PPM. No contexto específico deste trabalho, esses resultados indicam que posicionamento ideológicos mais liberais/esquerda no tocante às questões sociais morais tendem a indicar maior participação política tanto institucional quanto não institucional, fazendo-se a ressalva de que a maioria dos participantes se posicionou mais ao liberal no espectro sugerido para ideologia multidimensional, sendo prudente

avaliar se esse efeito se reflete em públicos mais tendenciosos à outros posicionamentos ideológicos em pesquisas futuras.

O efeito preditivo de IDS corrobora as discussões teóricas sobre a estrutura ideológica multidimensional (Feldman, 2013; Feldman & Johnston, 2014), contudo, vale salientar que os efeitos foram relativamente pequenos para PPL e consideravelmente mais fortes para PPM. Essa diferença pode indicar que a preocupação com questões sociais mais amplas são ou diretrizes que fomentam a participação política institucional de modo mais robusto do que as participações cotidianas, ou que participantes que já exibem comportamentos de PPM também são mais ligados aos debates ideológicos que permeiam a discussão social/moral na política nacional. Neste sentido, identidades ideológicas mais delimitadas parecem se apresentar como preditores mais robustos para as formas de participação política mais tradicionais, sendo esse resultado espelhado nas questões ideológicas econômicas, conforme discutido adiante.

5.3.4 Ideologia Econômica

O efeito total descrito no modelo referente à hipótese H7.3, se mostrou significativo, $b = 0,21$, 95%CI[0,14, 0,28], $p < 0,001$, indicando que há relação preditiva positiva entre o fator IDE e PPL. Ao inserir EPI no modelo, o efeito de IDE sobre PPL é reduzido, $b = 0,15$, 95%CI[0,08, 0,21], $p < 0,001$, sendo parcela significativa do efeito preditivo transferido para a relação de mediação de EPI, $b = 0,06$, 95%CI[0,04, 0,10], $p < 0,001$, aproximadamente 31% , 95%CI[0,17, 0,49], $p < 0,001$ do efeito total, indicando um efeito de mediação parcial. No contexto deste trabalho, essa relação corrobora a hipótese H7.3, que sugere um efeito de mediação de EPI sobre a relação entre IDE e PPL, e indica que posicionamentos ideológicos sobre questões econômicas mais liberais/esquerda tem impacto positivo

sobre a frequência de comportamentos relacionados à PPL, considerando que a escala utilizada considera pontuações mais altas de IDE como mais.

No que tange aos comportamentos de PPM, percebe-se também efeito total significativo, $b = 0,31$, 95% CI[0,25, 0,38], $p < 0,001$. A inserção de EPI no modelo resulta em uma redução desse efeito, $b = 0,26$, 95% CI[0,20, 0,33], $p < 0,001$, transferindo uma parcela significativa do efeito para o fator mediador EPI, $b = 0,05$, 95% CI[0,03, 0,07], $p < 0,001$, cerca de 15%, 95% CI[0,08, 0,23], $p < 0,001$, do efeito total, sugerindo um efeito de mediação significativo e corroborando a hipótese H7.4. No contexto dessa pesquisa, esta análise indica que posicionamentos ideológicos mais liberais (esquerda) referentes às questões econômicas têm impacto positivo e significativo tanto sobre a frequência de comportamentos de PPM, quanto sobre a crença na eficácia das ações políticas individuais. Indica, também, que o fator EPI tem efeito preditivo significativo sobre comportamentos de PPM. Contudo, vale ressaltar que a maior presença de participantes posicionados mais ao quadrante liberal/esquerda limita a generalização desses resultados para populações que tendem mais a outros posicionamentos ideológicos, sendo prudente avaliar esses efeitos preditivos nesses grupos que aqui foram menos representados.

Esses efeitos corroboram as discussões referentes ao modelo ideológico multidimensional (Feldman, 2013; Feldman & Johnston, 2014), contudo, indicam também que esses fatores ideológicos tendem a produzir maior efeito sobre PPM do que sobre PPL. Como discutido em relação à IDS, essa variação pode indicar que identidades ideológicas mais bem delimitadas podem ser mais significativas para a tomada de ação no âmbito institucional do que no âmbito cotidiano. Se acrescenta ainda, que o próprio cenário político mais polarizado, conforme indicado pela transferência dos dois itens previamente comentados de IDS para IDE, assim como as notícias recorrentes sobre corrupção e afins,

acabam por gerar um ambiente social que salienta as questões política no discurso cotidiano, independente das questões ideológicas propriamente ditas.

Quando a participação é institucional, contudo, podem se tornar presentes outras questões, como o próprio alinhamento ideológico dos grupos organizadores, que tornariam necessário maior clareza no posicionamento ideológico dos participantes, na medida que exigiria a identificação com este grupo político, ou ao menos a clara divergência ideológicas com os grupos aos quais os organizadores se opõem. Essa é uma questão que foi levantada com certa frequência nas manifestações pós 2013, onde nos próprios eventos (organizados no Facebook) surgiam discussões frequentes referentes aos grupos que fomentavam ou organizavam a manifestação, sendo a discordância com os organizadores suficiente para gerar comentários boicotando os eventos.

5.3.5 Contágio Comportamental

Houve efeito significativo e positivo de CC sobre os comportamentos de PPL, $b = 0,38$, 95%CI[0,30, 0,48], $p < 0,001$, indicado que os comportamentos das pessoas próximas aos participantes impactam, de fato, o seu comportamento participatório. A inserção do fator EPI no modelo, por sua vez, trouxe consigo uma redução do efeito de CC sobre PP, $b = 0,29$, 95%CI[0,20, 0,39], $p < 0,001$, transferindo uma parcela significativa do efeito, cerca de 24%, 95%CI[0,14, 0,37], $p < 0,001$, para o fator mediador, $b = 0,09$, 95%CI[0,05, 0,14], $p < 0,001$, corroborado a hipótese de mediação H8.1. No contexto específico deste trabalho, esses resultados indicam que maior presença de *prompts* políticos provindos da rede social do participante tem efeito positivo e significativo tanto sobre sua crença sobre a eficácia de seus comportamentos político, quanto sobre a frequência de seus comportamentos de PPL.

Identificou-se, também, um efeito total significativo e positivo entre CC e PPM, $b = 0,35$, 95%CI[0,25, 0,45], $p < 0,001$, indicando que o comportamento e incentivo daqueles presentes nas

redes sociais dos participantes teve efeito preditivo sobre a sua participação política ligadas às instituições políticas do país. Ao inserir o fator mediador EPI, esse efeito se mostrou reduzido, ainda que permanecendo significativo, $b = 0,27$, 95%CI[0,18, 0,37], $p < 0,001$, indicando a transferência de uma parcela significativa do efeito para o fator mediador, $b = 0,07$, 95%CI[0,04, 0,11], $p < 0,001$, aproximadamente 21% do efeito, 95%CI[0,12, 0,34], $p < 0,001$, corroborando a hipótese H8.2, de que existe um efeito de mediação de EPI sobre a relação entre CC e PPM. Contextualizando esses resultados, é possível inferir que a presença de mais *prompts* interpessoais de participação política tem efeito positivo e significativo não apenas sobre comportamentos de PPM, mas também sobre a própria crença na eficácia desses comportamentos.

A relação entre os *prompts* sociais e o conceito de CC se dá neste trabalho pela própria proximidade dos conceitos, sendo, na visão deste trabalho, a ideia de CC mais ampla, descrevendo um cenário de interação social entre o participante e seus contatos a partir das frequências dessas interações, em especial quando presentes conteúdos políticos (Carneiro, 2015). Os *prompts* seriam as comunicações propriamente ditas, nesse contexto, as chamadas à participação institucional e aos debates cotidianos (Bimber, 2016), tanto online quanto off-line. Ainda que se faça essa relação teoricamente, este trabalho não se propôs a identificar o conteúdo das relações interpessoais que gerariam o contágio, se atendo ao contexto interativo mais amplo, mas o próprio slogan das manifestações de 2013 no Brasil, “Vem Pra Rua”, é um exemplo mais indireto de um *prompt* social. De modo menos amplo, os convites às manifestações realizados nas redes sociais, assim como os avisos de que membros de sua rede estarão presentes em um ou outro evento configurariam *prompts* sociais mais diretos, na medida em que se tratam da relação direta entre os membros de uma dada rede social.

Por fim, vale ressaltar que o efeito significativo de CC sobre ambos os tipos de participação política indica que a construção de uma comunidade mais visivelmente participativa aparenta ser

essencial para a construção de comportamentos participatórios. São sugeridos, aqui, dois possíveis motivos desse efeito, sendo prudente a investigação mais profunda de ambos em pesquisas futuras: a influência social de modo mais tradicional, considerando as discussões e manifestações políticas como fenômenos de interação social entre os participantes de uma rede e, portanto, importantes para a inclusão do sujeito no grupo; e a influência social mais ampla, no sentido de que, para que a participação política seja estimulada, talvez se faça necessária a percepção de que o sujeito não está sozinho nessa investida, ou seja, que o sujeito só dedicará esforços para mudar o cenário sócio-político se ele ou ela percebe que a população (no caso limitada à aqueles com quem mantém contato) também se mostra ativa, o que explicaria, até certo ponto, o efeito positivo de CC sobre EPI.

5.4 Considerações para a Participação Política na Era Informacional

As ferramentas de comunicação e participação social oferecidas pelas novas tecnologias de informação e comunicação têm se integrado profundamente na vida cotidiana da população nos últimos anos, construindo e reconstruindo as dinâmicas de interação social contemporânea. A tecnologia móvel, em especial, tornou possível uma interconectividade praticamente constante entre os seus usuários, criando um cenário social de quase permanente conectividade (Turkle, 2008), agindo como uma expansão dos limites de interatividade biológicos, geográficos e cronológicos que previamente imperavam nas relações interpessoais. Nesta nova dinâmica social, o sujeito parece se conectar a estas tecnologias informacionais, que se tornam cada vez mais centrais na interação não só com outras pessoas (Turkle, 2008), mas com os próprios espaços que habitam e com os símbolos que neles são integrados (Mazzotti & Campos, 2014; Stepanova, 2011).

A relação com esses espaços híbridos pressupõe esta conectividade pervasiva, por meio de um espaço que longe de ser “virtual”, no sentido de simulado ou potencial (Lévy, 1996), se integra à

realidade palpável vivenciada (de Souza e Silva, 2006; Santaella, 2007) seja por aqueles que tem acesso ou por aqueles que são excluídos desses desenvolvimentos tecnológicos por meio de suas próprias dinâmicas vivenciadas de exclusão. Dissolvem-se progressivamente, então, essas fronteiras, resultando em uma mudança constante dos comportamentos e paradigmas que estruturam as relações sociais em diversas esferas, sejam elas educacionais, de trabalho, comerciais ou, como discute-se neste trabalho, políticas (Castells, 2013; Mazzotti & Campos, 2014). Esse cenário, e a cibercultura que dele decorre, talvez diga mais sobre uma potencialização e aceleração de processos sociais anteriores do que sobre um conjunto inteiramente novo de comportamentos (Mazzotti & Campos, 2014), espelhando a relação progressiva de reconstrução do conhecimento sugerido nos processos culturais (Valsiner, 2012) e científicos. Contudo, mesmo feita esta ressalva, essas alterações nas interações pessoais e informacionais trazem consigo questões únicas, seja na esfera da ressignificação do conhecimento, como na “pós-verdade” (Herakova, Bonnet & Congdon, 2017; Metzger e cols, 2015), ou seja na ressignificação das relações políticas (Castells, 2013; Mazzotti & Campos, 2014; Rheingold, 2007).

Esta dissertação visa trazer alguma luz para esses processos de ressignificação em termos de compatibilizar as práticas de pesquisa com esses cenários informacionais. Com esse intuito, a principal contribuição da pesquisa aqui elaborada foi a introdução do conceito de Hábitos Informacionais no modelo de participação política, que quantifica a relação dos sujeitos com seus ambientes informacionais, de tal modo que seja possível avaliar a qualidade dessas redes de informação e conhecimentos, sem definir arbitrariamente o que é relevante ou correto para o contexto político em que transita. A discussão dos resultados anteriormente descritos corroboram a importância dessa análise da construção e processamento da rede informacional do indivíduo, indicando que é um aspecto relevante para ambos os tipos de participação política estudados, assim como para a construção da percepção e Eficácia Política Individual. Inclusive, o poder preditivo de Hábitos informacionais para

ambas a Participação Política Latente e Manifesta se mostraram impactantes se comparados aos demais fatores preditivos.

Contudo, longe de substituir qualquer um desses fatores testados, ou outros que aqui não foram contemplados, as análises aqui descritas demonstram a importância de se discutir a participação política em termos da atualização de suas dinâmicas nesse cenário de mudança tecnológica e social, se tratando, a participação, de um tema complexo e em interação com diversos aspectos da vivência social. Em relação a esses fatores outros, inclusive, esta pesquisa traz evidências tanto para a importância do Contágio Comportamental e da Ideologia bifatorial, proposta por Feldman (2013), para a compreensão das dinâmicas de participação política, quanto para a necessidade de se manter um foco em uma estrutura participativa mais complexa, como proposta por Ekman e Amnå (2012) e Carneiro (2015). Essa estrutura conceitual é importante pelas evidências, consistentes em todas as variáveis preditoras, de uma diferença substancial do impacto sobre os tipos diferenciados de participação, indicando que são fenômenos que seguem dinâmicas próprias, ainda que talvez impactados por questões sociais e políticas similares.

Vale destacar, também, que as questões ideológicas obtiveram efeitos menores do que os esperados na amostra, indicando que, ainda que significativos, são fatores que têm impacto limitado sobre PPL e, no caso de IDS, sobre PPM. As questões ideológicas se mostraram, de modo geral, mais relevantes para a PPM, indicando que as participações manifestas talvez sejam submetidas à maior influência de discursos ideológicos e de uma visão de mundo mais bem definida, talvez por via da partidarização que é esperada em um cenário de polarização política. Essa polarização é evidenciada pela confluência entre as questões sociais e econômicas, em especial aos discursos referentes ao “politicamente correto” e à pena de morte.

Por fim, é válido salientar que a amostra foi composta majoritariamente de participantes que se classificaram como liberais (esquerda) no espectro ideológico, isto é, com opiniões liberais tanto sociais/morais quanto econômicas. Levando isso em consideração, é possível que as discussões e conclusões relacionadas, especialmente, às interações entre os tipos de Ideologia e os tipos de Participação Política não se refiram, de fato, a uma relação onde maior liberalismo indica maior participação, e sim a uma relação onde um posicionamento político mais fortemente definido do participante indique uma participação mais ativa. Para identificar se esse foi realmente o caso, ou não, recomenda-se que se desenvolvam novas pesquisas utilizando a escala multidimensional de ideologia e avaliando a relação de ambas as dimensões com a participação política dos cidadãos brasileiros.

5.4 Considerações para a Participação Política na Era Informacional

As ferramentas de comunicação e participação social oferecidas pelas novas tecnologias de informação e comunicação têm se integrado profundamente na vida cotidiana da população nos últimos anos, construindo e reconstruindo as dinâmicas de interação social contemporânea. A tecnologia móvel, em especial, tornou possível uma interconectividade praticamente constante entre os seus usuários, criando um cenário social de quase permanente conectividade (Turkle, 2008), agindo como uma expansão dos limites de interatividade biológicos, geográficos e cronológicos que previamente imperavam nas relações interpessoais. Nesta nova dinâmica social, o sujeito parece se conectar a estas tecnologias informacionais, que se tornam cada vez mais centrais na interação não só com outras pessoas (Turkle, 2008), mas com os próprios espaços que habitam e com os símbolos que neles são integrados (Mazzotti & Campos, 2014; Stepanova, 2011).

A relação com esses espaços híbridos pressupõe esta conectividade pervasiva, por meio de um espaço que longe de ser “virtual”, no sentido de simulado ou potencial (Lévy, 1996), se integra à

realidade palpável vivenciada (de Souza e Silva, 2006; Santaella, 2007) seja por aqueles que tem acesso ou por aqueles que são excluídos desses desenvolvimentos tecnológicos por meio de suas próprias dinâmicas vivenciadas de exclusão. Dissolvem-se progressivamente, então, essas fronteiras, resultando em uma mudança constante dos comportamentos e paradigmas que estruturam as relações sociais em diversas esferas, sejam elas educacionais, de trabalho, comerciais ou, como discute-se neste trabalho, políticas (Castells, 2013; Mazzotti & Campos, 2014). Esse cenário, e a cibercultura que dele decorre, talvez diga mais sobre uma potencialização e aceleração de processos sociais anteriores do que sobre um conjunto inteiramente novo de comportamentos (Mazzotti & Campos, 2014), espelhando a relação progressiva de reconstrução do conhecimento sugerido nos processos culturais (Valsiner, 2012) e científicos. Contudo, mesmo feita esta ressalva, essas alterações nas interações pessoais e informacionais trazem consigo questões únicas, seja na esfera da ressignificação do conhecimento, como na “pós-verdade” (Herakova, Bonnet & Congdon, 2017; Metzger e cols, 2015), ou seja na ressignificação das relações políticas (Castells, 2013; Mazzotti & Campos, 2014; Rheingold, 2007).

Esta dissertação visa trazer alguma luz para esses processos de ressignificação em termos de compatibilizar as práticas de pesquisa com esses cenários informacionais. Com esse intuito, a principal contribuição da pesquisa aqui elaborada foi a introdução do conceito de Hábitos Informacionais no modelo de participação política, que quantifica a relação dos sujeitos com seus ambientes informacionais, de tal modo que seja possível avaliar a qualidade dessas redes de informação e conhecimentos, sem definir arbitrariamente o que é relevante ou correto para o contexto político em que transita. A discussão dos resultados anteriormente descritos corroboram a importância dessa análise da construção e processamento da rede informacional do indivíduo, indicando que é um aspecto relevante para ambos os tipos de participação política estudados, assim como para a construção da percepção e Eficácia Política Individual. Inclusive, o poder preditivo de Hábitos informacionais para

ambas a Participação Política Latente e Manifesta se mostraram impactantes se comparados aos demais fatores preditivos.

Contudo, longe de substituir qualquer um desses fatores testados, ou outros que aqui não foram contemplados, as análises aqui descritas demonstram a importância de se discutir a participação política em termos da atualização de suas dinâmicas nesse cenário de mudança tecnológica e social, se tratando, a participação, de um tema complexo e em interação com diversos aspectos da vivência social. Em relação a esses fatores outros, inclusive, esta pesquisa traz evidências tanto para a importância do Contágio Comportamental e da Ideologia bifatorial, proposta por Feldman (2013), para a compreensão das dinâmicas de participação política, quanto para a necessidade de se manter um foco em uma estrutura participativa mais complexa, como proposta por Ekman e Amnå (2012) e Carneiro (2015). Essa estrutura conceitual é importante pelas evidências, consistentes em todas as variáveis preditoras, de uma diferença substancial do impacto sobre os tipos diferenciados de participação, indicando que são fenômenos que seguem dinâmicas próprias, ainda que talvez impactados por questões sociais e políticas similares.

Vale destacar, também, que as questões ideológicas obtiveram efeitos menores do que os esperados na amostra, indicando que, ainda que significativos, são fatores que têm impacto limitado sobre PPL e, no caso de IDS, sobre PPM. As questões ideológicas se mostraram, de modo geral, mais relevantes para a PPM, indicando que as participações manifestas talvez sejam submetidas à maior influência de discursos ideológicos e de uma visão de mundo mais bem definida, talvez por via da partidarização que é esperada em um cenário de polarização política. Essa polarização é evidenciada pela confluência entre as questões sociais e econômicas, em especial aos discursos referentes ao “politicamente correto” e à pena de morte.

Por fim, é válido salientar que a amostra foi composta majoritariamente de participantes que se classificaram como liberais (esquerda) no espectro ideológico, isto é, com opiniões liberais tanto sociais/morais quanto econômicas. Levando isso em consideração, é possível que as discussões e conclusões relacionadas, especialmente, às interações entre os tipos de Ideologia e os tipos de Participação Política não se refiram, de fato, a uma relação onde maior liberalismo indica maior participação, e sim a uma relação onde um posicionamento político mais fortemente definido do participante indique uma participação mais ativa. Para identificar se esse foi realmente o caso, ou não, recomenda-se que se desenvolvam novas pesquisas utilizando a escala multidimensional de ideologia e avaliando a relação de ambas as dimensões com a participação política dos cidadãos brasileiros.

Capítulo 6: Considerações Finais

6.1 Limitações Desta Pesquisa

Sendo uma pesquisa realizada no contexto das redes sociais digitais, existem limitações, que foram indicadas anteriormente, mas que valem se ressaltar. Primeiramente, a internet está longe e ser distribuída de forma igualitária no Brasil, de tal modo que, ao realizar uma pesquisa no ambiente digital, se exclui cerca de metade da população. Dados os objetivos dessa pesquisa, esse é um problema que não pôde ser contornado, mas deve ser considerado ao avaliar as implicações aqui discutidas. Ainda, a amostra se mostrou excessivamente rica e escolarizada, sendo esse um problema comum das pesquisas realizadas no Brasil, que não contam com ferramentas acessíveis, governamentais ou privadas, para facilitar o contato com uma amostra mais representativa do cenário social e econômico do país. De qualquer modo, esse é um problema que deve ser considerado na elaboração de pesquisas futuras, na tentativa de se obter um conjunto de dados sobre a vivência política híbrida que se mostre mais generalizável. Por fim, diversas variáveis não foram incluídas nessa pesquisa por uma questão de tempo e escopo, mas que sabidamente têm efeito sobre aspectos aqui avaliados, como as questões genéticas, os valores básicos e políticos e os demais tipos de eficácia.

6.2 Para Onde Vamos?

Conforme se desenvolvem novas tecnologias de integração entre ciberespaço e espaço físico (realidade aumentada), confundem-se esses espaços e, ainda que isto não torne o espaço físico mais liso, propriamente, já que ele continua limitado pelas suas estruturas e fronteiras físicas, torna a percepção desse espaço menos restrita (Turkle, 2008). Por exemplo, avanços em tecnologias holográficas ou de projeção sobre o campo visual, como o Google Glass ou as Hololens, trazem a possibilidade de integrar o ciberespaço no dia a dia. Tecnologias hápticas, por outro lado, procuram a

transmitir sensações físicas de toque, ou demais sensações, através de grandes distâncias. Estas tecnologias de realidade aumentada ainda estão em sua infância, mas não é muito absurdo imaginar que, com a velocidade do avanço tecnológico, essas interações quase físicas serão possíveis com maior qualidade e de modo menos destoante.

Independente de quão simples seja separar ligações de Skype, ou similares, de interações físicas, as perspectivas de avanços em realidade aumentada apresentam questões pertinentes para o futuro das interações sociais, por exemplo: sentar em uma mesa de bar com amigos representados holograficamente sobre o seu campo de visão seria diferente de estar ali com eles fisicamente? Se a possibilidade do toque é a única distinção, então sair com seus amigos sem tocar neles seria qualitativamente similar a uma comunicação em realidade aumentada? Se forem integradas tecnologias hápticas que permitem a sensação de toque nessa realidade aumentada, ela seria diferente de uma interação presencial? Este trabalho não visa responder estas perguntas, que não podem ser respondidas nesse momento, mas elas servem para ilustrar o quanto a crescente integração entre espaços digitais e físicos torna cada vez mais difícil a sua distinção.

Considerando as possibilidades informacionais e comunicativas que essas tecnologias trazem, não é de todo surpreendente o ritmo acelerado da adoção destas pela sociedade nas últimas décadas, até mesmo no contexto de países em desenvolvimento, como o Brasil. Contudo, longe de se estabelecer como uma ferramenta inerentemente democrática, em um sentido quase utópico, como esperançosamente se imaginava na virada do milênio, o alcance destas tecnologias ainda excluí mais de metade da população mundial. Até mesmo no Brasil, onde a situação econômica é política é precária, mas não catastrófica como em outras regiões do mundo, o acesso à internet alcançava, em 2014/15, apenas 47.8% dos domicílios, considerando variação por região de 38% para o Norte até 60% para o Sudeste (Cetic.br, 2016), situação preocupante mesmo se considerado um acesso uniforme, mais ainda

quando consideradas as disparidades entre a qualidade de acesso, em termos de hardware, e da educação para o acesso, em termos da criação de “boas práticas” para um trânsito consciente e crítico desses espaços informacionais. Quando considerado o cenário global, esse quadro é ainda mais crítico, com ainda maior disparidade entre qualidade e educação, mesmo entre os cerca de 40% da população mundial que tem alguma forma de acesso (Human Development Report, 2015).

Resta, então, para os pesquisadores que se debruçam sobre essas questões políticas, particulares do contexto informacional, se esforçar para manter uma compreensão atualizada do cenário político contemporâneo, de modo a se preparar para os impactos inevitáveis dos avanços tecnológicos futuros tanto nas dinâmicas de exclusão quanto de empoderamento do discurso. Ainda, o entendimento desses mecanismos é essencial para se discutir o lugar das tecnologias e informação e comunicação no mundo, assim como as estratégias para melhor lidar com as práticas danosas que delas surgem, almejando a integração destas tecnologias como um direito humano básico não apenas no discurso, mas também na prática, seja na resolução da disparidade em nível nacional ou no equilíbrio de distribuição em termos internacionais.

Referências

- Alves, J. C. (2015). *A diáspora cabo-verdiana em Portugal: um novo modelo de participação política à distância* (Doctoral dissertation). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/10363>
- Ardèvol-Abreu, A., Hooker, C. M., & Zúñiga, H. G. (2017). Online news creation, trust in the media, and political participation: Direct and moderating effects over time. *Journalism*, 1(21). DOI: 10.1177/1464884917700447
- Baquero, M. (2001). Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. *São Paulo em perspectiva*, 15(4), 98-104. DOI: 10.1590/S0102-88392001000400011
- Barberá, P.; Jost, J. T.; Nagler, J.; Tucker, J. A. & Bonneau, R. (2015). Tweeting from Left to Right: Is online political communication more than an echo chamber? *Psychological Science OnlineFirst*, 26(10), 1531-1542. DOI: 10.1177/0956797615594620
- Beavers, A. S., Lounsbury, J. W., Richards, J. K., Huck, S. W., Skolits, G. J., & Esquivel, S. L. (2013). Practical considerations for using exploratory factor analysis in educational research. *Practical assessment, research & evaluation*, 18. Disponível em: <http://www.pareonline.net/getvn.asp?v=18&n=6>
- Bimber, B. (2016). Three Prompts for Collective Action in the Context of Digital Media. *Political Communication*. DOI: 10.1080/1058460920161223772
- Campbell, A., Gurin, G., & Miller, W. E. (1954). The voter decides.
- Carneiro, T. L. (2015). *Engaging Politics: Political Participation in Brazil and Sweden, predicted by Stereotypes about Parliamentarians, Political Education and Behavioral Contagion* (Tese e Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, Brazil.

- Casler, K., Bickel, L., & Hackett, E. (2013). Separate but equal? A comparison of participants and data gathered via Amazon's MTurk, social media, and face-to-face behavioral testing. *Computers in Human Behavior*, 29(6), 2156-2160. DOI: 10.1016/j.chb.2013.05.009
- Castells, M. (2013). *Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Cetic.br - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (2016). *TIC Domicílios*. Disponível em:
http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_DOM_2016_LivroEletronico.pdf.
- Chong, D. (2013). Degrees of Rationality in Politics. Em: Huddy, L.; Sears, D. O. & Levy, J. S. (2013). *The Oxford Handbook of Political Psychology* (2ed), 96-129, New York: Oxford University Press.
- Cohen, J. (1992). A power primer. *Psychological bulletin*, 112(1), 155. DOI: 10.1037/0033-2909.112.1.155
- Conover, P. J. & Feldman, S. (2004). The Origins and Meaning of Liberal/Conservative Self-Identifications. Em: J. T. Jost & J. Sidanius (Eds), *Key Readings in Political Psychology*, 200-216, New York and Hove: Psychology Press.
- Damáσιο, B. F. (2012). Uso da análise fatorial exploratória em psicologia. *Avaliação Psicológica*, 11(2), 213-218. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3350/335027501007/>
- Deleuze, G.; Guattari, F. (1993). *A Thousand Plateaus*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- De Souza e Silva, A. (2006). From Cyber to Hybrid: Mobile Technologies as Interfaces of Hybrid Spaces. *Space and Culture*, 9, 261-278. Disponível em:
<https://tvdigital.files.wordpress.com/2008/09/mobile-2006-adriana-silva.pdf>

- Ekman, J. & Amnå, E. (2012). Political participation and civic engagement: Towards a new typology. *Human Affairs*, 22(3), 283-300.
- Fávero, P., & Fávero, L. P. (2016). *Análise de dados: modelos de regressão com Excel®, Stata® e SPSS®* (Vol. 1). Elsevier Brasil.
- Feezell, J. T. (2015). Predicting Online Political Participation: The importance of selection bias and selective exposure in the online setting. *Political Research Quarterly*, 69(3), 495-509.
DOI: <https://doi.org/10.1177/1065912916652503>
- Feldman, S. (2013). Political Ideology. In L. Huddy, D. O. Sears & J. S. Levy (Eds). *The Oxford Handbook of Political Psychology* (2ed), 591-626, New York: Oxford University Press.
- Feldman, S. & Johnston, C. (2014). Understanding the Determinant of Political Ideology: Implications of structural complexity. *Political Psychology*, 35(3), 337-358. DOI: 10.1111/POPS.12055
- Field, A.; Miles, J. & Field, Z. (2012). *Discovering Statistics Using R*. London: Sage.
- Gosling, S. D. & Mason, W. (2015). Internet Research in Psychology. *Annual Review in Psychology*, 66, 877-902. DOI: 10.1146/annurev-psych-010814-015321
- Herakova, L., Bonnet, J., & Congdon, M. Jr. (2017). Centering Information Literacy (as) Skills and Civic Engagement in the Basic Communication Course: An Integrated Course Library Collaboration. *Basic Communication Course Annual*, 29(1), 12. Disponível em: <http://ecommons.udayton.edu/bcca/vol29/iss1/12/>
- Hofstetter, C. R., Zuniga, S., & Dozier, D. M. (2001). Media self-efficacy: Validation of a new concept. *Mass Communication & Society*, 4(1), 61-76. DOI: 10.1207/S15327825MCS0401_05

- Huddy, L.; Sears, D. O. & Levy, J. S. (2013). Theoretical Foundations of Political Psychology. Em:
Huddy, L.; Sears, D. O. & Levy, J. S. (Eds.), 1-21. *The Oxford Handbook of Political
Psychology* (2ed). New York: Oxford University Press.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2015). *Renda Domiciliar per Capta 2015*.
Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2015_20160420.pdf
- Johnston, R. (2010). Survey Methodology. In: Steffensmeier, J. M.; Brasy, H. E. & Collier, D. (Eds.).
The Oxford Handbook of Political Methodology. 385-403. United Kingdom: Oxford University
Press.
- Kim, E. & Yang, S. (2016). Internet literacy and digital natives' civic engagement: Internet skill
literacy or internet information literacy? *Journal of Youth Studies*, 19(4), 438-456. DOI:
10.1080/13676261.2015.1083961
- Lévy, P. (1996). *O que é o Virtual?* São Paulo, SP: Editora 34.
- MacCallum, R. C., Widaman, K. F., Zhang, S., & Hong, S. (1999). Sample size in factor
analysis. *Psychological Methods*, 4(1), 84. DOI: 10.1037/1082-989X.4.1.84
- Mazzoti, A. J. A. & Campos, P. H. F. (2014). Cibercultura: uma nova “era das representações
sociais?”. Em: *Teoria das Representações Sociais 50 Anos*, 2ªed, 605-648. Brasília, DF:
Technopolitik. Disponível em: [http://www.technopolitik.com.br/
downloads/files/TRS50anos2aEd2014.pdf](http://www.technopolitik.com.br/downloads/files/TRS50anos2aEd2014.pdf)
- Metzger, M. J., Flanagin, A. J., Markov, A., Grossman, R., & Bulger, M. (2015). Believing the
unbelievable: understanding young people's information literacy beliefs and practices in the

United States. *Journal of Children and Media*, 9(3), 325-348. DOI:

10.1080/17482798.2015.1056817

Nicolaci-da-Costa, A. M. (2009). A difícil tarefa de compreender os arranjos espaciais

contemporâneos. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 453-462. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300019&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0102-71822009000300019

Osborne, S. (2015). China has made obedience to the State a game. *Independent*, 22 de Dezembro.

Disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/asia/china-has-made-obedience-to-the-state-a-game-a6783841.html>

Pariser, E. (2012). *O Filtro Invisível: O que a internet está escondendo de você*. Zahar.

Pasquali, L. (2012). *Análise Fatorial para Pesquisadores*. Brasília: LabPAM.

Prado, M. A. M. (2002). Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, 8, 11, 59-71.

Disponível em: http://www.pucmg.br/imagedb/documento/DOC_

[DSC_NOME_ARQUI20041214154124.pdf](http://www.pucmg.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041214154124.pdf)

Preacher, K. J., & Hayes, A. F. (2008). Asymptotic and resampling strategies for assessing and

comparing indirect effects in multiple mediator models. *Behavior research methods*, 40(3), 879-

891. DOI: 10.3758/BRM.40.3.879

Prensky, M. (2001). Digital Natives, Digital Immigrants Part 1. *On the Horizons*, 9(5), 1-5.

Rheingold, H. (2007). *Smart mobs: The next social revolution*. Basic books.

Russi-Duarte, P. (2009). Estética Comunicativa das Pichações. *XVIII Encontro da Compós*.

Santaella, L. (2008). A ecologia pluralista das mídias locativas. *FAMECOS*, 37, 95-101.

- Settle, J. E., Bond, R. M., Coviello, L., Fariss, C. J., Fowler, J. H., & Jones, J. J. (2016). From posting to voting: The effects of political competition on online political engagement. *Political Science Research and Methods*, 4(2), 361-378. DOI: 10.1017/psrm.2015.1
- Simon, B. & Klandermans, B. (2004). Politicized Collective Identity. In: J. T. Jost & J. Sidanius (Eds), *Key Readings in Political Psychology*, 449-466, New York and Hove: Psychology Press.
- Stepanova, E. (2011). The Role of Information Communication Technologies in the “Arab Spring”, Implications Beyond the Region. *PONARS Eurasia Policy Memo*, No. 159.
- Taber, C. S. & Young, E. (2013). Political Information Processing. In L. Huddy, D. O. Sears & J. S. Levy (Eds). *The Oxford Handbook of Political Psychology* (2ed), 525-558, New York: Oxford University Press.
- Tingley, D.; Yamamoto, T.; Hirose, K.; Keele, L. & Imai, K. (2017). *Causal Mediation Analysis*. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/mediation/mediation.pdf>
- Theocharis, Y., & Van Deth, J. W. (2015). The Curious Case of Digitally Networked Participation Conceptualizing and Measuring Digitally Enabled Political Participation. DOI: 10.2139/ssrn.2657082
- Thornton, S. (2012). Trying to learn (politics) in a data-drenched society: can information literacy save us? *European Political Science*, 11(2), 213-223. DOI: 10.1057/eps.2011.20
- Turkle, S. (2008). Always-On/Always-on-You: The Tethered Self. In: KATZ, E (ed.). *Handbook of Mobile Communication Studies*, Cambridge: MIT Press, 2008, pp. 121–138.
- Valenzuela, S.; Kim, Y. & Zúñiga, H. G. (2012). Social Networks that Matter: Exploring the Role of Political Discussion for Online Political Participation. *International Journal of Public Opinion Research*, 24(2), 163-184. DOI: 10.1093/ijpor/edr037

- Valsiner, J. (2012). *Fundamentos da Psicologia Cultural: Mundos da Mente Mundos da Vida*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Vecchione, M., & Caprara, G. V. (2009). Personality determinants of political participation: The contribution of traits and self-efficacy beliefs. *Personality and Individual Differences*, 46(4), 487-492. DOI: 10.1016/j.paid.2008.11.021
- Velasquez, A., & LaRose, R. (2015). Youth collective activism through social media: The role of collective efficacy. *New Media & Society*, 17(6), 899-918. DOI: 10.1177/1461444813518391
- Velicer, W. F., & Fava, J. L. (1998). Affects of variable and subject sampling on factor pattern recovery. *Psychological Methods*, 3(2), 231. DOI: 10.1037/1082-989X.3.2.231
- Ventura, T. (2009). *Hip-hop e graffiti: uma abordagem comparativa entre o Rio de Janeiro e São Paulo*. Disponível em: http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000325732009000300007&lang=pt.
- Yang, H. C., & DeHart, J. L. (2016). Social media use and online political participation among college students during the US election 2012. *Social Media+ Society*, 2(1). DOI: abs/10.1177/2056305115623802
- Zúñiga, H. G.; Molyneux, L. & Zheng, P. (2014). Social Media, Political Expression and Political Participation: Panel analysis of lagged and concurrent relationships. *Journal of Communication*, 64(4), 612-634. DOI: 10.1111/jcom.12103/full
- Zúñiga, H. G., Diehl, T., & Ardévol-Abreu, A. (2017). Internal, External, and Government Political Efficacy: Effects on News Use, Discussion, and Political Participation. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 61(3), 574-596. DOI: 10.1080/08838151.2017.1344672

ANEXO I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Este estudo está sendo realizado com o intuito de analisar a influência de uma série de fatores no comportamento político dos brasileiros de diversas orientações sociais e políticas. A sua participação nesse processo consiste em responder a um conjunto de questões sobre seus comportamentos políticos, suas crenças sobre a sociedade e a economia e sobre o modo como você lida com a imensa quantidade de informações políticas presentes na era digital. Pedimos que respondam com sinceridade, de modo que possam nos ajudar a melhor entender o cenário político do nosso país a fim de subsidiar futuras ações para o avanço do estudo e da prática sociopolítica. Os dados demográficos solicitados ao final servem apenas para ajudar no agrupamento dos resultados segundo estado, renda, escolaridade e afins, não serão usados com qualquer objetivo de identificação dos participantes, sendo mantido o seu anonimato.

Esta pesquisa faz parte da dissertação de mestrado do pesquisador Pedro Cardoso Alves e é coordenada pela professora Ana Lúcia Galinking (UnB) e pelo professor José Carlos Ribeiro (UFBA). Para maiores informações contatar o pesquisador neste endereço: pcalves1989@gmail.com.

Ainda que este estudo não traga benefícios diretos aos participantes, a sua colaboração poderá contribuir para a construção do conhecimento científico sobre o assunto. Não são conhecidos os riscos envolvidos na participação desta pesquisa, contudo este tipo de pesquisa não costuma apresentar transtornos para os participantes para além do tempo investido para a consideração e resposta dos itens. Caso se sinta desconfortável em qualquer momento da pesquisa, é assegurado o seu direito de desistir de sua participação no estudo sem qualquer prejuízo. Todos os participantes tem direito de acessar o

*Participação Política na Era Informacional:
um modelo para o sec. XXI*

trabalho final produzido a partir deste estudo, existindo interesse, simplesmente entre em contato com o pesquisador e a dissertação será disponibilizada, uma vez defendida.

Por fim, a participação nesta pesquisa é totalmente voluntária, não havendo contrapartida material ou financeira por parte dos pesquisadores.

ANEXO II – Questionários

Participação Política

Com que frequência...

PP.01 Tento convencer outros em minhas redes sociais a atacar políticos ou empresas que vão contra o que acredito.

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Diariamente	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	-------------	----------------------

PP.02 Minhas convicções sociais e/ou políticas orientam escolhas do meu dia a dia (músicas, roupa, alimentação e etc).

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Diariamente	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	-------------	----------------------

PP.03 Assino petições produzidas por entidades como Avaaz e/ou Change.org com as quais concordo. (excluída)

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Diariamente	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	-------------	----------------------

PP.04 Participo de manifestações e/ou protestos políticos.

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Sempre	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	--------	----------------------

PP.05 Entro em contato com páginas de conteúdo político para sugerir matérias para publicar. (excluída)

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Diariamente	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	-------------	----------------------

PP.06 Participo de ocupações de espaços públicos e/ou privados como forma de protesto.

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Sempre	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	--------	----------------------

PP.07 Expresso minha opinião sobre políticos ou órgão públicos comentando em suas páginas em redes sociais.

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Diariamente	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	-------------	----------------------

PP.08 Comento me posicionando quando discordo de um post de natureza política nas minhas redes sociais.

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Diariamente	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	-------------	----------------------

PP.09 Me reúno com outros manifestantes para impedir ações governamentais ou empresariais, mesmo quando a lei os protege.

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Sempre	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	--------	----------------------

PP.10 Compartilho conteúdo político em minhas redes sociais.

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Diariamente	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	-------------	----------------------

PP.11 Divulgo manifestações e/ou protestos com os quais concordo nas minhas redes sociais.

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Diariamente	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	-------------	----------------------

PP.12 Divulgo minha opinião sobre os políticos nas minhas redes sociais.

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Diariamente	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	-------------	----------------------

PP.13 Questiono as opiniões políticas dos outros.

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Diariamente	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	-------------	----------------------

PP.14 Doo dinheiro ou mão de obra para caridades e/ou outras campanhas sociais. (excluída)

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Diariamente	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	-------------	----------------------

PP.15 Voto nas decisões do congresso que vão para plataformas online como a votenaweb e e-cidadania. (excluída)

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Diariamente	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	-------------	----------------------

Eficácia

Você se sente capaz de...

EPI.01 Pressionar os candidatos nos quais votei para que honrem suas promessas.

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Sempre	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	--------	----------------------

EPI.02 Ter papel significativo na melhoria do meu país através do meu voto.

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Sempre	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	--------	----------------------

EPI.03 Impactar o cenário político através de ações políticas na internet.

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Sempre	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	--------	----------------------

EPI.04 Expressar abertamente minha opinião política, mesmo entre aqueles que discordam.

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Sempre	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	--------	----------------------

EPI.05 Participar na escolha de lideranças nos movimentos sociais de quais participo.

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Sempre	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	--------	----------------------

EPI.06 Ajudar a mudar o país para o melhor através de manifestações políticas.

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Sempre	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	--------	----------------------

EPI.07 Mudar ou formar a opinião política das pessoas pela disseminação de informações e notícias.

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Sempre	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	--------	----------------------

EPI.08 Mudar ou formar a opinião das pessoas pelo debate de ideias políticas.

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Sempre	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	--------	----------------------

Hábitos Informacionais

Com que frequência...

HI.01 Busco informações em fontes que tem opiniões políticas diferentes das minhas.

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Diariamente	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	-------------	----------------------

HI.02 Checo informações políticas que recebo em minhas redes sociais para verificar se são verdade.

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Sempre	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	--------	----------------------

HI.03 Checo se as informações que recebo são verdadeiras mesmo quando concordo com elas.

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Sempre	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	--------	----------------------

HI.04 Converso sobre política com pessoas que discordam da minha opinião.

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Diariamente	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	-------------	----------------------

HI.05 Leio sobre questões políticas na internet.

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Diariamente	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	-------------	----------------------

HI.06 Busco informações sobre questões políticas em livros ou artigos acadêmicos.

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Diariamente	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	-------------	----------------------

HI.07 Faço pesquisa de imagens para descobrir a origem de fotos usadas em posts políticos.

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Sempre	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	--------	----------------------

HI.08 Busco informações sobre questões políticas no jornal/rádio/televisão. (excluída)

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Diariamente	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	-------------	----------------------

HI.09 Recebo notícias sobre questões políticas nas minhas redes sociais/grupos de whatsapp/etc. (excluída)

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Diariamente	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	-------------	----------------------

Contágio Comportamental

Com que frequência...

CC.01 Meus contatos compartilham conteúdo político em suas redes sociais. (excluída)

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Diariamente	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	-------------	----------------------

CC.02 As opiniões políticas dos meus amigos são bem fundamentadas.

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Sempre	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	--------	----------------------

CC.03 As pessoas próximas a mim me encorajam a participar da política.

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Diariamente	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	-------------	----------------------

CC.04 As pessoas próximas a mim me encorajam a aprender mais sobre as questões políticas.

Nunca	Muito Raramente	Raramente	Com Frequência	Com Muita Frequência	Diariamente	Não Desejo Responder
-------	-----------------	-----------	----------------	----------------------	-------------	----------------------

CC.05 Quantos de seus amigos/parentes costumam participar de atividades políticas

(aproximadamente)? (1-100)

Ideologia

Você acredita que...

ID.01 O aborto deveria ser legalizado.

Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente	Não Desejo Responder
------------------------	----------	--------------------------	--------------------------	----------	------------------------	-------------------------

ID.02 O mundo era menos chato antes do “politicamente correto”. (invertida)

Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente	Não Desejo Responder
------------------------	----------	--------------------------	--------------------------	----------	------------------------	-------------------------

ID.03 A legalização e regulamentação do uso de drogas atualmente ilícitas trará resultados positivos.

Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente	Não Desejo Responder
------------------------	----------	--------------------------	--------------------------	----------	------------------------	-------------------------

ID.04 A luta das minorias (LGBT, étnicas, sociais e afins) pelos seus direitos é legítima.

Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente	Não Desejo Responder
------------------------	----------	--------------------------	--------------------------	----------	------------------------	-------------------------

ID.05 Criminosos deveriam ser punidos com a morte. (invertida)

Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente	Não Desejo Responder
------------------------	----------	--------------------------	--------------------------	----------	------------------------	-------------------------

ID.06 Somente casais heterossexuais devem poder adotar. (invertida)

Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente	Não Desejo Responder
------------------------	----------	--------------------------	--------------------------	----------	------------------------	-------------------------

ID.07 A ciência não deve “brincar de deus” com pesquisas de clonagem, células tronco e afins.

(invertida)

Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente	Não Desejo Responder
------------------------	----------	--------------------------	--------------------------	----------	------------------------	-------------------------

ID.08 A separação entre a religião e as decisões legais e políticas é essencial.

Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente	Não Desejo Responder
------------------------	----------	--------------------------	--------------------------	----------	------------------------	-------------------------

ID.09 Mérito próprio é suficiente para ser bem sucedido no Brasil. (invertida)

Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente	Não Desejo Responder
------------------------	----------	--------------------------	--------------------------	----------	------------------------	-------------------------

ID.10 Serviços como saúde e educação universal de qualidade devem ser oferecidos pelo governo.

Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente	Não Desejo Responder
------------------------	----------	--------------------------	--------------------------	----------	------------------------	-------------------------

ID.11 O mercado é um administrador mais honesto que o governo. (invertida)

Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente	Não Desejo Responder
------------------------	----------	--------------------------	--------------------------	----------	------------------------	-------------------------

ID.12 Quanto menos o governo intervir na sociedade, melhor a situação do país. (invertida)

Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente	Não Desejo Responder
------------------------	----------	--------------------------	--------------------------	----------	------------------------	-------------------------

ID.13 A equidade social é mais importante que a liberdade econômica.

Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente	Não Desejo Responder
------------------------	----------	--------------------------	--------------------------	----------	------------------------	-------------------------

ID.14 O governo deve regular o mercado para promover o interesse público.

Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente	Não Desejo Responder
------------------------	----------	--------------------------	--------------------------	----------	------------------------	-------------------------

ID.15 É obrigação da nação trabalhar para a redução das desigualdades sociais.

Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente	Não Desejo Responder
------------------------	----------	--------------------------	--------------------------	----------	------------------------	-------------------------

ID.16 Imposto é roubo independente do que for feito com o dinheiro arrecadado. (invertida)

Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente	Não Desejo Responder
------------------------	----------	--------------------------	--------------------------	----------	------------------------	-------------------------